UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS-CAMPUS VI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM ENSINO,
LINGUAGEM E SOCIEDADE

NAYDSON MANOEL ATAIDE COSTA

PRÁTICAS DE GESTÃO NA COMUNIDADE REMANESCENTE DE
QUILOMBO LAGOA DOS ANJOS: EXPERIÊNCIAS DE MULHERES
PRODUTORAS DE ARTESANATOS

CAETITÉ

2022

NAYDSON MANOEL ATAIDE COSTA

**PRÁTICAS DE GESTÃO NA COMUNIDADE REMANESCENTE DE
QUILOMBO LAGOA DOS ANJOS: EXPERIÊNCIAS DE MULHERES
PRODUTORAS DE ARTESANATOS**

Dissertação de Mestrado Profissional
apresentada ao Programa de Pós-Graduação
Stricto Sensu em Ensino, Linguagem e
Sociedade, como requisito para a obtenção
do título de mestre em Ensino.

Linha de Pesquisa: Ensino, Sociedade e
Ambiente

Orientadora: Jaqueline dos Santos
Cardoso

CAETITÉ

2022

FICHA CATALOGRÁFICA
Sistema de Bibliotecas da UNEB

C837p Costa, Naydson Manoel Ataide
Práticas de gestão na comunidade remanescente de quilombo
Lagoa dos Anjos: experiências de mulheres produtoras de artesanatos /
Naydson Manoel Ataide Costa. - Caetité, 2022.
142 fls : il.
Orientador(a): Prof^{ta} Dr^a Jaqueline dos Santos
Cardoso. Inclui Referências
Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade do Estado da
Bahia. Departamento de Ciências Humanas. Programa de Pós
Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade - PPGELS, Campus
VI. 2022.
1.Práticas de gestão. 2. Artesanatos. 3. Mulheres quilombolas.
4.Conhecimento. 5. Compartilhamento.

CDD: 376

Naydson Manoel Ataíde Costa

**PRÁTICAS DE GESTÃO NA COMUNIDADE REMANESCENTE DE
QUILOMBO LAGOA DOS ANJOS: EXPERIÊNCIAS DE MULHERES
PRODUTORAS DE ARTESANATOS**

Dissertação de Mestrado Profissional apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ensino, Linguagem e Sociedade, como requisito para a obtenção do título de mestre em Ensino.

Linha de Pesquisa: Ensino, Sociedade e Ambiente

Orientadora: Jaqueline dos Santos Cardoso

Aprovada em: 02 de junho de 2022.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Jaqueline dos Santos Cardoso - (Orientadora)

Profa. Dra. Débora Alves Feitosa - (Membro externo - UFRB)

Profa. Dra. Priscila Teixeira da Silva - (Membro interno - UNEB)

Profa. Dra. Sônia Maria Alves de Oliveira Reis - (Membro interno - UESB/UNEB)

CAETITÉ

2022

DEDICATÓRIA

Às mulheres artesãs participantes da pesquisa que na luta cotidiana tecem histórias e compartilham saberes-fazeres artesanais e de existência.

AGRADECIMENTOS

Nessa caminhada para a realização do trabalho de Mestrado, muitas pessoas trilharam comigo até a conclusão desta etapa formativa, de extrema importância para minha atuação profissional e pessoal.

Agradeço a minha orientadora, professora Jaqueline Cardoso pelas orientações, aos professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade, Campus VI- Caetité- Bahia.

Às professoras Débora Alves Feitosa, Sônia Maria Alves de Oliveira Reis e Priscila Teixeira da Silva pelas contribuições na banca.

Às mulheres artesãs participantes da pesquisa, que me receberam com todo carinho na Comunidade Lagoa dos Anjos e contribuíram gentilmente para a realização deste estudo.

Aos meus colegas de turma pelas conversas e aprendizados.

COSTA, Naydson Manoel Ataíde. **Práticas de gestão na Comunidade Remanescente de Quilombo Lagoa dos Anjos: experiências de mulheres produtoras de artesanatos**. 142f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino, Linguagem e Sociedade) - Departamento de Ciências Humanas-Campus VI, Programa de Pós-graduação Stricto Sensu. Universidade do Estado da Bahia, Caetité, 2022.

RESUMO

Este estudo parte da seguinte pergunta de pesquisa: De que maneira as práticas de gestão de mulheres artesãs da Associação dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar e Artesanatos Quilombo Lagoa dos Anjos, no município de Candiba – Bahia, contribuem na organização, compartilhamento de saberes-fazer e comercialização dos seus produtos? Na perspectiva de responder a esta pergunta de pesquisa, delineou-se como objetivo geral compreender as contribuições das práticas de gestão do grupo de mulheres artesãs da referida associação para a organização, compartilhamento de saberes-fazer e comercialização dos seus produtos. Especificamente, buscou-se descrever o perfil das mulheres artesãs desta associação; identificar e analisar as práticas de gestão adotadas por elas nos processos que envolvem a produção dos seus artesanatos; identificar as dificuldades e desafios enfrentados pelas mulheres artesãs no processo de confecção, organização, gestão, compartilhamento de saberes-fazer e comercialização dos seus produtos; e, elaborar uma cartilha impressa contendo informações, orientações e sugestões sobre práticas de gestão e compartilhamentos de saberes-fazer, que será utilizada pelas mulheres artesãs da e na comunidade. Quanto ao embasamento teórico deste estudo, destacam-se Canclini (1983); Appadurai (2008); Noronha (2012); Junquillo (2001 apud Reed 1989); Freire (1994 e 1996); Valla (1996); Charlot (2005); Gohn (2006) e Cunha (2018). É um estudo de abordagem qualitativa que se utilizou de um conjunto de instrumentos de pesquisa, a saber: entrevista (individual e coletiva), diário de campo, observação e registro fotográfico. Os resultados deste estudo apontam que as práticas de gestão adotadas pelas mulheres artesãs desta pesquisa têm contribuído na complementação de renda, proporcionado aprendizagens de novas técnicas artesanais e compartilhamento de saberes-fazer, tanto entre o grupo de artesãs, quanto em outras comunidades remanescentes de quilombo. Os dados ainda indicam os desafios enfrentados por esse coletivo de mulheres artesãs no que se refere à comercialização dos seus produtos e na ausência de políticas públicas municipais que incentivem e fortaleçam a prática artesã e valorizem o trabalho realizado por elas.

Palavras-chave: práticas de gestão; artesanatos; mulheres quilombolas; compartilhamento de saberes-fazer.

ABSTRACT

This study is based on the research question that follows: How do the management practices of women craftworkers of the Association of Rural Workers of Family Agriculture and Handicrafts Quilombo Lagoa dos Anjos, in the municipality of Candiba - Bahia, contribute to the organization, know-how sharing and marketing of their products? In the view of answering this research question, it was outlined as the general objective understanding the contributions of the management practices of the group of women craftworkers of the aforementioned association to the organization, know-how sharing and commercialization of their products. Specifically, the aim was to describe the profile of women craftworkers in this association; identify and analyze the management practices adopted by them in the processes involving the production of their handicrafts; identify the difficulties and challenges faced by women craftworkers in the process of know-how sharing, as well as making, organizing, managing and marketing their products; and, preparing a printed booklet containing information, guidelines and suggestions on management practices and know-how sharing, which will be used by women craftworkers from and in the community. As for the theoretical basis of this study, Canclini (1983); Appadurai (2008); Noronha (2012); Junquilha (2001 apud Reed 1989); Freire (1994 and 1996); Valla (1996); Charlot (2005); Gohn (2006) and Cunha (2018) stand out. It is a study with a qualitative approach that made use of a set of research instruments, namely: interview (individual and collective), field diary, observation and photographic record. The results of this study indicate that the management practices adopted by the women craftworkers in this research have contributed to their income supplementation, providing learning of new craft techniques and know-how sharing, both among the group of craftworkers and in other remaining quilombo communities. The data also shows the challenges faced by this collective of women craftworkers with respect to the commercialization of their products, in the absence of municipal public policies that would encourage and strengthen artisan practice and value their work.

Keywords: management practices; crafts; quilombola women; know-how sharing.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

MAPAS

Mapa 1 - Municípios do Território Sertão Produtivo.....	23
Mapa 2 - Itinerário da Sede do Município de Candiba à Comunidade de Lagoa dos Anjos	32

QUADROS

Quadro 1 - Comunidades Remanescentes de quilombo Certificadas no Território de Identidade Sertão Produtivo até abril de 2022.....	25
Quadro 2 - Dificuldades e desafios das artesãs	96
Quadro 3 - Finalidades, Eixo e Estratégias do Programa de Artesanato Brasileiro.....	102
Quadro 4 - Orientações educacionais para as práticas de gestão e produção de artesanatos.....	119

FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - Vista área da sede de Candiba	28
Fotografia 2 - Salão da Igreja da Comunidade Quilombola Lagoa dos Anjos	33
Fotografia 3 - Organização dos Artesanatos na mesa da Igreja	45
Fotografia 4 - Festa de Nossa Senhora Aparecida da Comunidade Lagoa dos Anjos	
.....	46
Fotografia 5 - Matérias-primas utilizadas na produção artesanal	80
Fotografia 6 - Boneca preta	86
Fotografia 7 - Caixa com artesanatos.....	91
Fotografia 8 - Etiqueta e Artesanato embalado para comercialização	92
Fotografia 9 - Organização dos Artesanatos no Salão da Igreja	94

ORGANOGRAMA

Organograma 1- Gestão das mulheres artesãs na perspectiva de Becker (2014)	68

FIGURA

Figura 1 - O que o artesanato significa para você?	115

LISTA DE SIGLAS

AOE - Agente de Orientação Empresarial

CEB - Câmara da Educação Básica

CNPJ - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica

CESOL - Centro Público de Economia Solidária Sertão Produtivo

CNE - Conselho Nacional de Educação

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

EAF - Entidades de Apoio e Fomento

EES - Empreendimentos Econômicos Solidários

FAT- Fundo de Amparo ao Trabalhador

FCP - Fundação Cultural Palmares

GEMAA - Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS - Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços

IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IPEA - Instituto de pesquisa Econômica Aplicada

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MEI - Microempreendedores Individuais

MDIC - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização

OCB- Organização das Cooperativas Brasileiras

PAB - Programa de Artesanato Brasileiro

PBQ - Programa Brasil Quilombola

PE- Produto Educacional

PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PME - Plano Municipal de Educação

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNE - Plano Nacional de Educação

PROGER- Programas de Geração de Emprego e Renda
PPES- Políticas Públicas voltadas à Economia Solidária
PTDRS - Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECOMT - Secretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais
SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária
SEPLAN - Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia
SEPPIR - Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SETRE - Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte
SIP - Sistema Integrado de Planejamento
TCLE - Termo de Consentimento Livre Esclarecido
UFPel - Universidade Federal de Pelotas
UESB - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
UNEB - Universidade do Estado da Bahia

SUMÁRIO

APONTAMENTOS INTRODUTÓRIOS	13
I CENÁRIO DA PESQUISA E AS MULHERES ARTESÃS DA ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR E ARTESANATOS QUILOMBO LAGOA DOS ANJOS.....	22
1.1 O Território de Identidade Sertão Produtivo	22
1.2 O município de Candiba - Ba	27
1.3 Comunidade Remanescente de Quilombo Lagoa dos Anjos e as mulheres artesãs da pesquisa	32
1.3.1 Perfil das mulheres artesãs da Associação dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar e Artesanatos Quilombo Lagoa dos Anjos.....	42
1.3.1.1 Resistência.....	47
1.3.1.2 Generosa.....	50
1.3.1.3 Simplicidade	53
1.3.1.4 Alegre	54
1.3.1.5 Inspiração	55
1.3.1.6 Paciência	57
1.3.1.7 Tímida	60
1.3.1.8 Decidida	60
2 PRÁTICAS DE GESTÃO E ARTESANATOS: COMPARTILHAMENTO DE SABERES-FAZERES DE MULHERES ARTESÃS	65
2.1 Práticas de gestão e artesanatos: reflexões conceituais	66
2.2 Produções artesanais das artesãs da Associação dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar e Artesanatos Quilombo Lagoa dos Anjos: aproximações e distanciamentos da economia solidária	73
2.3 Organização e produção dos artesanatos: entre descarregar o algodão e a comercialização – as práticas de gerir esses processos	78
2.3.1 As escolhas das Matérias-primas: produção na comunidade ou industrializadas	78
2.3.2 Técnicas artesanais	81
2.3.3 Inspirações no processo de produção dos artesanatos	82

2.3.4	Tipologias de artesanatos produzidos	84
2.3.5	O tempo dedicado ao trabalho de produção	87
2.3.6	Organização, registro e controles da produção	90
2.3.7	Dificuldades e desafios na prática do artesanato e comercialização	96
2.4	Contribuições das práticas de gestão das mulheres artesãs da Associação dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar e Artesanatos Quilombo Lagoa dos Anjos no compartilhamento de saberes e fazeres.....	106
2.4.1	Ensinos da prática da produção do artesanato para a vida	113
3	PRODUTO EDUCACIONAL DA PESQUISA - COMUNIDADE QUILOMBOLA LAGOA DOS ANJOS: SABERES E PRÁTICAS DE GESTÃO NO ARTESANATO	117
3.1	Guia de instruções: saberes e práticas	117
	APONTAMENTOS FINAIS.....	121
	REFERÊNCIAS	128
	APÊNDICES	138
	APÊNDICE A – Roteiro de entrevista individual semiestruturada	138
	APÊNDICE B – Roteiro de entrevista em grupo semiestruturada	141

APONTAMENTOS INTRODUTÓRIOS

Este estudo, vinculado à Linha de Pesquisa III, Ensino, Sociedade e Ambiente, do Programa de Pós-Graduação – Mestrado Profissional em Ensino, Linguagem e Sociedade da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus VI – Caetité - BA, apresenta os percursos de uma pesquisa de Mestrado que investigou as contribuições das práticas de gestão de mulheres artesãs da Associação dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar e Artesanatos Quilombo Lagoa dos Anjos (Candiba – Bahia) na organização, compartilhamento de saberes-fazer e comercialização dos seus produtos.

A escolha de pesquisar essa temática vem da minha formação em Bacharel em Administração pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB) em Guanambi - Bahia, das experiências profissionais que tive como Agente de Orientação Empresarial (AOE) no Programa Negócio a Negócio do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) entre os anos de 2012 e 2018 e atualmente do meu trabalho como docente nos cursos de Administração e Ciências Contábeis no Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias, Campus XVII da UNEB em Bom Jesus da Lapa.

No trabalho como AOE, pude acompanhar durante esses anos como os (as) empresários (as) lidavam com a gestão de suas empresas e como os conhecimentos relacionados à administração/gestão eram compartilhados nesses espaços. Essa experiência colocou-me em contato com empresários e empresárias de atividades comerciais diversas, como salões de beleza, supermercados/mercadinhos, empresas de vestuários e calçados, lanchonetes, artesãs, costureiras, restaurantes, dentre tantas outras atividades. As organizações atendidas eram empresas informais, Microempreendedores Individuais (MEI) e Microempresas. Na função de AOE, tinha que realizar 03 (três) visitas a cada empresa por ano, visando a diagnosticar, orientar e implementar planos de ação que auxiliassem na gestão dessas organizações.

Durante os atendimentos realizados a essas organizações empresariais, foi possível observar os diferentes modos de gestão adotados pelos/as empresários (as). A gestão dessas organizações se diferenciava em relação a algumas características específicas, como os tamanhos dessas organizações, a formação dos empresários (as), a localização e os tipos de empresas e, principalmente, se elas eram gerenciadas por homens ou mulheres. Observava-se que em alguns momentos eram adotadas práticas mais formais, com o uso de técnicas e ferramentas de gestão bem estabelecidas (planilhas, sistemas gerenciais, divisão de cargos e

tarefas, etc.) e, em outros casos, a gestão e práticas estabelecidas pelos (as) empresários (as) aconteciam de maneira mais informal. O compartilhamento de saberes-fazer nessas organizações também seguia um pouco dessa lógica da formalidade e informalidade, bem como relacionado às características evidenciadas anteriormente.

Ao chegar à Universidade na condição de professor, nos cursos de Administração e Ciências Contábeis, desde 2018, e como professor cooperador por dois semestres (2019.1 e 2019.2) no Departamento de Educação Campus XII – UNEB, Guanambi, observei que as teorias e os estudos sobre gestão (FAYOL, 1970; CHIAVENATO, 1993, 1990; MAXIMINIANO, 2000; DRUCKER, 1998), em sua maioria, estavam direcionados às organizações com finalidades lucrativas ou organizações das instituições formais públicas, exceto os casos em que se podia refletir sobre o associativismo e o cooperativismo e, mais raro ainda, a gestão praticada por mulheres, o que me deixava ainda mais incomodado com o distanciamento que essa compreensão de práticas de gestão tomava em relação às muitas organizações onde as mulheres assumiam essas funções e das organizações não formais ou informais.

O modo de produção de artesanatos sempre me chamou a atenção, talvez tenha relação por eu ter crescido vendo minha mãe confeccioná-los. Ao visitar diversos espaços, feiras, eventos e centros de artesanatos onde as peças eram comercializadas, ou ao visitar e conhecer novos lugares, o meu interesse era conhecer um pouco das histórias desses produtos e de sua gente, as suas origens, seus significados, suas práticas de produção ali representadas através de uma peça de barro, uma colcha de tricô, uma renda, uma produção de bebidas ou outros artefatos do gênero. O interesse nesses artefatos estava relacionado também ao processo de gestão dessa produção e isso foi-se tornando objeto de reflexões em minhas aulas na universidade. Ao visitar a Comunidade Remanescente de Quilombo Lagoa dos Anjos no município de Candiba, no ano de 2019, para conhecê-la, mantive contato informalmente com uma das mulheres artesãs, o que fez com que eu me decidisse a desenvolver este estudo com o coletivo de mulheres artesãs dessa comunidade.

A partir da visita à Comunidade Remanescente de Quilombo Lagoa dos Anjos, emergiram algumas indagações em relação ao trabalho desse coletivo de mulheres artesãs, tais como: O que as levou a produzir artesanatos? Quais as dificuldades enfrentadas por este coletivo desde o processo de produção até a comercialização dos seus produtos? Em quais espaços são expostas e comercializadas suas produções? O que mudou em suas vidas a partir do momento em que começaram a se organizar, produzir e comercializar seus produtos? O

que elas têm aprendido e ensinado em relação à gestão? Em que medida elas compartilham seus saberes-fazer de gestão?

Essas problematizações levaram à seguinte pergunta de pesquisa: De que maneira as práticas de gestão de mulheres artesãs da Associação dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar e Artesanatos Quilombo Lagoa dos Anjos contribuem na organização, compartilhamento de saberes-fazer e comercialização dos seus produtos?

A escolha do tema “mulheres artesãs remanescentes de quilombo” e a definição do problema de pesquisa “práticas de gestão” têm relação com a experiência profissional, pois, no decorrer desta pesquisa, observou-se uma ausência de estudos que abordem de maneira mais objetiva as comunidades quilombolas do ponto de vista da gestão, pois as produções científicas sobre estas comunidades têm-se concentrado em sua maioria nas questões de construção de políticas educacionais, principalmente após a aprovação das Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008 (MACÊDO, 2008; NUNES, 2013), nos processos identitários (CRUZ, 2012; FUZZI; SILVA, 2015) e nas questões sobre território e territorialidade (ARAÚJO, 2012; ALMEIDA, 1999). Em relação à temática artesanato, existe uma produção considerável nos últimos anos (CAVALCANTI, ANDRANDE, SILVA, 2011; NORONHA, 2012; RIBEIRO, 2013; MELLO, FROEHLICH, 2019), muitas das produções são sobre mulheres artesãs, no entanto há uma lacuna expressiva quando se localiza o estado da Bahia, principalmente no que diz respeito às experiências de mulheres artesãs do Território de Identidade Sertão Produtivo.

Isso se reafirma com o levantamento dos projetos de ensino, pesquisa e extensão cadastrados no Sistema Integrado de Planejamento (SIP) no ano de 2020¹, nos Campi UNEB VI em Caetité; XII em Guanambi; e XX em Brumado, situados no referido território. Foram cadastrados 302 (trezentos e dois) projetos nos três departamentos, destes, apenas 12 (doze) enfatizavam as questões dos negros e/ou das comunidades quilombolas. Dentre os 12, a prevalência das abordagens são as questões curriculares.

Entende-se que pesquisar as práticas de gestão desse coletivo de mulheres da comunidade remanescente de quilombo, no município de Candiba, situado no Território de Identidade Sertão Produtivo, tem pelo menos dois significados emblemáticos no contexto da sociedade atual: a visibilidade das experiências de trabalho protagonizadas por mulheres e a questão da organização, da inserção e da geração de renda das mulheres quilombolas como

---

¹ As informações são referentes aos projetos cadastrados no SIP dos Campi VI, XII e XX da UNEB até o dia dois de junho de 2020.

forma de resistência, de luta pela sobrevivência e de empoderamento. Na concepção de Borges (2019, p.17) “empoderar-se passa por uma luta de mãos dadas”, isso corrobora a ação desenvolvida em conjunto por este coletivo de mulheres.

Assim, este estudo entrelaça questões do cotidiano das mulheres quilombolas gestoras de práticas artesãs. Nesse sentido, espera-se que esta pesquisa possa contribuir com a qualidade das práticas de gestão e colaborar com o desenvolvimento social e regional. Por outro lado, possibilitará um olhar específico acerca do compartilhamento de saberes-fazer a partir das práticas artesãs mobilizadas por essas mulheres.

Além disso, é uma oportunidade de pensar, durante todo o percurso da investigação, juntamente com as participantes, sobre as tensões que atravessam o meio social em que estamos inseridos, proporcionando, de forma coletiva, sentidos que poderão ser essenciais para a vida de mulheres quilombolas que estão na resistência e contribuindo com a geração de renda e protagonizando suas histórias.

Na perspectiva de responder à pergunta de pesquisa, delineou-se como objetivo geral deste trabalho: Compreender as contribuições das práticas de gestão do grupo de mulheres artesãs da Associação dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar e Artesanatos Quilombo Lagoa dos Anjos para a organização, compartilhamento de saberes-fazer e comercialização dos seus produtos. Para tanto, o estudo foi desenvolvido a partir dos seguintes objetivos específicos:

- Descrever o perfil das mulheres artesãs da Associação dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar e Artesanatos Quilombo Lagoa dos Anjos no município de Candiba, Bahia;
- Identificar e analisar as práticas de gestão das mulheres artesãs para o processo de organização, compartilhamento de saberes-fazer e comercialização de sua produção;
- Identificar as dificuldades e desafios enfrentados pelas mulheres artesãs no processo de confecção, organização, gestão, compartilhamento de saberes-fazer e comercialização dos seus produtos;
- Elaborar um guia impresso contendo informações, orientações e sugestões sobre práticas de gestão e compartilhamentos de saberes-fazer, que serão utilizadas pelas mulheres artesãs da e na comunidade.

Partindo-se da premissa de que “o conhecimento científico deve ser oriundo de um método” (BORGES; TAQUETE, 2020, p.43), mas não, necessariamente, de um método

hipotético dedutível, sistemático, objetivo e reproduzível, neste trabalho, adotou-se o método na perspectiva de compreensão do problema de pesquisa e não a sua explicação. Desse modo, o objeto de pesquisa será a prática social de um coletivo de mulheres artesãs da Associação dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar e Artesanatos Quilombo Lagoa dos Anjos. Lançaremos mão das reflexões teóricas de Canclini (1983) e Appadurai (2008) sobre os estudos culturais; Noronha (2012) sobre artesanatos, e Junquilha (2001 apud Reed 1989) no entendimento de gestão como prática social, dentre outros teóricos. Para a compreensão acerca do compartilhamento de saberes-fazer, recorreremos às contribuições de Freire (1994 e 1996); Valla (1996); Charlot (2005); Gohn (2006) e Cunha (2018); dentre outros teóricos.

Para o desenvolvimento deste estudo, adotaremos a abordagem qualitativa de pesquisa, entendendo-a como aquela que se preocupa com um nível de realidade em que o conhecimento é produzido entre o sujeito e o objeto do conhecimento na relação indissociável entre o mundo objetivo e o subjetivo dos indivíduos (BORGES, 2020). Assim, o importante nesse processo são os significados visíveis e invisíveis das ações sob o “olhar” dos indivíduos participantes da pesquisa, as aspirações, as crenças, os valores, as atitudes (MINAYO, 2007a), as quais não podem ser exclusivamente captáveis por meio de variáveis numéricas. Nessa perspectiva, o material de campo da pesquisa foi produzido na relação entre o pesquisador, o pesquisado e o meio social em que a ação acontece.

Embasado nesse entendimento, utilizamos um conjunto de instrumentos de pesquisa² igualmente úteis ao objeto investigado, a saber: entrevista individual e em grupo, diário de campo, observação e registro fotográfico, não necessariamente nessa ordem.

No que se refere às entrevistas individuais³ (TAQUETE; BORGES, 2020), estas foram realizadas com oito artesãs do grupo⁴, seguindo um roteiro semiestruturado com questões fechadas e abertas, visando a captar informações referentes aos aspectos socioeconômicos e demográficos (tamanho da família, renda familiar, escolarização, tempo de

---

² Nos aspectos dos cuidados éticos da pesquisa com seres humanos, o estudo segue as orientações propostas pela resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde e a resolução 510/2016 da área de Ciências Humanas e Sociais, disponibilizando o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE); Termo de autorização de imagem para todas as participantes. Convém ressaltar que a realização desta pesquisa tem a aprovação do Comitê de Ética da Universidade do Estado da Bahia conforme parecer consubstanciado número 4.586.878. Disponível em:

<https://plataformabrasil.saude.gov.br/visao/pesquisador/gerirPesquisa/gerirPesquisaAgrupador.jsf>. Acesso em: 11 de mar 2021.

³ Realizadas nos dias 01 e 08 de maio de 2021.

⁴ As participantes da pesquisa são denominadas no estudo com nomes fictícios extraídos a partir das suas características descritas nas falas sobre si durante as entrevistas. As artesãs são identificadas como: Resistência, Inspiração, Decidida, Generosa, Tímida, Alegre, Paciência e Simplicidade.

inserção no coletivo de mulheres artesãs), práticas de gestão e compartilhamento de saberes-fazer, dentre outras questões. Os registros das entrevistas foram realizados por meio de gravações através de gravador após o consentimento das participantes, depois transcritos pelo pesquisador.

Quanto ao diário de campo, foi construído durante todo o percurso da investigação, de forma organizada e sistematizada desde o primeiro momento de entrada no campo de pesquisa. Assim, tem-se registrado tudo o que se observou desde a descrição do lugar, das pessoas, dos objetos, dos acontecimentos, percepções e impressões pessoais, resultados de conversas informais, bem como as angústias, as manifestações das interlocutoras, as reflexões do pesquisador, enfim, o visto e no não visto no contexto da investigação (ANGROSINO, 2009).

Todo o percurso investigativo foi registrado por meio da fotografia, utilizando-se de câmera fotográfica e drone. A preocupação aqui não é apenas fazer o registro dos acontecimentos para fins de comprovações das atividades, mas tecer relações entre o texto imagético e os demais textos registrados pelos outros instrumentos de pesquisa. Fotografar “implica em escolhas e recortes, dando relevância ao ponto de vista de quem fotografa e a imagem, nesse sentido, deixa de ser somente ilustração de descrições, mas possibilidade de construção a partir de outra forma de escritura.” (TITTONI, et al, 2010, p. 63). Desse modo, o que a fotografia nos revela sobre as práticas de gestão das mulheres artesãs da Associação dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar e Artesanatos Quilombo Lagoa dos Anjos? A fotografia subsidiou o registro de detalhes dos espaços, contexto e rituais (LIMA; NAZÁRIO, 2014). Nesse sentido, entendemos que a fotografia contribuiu significativamente para o processo de investigação, somando-se com as entrevistas, as observações e o diário de campo.

Após a realização das entrevistas individuais com as artesãs, foi realizada a entrevista em grupo⁵, a qual aconteceu depois da qualificação do projeto de pesquisa, objetivando-se retomar algumas questões com as artesãs sobre as práticas de gestão, o processo de organização, compartilhamento de saberes-fazer, comercialização da produção e os desafios enfrentados por elas, bem como sobre a elaboração do Produto Educacional (PE), requisito do Mestrado Profissional.

Esse momento coletivo aconteceu do lado de fora do salão da Igreja Católica da comunidade devido a estar este sendo usado com a catequese das crianças. O pesquisador procurou respeitar a opinião de cada participante no decorrer da conversa coletiva, a qual foi

---

⁵ A entrevista em grupo foi realizada no dia 09/04/2022.

gravada através de gravador e transcrita pelo pesquisador. Das oito artesãs que participaram das entrevistas individuais, quatro não puderam participar da entrevista em grupo: duas delas estão morando em outras cidades em decorrência dos estudos, uma já não está fazendo parte do grupo e uma não pôde estar presente.

Após o levantamento das informações, realizamos a fase de análise e interpretação dos dados. Segundo Taquette (2020), esta fase tem por premissa compreender e interpretar os dados, considerando os questionamentos levantados e o objetivo da pesquisa e que esse processo deve ser sistemático e compreensivo, contudo não precisa ser rígido. Essa autora ressalta que, “em qualquer técnica de análise, a interpretação é a principal ação da pesquisa, está presente em todo o seu processo e constitui a parte essencial da análise” (TAQUETTE, 2020, p.118) e que na pesquisa qualitativa ela deve estar presente desde o início da investigação.

No sentido de uma organização didática, segundo Taquette (2020), o tratamento dos dados qualitativos pode ser dividido em três etapas interrelacionadas: a descrição, a análise e a interpretação em diálogo constante com o referencial teórico da pesquisa e outros estudos acerca da temática. Assim sendo, adotou-se, como procedimentos de análise e interpretação dos dados do estudo sobre as práticas de gestão das mulheres artesãs da Comunidade Remanescente de Quilombo Lagoa dos Anjos Associação dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar e Artesanatos Quilombo Lagoa dos Anjos, seguir uma metodologia sistemática e contextualizada, na perspectiva de captar os significados, os pontos comuns, as divergências, ir além das falas e dos fatos narrados pelas participantes do estudo e as impressões do pesquisador diante das condições sociais e históricas em que as mulheres da pesquisa estão envolvidas.

O processo de leituras e releituras dos materiais captados por meio dos diferentes instrumentos de pesquisa visou à categorização dos dados, ou seja, agrupar elementos, ideias acerca de um determinado conceito no intuito de construir as categorias em consonância com os objetivos e o aporte teórico do estudo e, conseqüentemente, elaborar a dissertação e o produto educacional.

É necessário enfatizar que toda investigação exige um planejamento, todavia este, sobretudo quando a pesquisa é de abordagem qualitativa, deve ser flexível, aberto a possíveis alterações no decorrer do processo da pesquisa e análises de seus dados. Nesse sentido, a princípio estava previsto realizar a análise de alguns documentos, a exemplo do livro de Ata da Associação da comunidade, o que não foi possível devido à reorganização temporal em

virtude da pandemia da COVID-19⁶. Compreendemos que fazer pesquisa não é um ato desconectado do processo histórico, portanto esse fato impactou mundialmente nos tempos-espacos vivenciados por todos nós, o que não foi diferente com o processo de realização da pesquisa no contexto da Comunidade Quilombola Lagoa dos Anjos. A pandemia nos fez rever a vida cotidiana, as relações de convivências, enfim, no início, tudo era muito novo, não sabíamos como lidar com a situação imposta, aos poucos, a ciência foi apontando “caminhos” para enfrentarmos esse mal que tirou muitas vidas no mundo todo.

Por último, considerando que não há, no ambiente de pesquisa, mera execução de tarefas desprovidas de sentido e de significado, fazer este estudo, no contexto da pandemia, tem um significado de crença na ciência; desse modo, espera-se que esta pesquisa, que foi gestada e desenvolvida num momento histórico tão assustador, possa suscitar muitas indagações, análises, (re)construção de saberes e fazeres referentes às práticas de gestão e compartilhamento de saberes-fazeres das mulheres artesãs da Associação dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar e Artesanatos Quilombo Lagoa dos Anjos, contribuindo, assim, com a qualidade das práticas de gestão e colaborando com o desenvolvimento social e regional.

Compreendemos que o estudo oportunizou pensar, juntamente com as mulheres artesãs, sobre as tensões que atravessam o meio social em que elas estão inseridas, proporcionando, de forma coletiva, sentidos que poderão ser essenciais para a vida de mulheres quilombolas que estão na resistência e contribuindo com a geração de renda e protagonizando suas histórias.

Este estudo está dividido da seguinte forma: **Apontamentos Introdutórios**, onde são apresentados aos/às leitores (as) a motivação que levou ao desenvolvimento da pesquisa, a questão de estudo, os objetivos, o campo empírico e o aporte teórico.

Na sequência o **capítulo 1**, “Cenário da pesquisa e as mulheres artesãs da Associação dos Trabalhadores Rurais da Agricultura familiar e Artesanatos Quilombo Lagoa dos Anjos”, apresenta o cenário onde esta pesquisa transcorreu, situando e apresentando aos (às) leitores (as) o Território de Identidade Sertão Produtivo, o município de Candiba e a Comunidade Remanescente de Quilombo Lagoa dos Anjos, com ênfase na Associação dos Trabalhadores

---

⁶ Segundo Souza (2016), desde o final do ano de 2019, o mundo enfrenta uma crise após a descoberta de um novo vírus. A Organização Mundial de Saúde (OMS) em 11 de fevereiro de 2020 estabeleceu a nomenclatura oficial, quando o vírus foi denominado coronavírus-2 da síndrome respiratória aguda grave (SARS-CoV-2) e a doença infecciosa do coronavírus-19 (COVID-19), adotando medidas de prevenção como o distanciamento social, o uso de máscara e álcool em gel. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbsmi/a/8phGbzmbBsSynCQRWjpxJL9m/?lang=pt>. Acesso em: 01/11/2021.

Rurais da Agricultura familiar e Artesanatos Quilombo Lagoa dos Anjos, bem como o perfil das mulheres artesãs participantes desta pesquisa.

No **capítulo 2**, intitulado “Práticas de gestão e artesanatos: compartilhamento de saberes-fazer das mulheres artesãs”, apontaremos e analisaremos as práticas de gestão na perspectiva da produção artesanal das artesãs, evidenciando a forma de organização e produção artesanal - as matérias-primas, técnicas, inspirações, tipologias de artesanatos produzidos, frequências de trabalho, organização, registro e controles da produção; as dificuldades e os desafios enfrentados pelas artesãs na prática do artesanato e comercialização, bem como as contribuições das práticas de gestão das mulheres artesãs da Comunidade Lagoa dos Anjos no compartilhamento de saberes-fazer.

Por se tratar de um Mestrado Profissional, apresentaremos, no **capítulo 3**, o produto da pesquisa – um guia intitulado: “Saberes e práticas de gestão das mulheres artesãs da Comunidade Lagoa dos Anjos do município de Candiba, Bahia.” Este produto educacional propõe informações, orientações e sugestões que possam auxiliar nas práticas de gestão e no compartilhamento de saberes-fazer acerca da produção de artesanatos, além de buscar valorizar as histórias, o protagonismo e os trabalhos artesanais desenvolvidos pelas mulheres artesãs da e na comunidade.

Por fim, são apresentadas as considerações finais, retomando a questão e os objetivos da pesquisa e sinalizando novas perspectivas de estudos sobre as práticas de gestão e compartilhamentos de saberes-fazer acerca das experiências das mulheres artesãs.

1 CENÁRIO DA PESQUISA E AS MULHERES ARTESÃS DA ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR E ARTESANATOS QUILOMBO LAGOA DOS ANJOS

Para se chegar ao campo empírico da investigação, faz-se necessário trilhar e descrever o percurso para contextualizar o objeto de pesquisa, situando o leitor sobre o contexto geográfico, histórico, político, cultural, social, enfim, apresentando uma compreensão mais ampliada do campo empírico e suas interrelações. Fazer pesquisa implica estar atento às múltiplas dimensões que cercam o espaço da investigação; desse modo, neste capítulo, apresentaremos o cenário da pesquisa e o perfil das mulheres artesãs da Associação dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar e Artesanatos Quilombo Lagoa dos Anjos.

1.1 O Território de Identidade Sertão Produtivo⁷

O Território de Identidade Sertão Produtivo é composto por vinte municípios⁸, a saber: Brumado (1), Contendas do Sincorá (2), Dom Basílio (3), Livramento de Nossa Senhora (4), Malhada de Pedras (5), Tanhaçu (6), Ituaçu (7), Caculé (8), Ibiassucê (9), Rio do Antônio (10), Caetité (11), Lagoa Real (12), Tanque Novo (13), Candiba(14), Guanambi(15), Palmas de Monte Alto (16), Pindaí (17), Sebastião Laranjeiras (18), Urandi (19) e Iuiú (20). A área territorial é de 32.354,6 km², ou seja, 5,7% do território baiano. (PDTRSS, 2016)⁹.

---

⁷ Mediante a Lei nº 10.705, de 14 de novembro de 2007, o estado da Bahia, por meio da Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (Seplan), adotou a política de regionalização em Territórios de Identidade. Considera-se Território de Identidade o agrupamento identitário municipal formado de acordo com critérios sociais, culturais, econômicos e geográficos, e reconhecido pela sua população como o espaço historicamente construído ao qual pertence, com identidade que amplia as possibilidades de coesão social e territorial. De acordo com os dados da Secretaria de Planejamento (SEPLAN, 2015), o território Sertão Produtivo tem 90% de sua economia baseada na agricultura familiar.

Encontra-se informação sobre o processo histórico de constituição da população do Território em (PDTRSS, 2016).

⁸ A numeração na frente dos nomes dos municípios está de acordo com a numeração no mapa do Território de Identidade Sertão Produtivo.

⁹ Disponível em: https://seplan.ba.gov.br/arquivos/File/politica-territorial/PUBLICACOES_TERRITORIAIS/Planos-Territoriais-de-Desenvolvimento-Sustentavel-PDTRSS/2018/PDTRSS_2016_Sertao_Produtivo.pdf. Acesso em: 27 abr 2020.

Mapa 1 - Municípios do Território Sertão Produtivo

Fonte: (PDTRSS, 2016).

A região faz parte da área de abrangência do Semiárido baiano, localizado na Serra Geral. O clima é uma variação de seco, semiárido a subúmido. O bioma predominante na região é a Caatinga, associada ao Cerrado.

Em 2010, ano da realização do último Censo Demográfico pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010)¹⁰, a população no Território Sertão Produtivo era de 460.794 habitantes, sendo 230.476 do sexo masculino e 230.318 feminino; desse total de habitantes, 54,4% residiam no meio urbano, e 45,6%, no campo. Em relação à população por cor, raça do território, 60,8 são de negros (pretos e pardos), 0,1% de indígenas, 38,3% de brancos e 0,8% é de amarelos (SILVA, 2021).

No que tange às atividades econômicas do território, o setor de comércio e serviços tem uma grande representatividade no Produto Interno Bruto do estado. Destaca-se também a agricultura destinada à comercialização, a pecuária de subsistência e a agricultura familiar¹¹. Segundo Oliveira et al (2016), a agricultura familiar é a principal atividade econômica de várias regiões do Brasil, exercendo importante função social, econômica e ambiental. No Nordeste encontra-se metade dos estabelecimentos de agricultura familiar do país, a Bahia

¹⁰ Devido à Pandemia da COVID 19, não foi possível o IBGE realizar o censo populacional em 2020.

¹¹ Segundo Oliveira et al (2016), os pequenos agricultores e agricultoras foram valorizados/as como personagens políticos na história brasileira com a Lei 11.326/06, que institui que agricultor/a familiar é o que pratica atividades no meio rural que não detenha a qualquer título área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais, utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento e que tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento.

detém 15,2% do total nacional. O Território de Identidade Sertão Produtivo possui sua economia baseada no setor de comércio, serviços, pecuária, agricultura familiar, embora a mineração tenha se destacado com as descobertas e explorações de muitas jazidas minerais nas últimas décadas do século XX e primeira década do século XXI.

Assim, o território situa-se no mapa econômico da Bahia como uma área de grande concentração de minérios, a exemplo da exploração de urânio, ferro, magnésio, manganês e talco. É reconhecido pelo seu potencial em produção de minérios, principalmente nos municípios de Brumado e Caetité. Tem ganhado evidência também pela produção de energia limpa, (eólica e solar), a exemplo dos Complexos Eólicos do Alto Sertão I e II nos municípios de Caetité, Igaporã e Guanambi. Em 2016 a empresa Renova Energia deu início à construção de um parque de geração elétrica a partir da luz solar em Caetité, expandindo-se para outros municípios do território. Todavia, faz-se necessário ressaltar que boa parte dos postos formais de trabalho se concentra na Administração Pública. (PDTRSS, 2016).

No tocante ao setor da educação, o território tem-se tornado um polo educacional. No âmbito do ensino superior público, conta-se com a Universidade do Estado da Bahia nos municípios de Caetité (Campus VI), Guanambi (Campus XII) e Brumado (Campus XX), o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Baiano (IFBaiano) em Guanambi, Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) em Brumado, o Polo da UFBA com cursos EADs; no ensino superior privado, O Centro Universitário (UniFG) e Fip Guanambi, UniFG em Brumado, além de várias instituições de ensino superior privado a distância.

No aspecto cultural, dentre as manifestações se destacam as de cunho religioso, ganhando relevo os festejos juninos em quase todos os municípios do território. Muitos realizam festejos dos seus padroeiros/as, vaquejadas, reisados, a “capoeira e suas vertentes de dança como o maculelê, o vai-de-virá e outros têm sua difusão geralmente nos quilombos e comunidades sertanejas, todavia muito timidamente” (PDTRSS, 2016, p. 27). Em muitos dos municípios do território encontram-se as benzedeadas, a exemplo do município de Candiba, que conta com “a tradição das benzedeadas da Comunidade de Lagoa dos Anjos, com Dona Ninha, a matrona da família que vem defendendo e buscando perpetuar essa crença como um dos saberes secular” (PDTRSS, 2016, p. 27).

Semanalmente realizam-se nos municípios as feiras livres onde muitas pessoas colocam à venda produtos da produção local e oriundos de outras regiões. É comum encontrar nas feiras produtos alimentícios, roupas, itens de medicina popular, mudas de plantas,

artesanatos, utensílios para casa, enfim, desse modo, entende-se que as feiras livres são espaços onde “os saberes das tradições e as novas referências, concorrem entre si, dialogam, negociam suas absorções e suas influências” (NUNES, 2009, p.44). As feiras livres são espaços em que a população do campo e da cidade se encontra para compartilhar saberes, sabores, fazer amizades, consumir alimentos e negociar seus produtos, portanto, constituindo-se em espaços de produção da vida.

No que tange às comunidades remanescentes de quilombo, o Território de Identidade Sertão Produtivo conta com 54 (cinquenta e quatro) comunidades certificadas como pode ser observado no quadro 1.

Quadro 1 - Comunidades Remanescentes de quilombo Certificadas no Território de Identidade Sertão Produtivo até abril de 2022

Municípios	Comunidades	Nº
Caetité	Pau Ferro	13
	Vereda do Cais	
	Sapé	
	Mercês	
	Lagoa do Meio	
	Contendas	
	Olhos D' Água	
	Sambaíba	
	Vargem do Sal	
	Malhada	
	Cangalha	
	Lagoa do Mato	
	Passagem de Areia	
Candiba¹²	Lagoa dos Anjos	1
Contendas do Sincorá	São Gonçalo	1
Guanambi	Queimadas	2
	Morro de Dentro	
Ibiassucê	Santo Inácio	1
Ituaçu	Lagoa da Laje	2
	Chapadinha, Duas Barras e Baixa Funda	
Lagoa Real	Lagoa da Rocha	1
Livramento de Nossa Senhora	Amola Faca,	
	Olhos D'água do Meio	
	Lagoinha	
	Poço	

¹² Segundo informações extraoficiais, Candiba tem cinco comunidades negras, mas até abril 2022, apenas a Comunidade Lagoa dos Anjos foi certificada.

	Cipoal	14
	Lagoa do Leite	
	Jibóia	
	Jatobá	
	Rocinha-Itaguassu	
	Várzea Grande e Quixabeira	
	Couros	
	Maracujá	
	Pajeú	
	Lagoa dos Couros	
Tanhaçu	Pastinho	2
	Tucum	
Pindaí	Caco, Vargem do Rancho e Taboa II	2
	Boi	
Palmas de Monte Alto	Mari	15
	Cedro, Curral Novo e Sítio Canjirana	
	Angico	
	Barra	
	Vargem comprida	
	Juazeirinho e Adjacência	
	Aroeira	
	Toquinha	
	Brasileira e Adjacências	
	Lagoa Seca e Regiões Vizinhas	
	Empoeira	
	Jurema e Adjacências	
	Fazenda Campos Sítio Leão	
Rancho das Mães		
Vargem Alta		
Total Geral:		54

Fonte: Elaborado pelo autor com dados publicados no site da Fundação Cultural Palmares.

No Brasil, segundo os dados da Fundação Cultural Palmares, das 3.432 comunidades remanescentes de quilombo certificadas, 300 são no Estado da Bahia, o que requer uma política estadual de promoção de direitos à terra e o fortalecimento dessas comunidades, sobretudo na questão da geração de trabalho e renda, assim como políticas municipais direcionadas para as 54 comunidades certificadas no Território de Identidade Sertão Produtivo.

É necessário ressaltar que, na contramão da história, temos presenciado o desmonte das políticas públicas no governo do Presidente Jair Bolsonaro, como se pode destacar a gestão conturbada de Sérgio Camargo frente à Fundação Cultural Palmares desde 2019 até a sua saída para se candidatar nas eleições de 2022. Sérgio Camargo negou a existência do racismo no Brasil e diversas ações que desrespeitaram a história dos negros do país, a

exemplo da retirada do sítio da instituição dos nomes de personalidades negras vivas ainda atuantes no cenário nacional e internacional, como Gilberto Gil, Sueli Carneiro, Martinho da Vila, Elza Soares, Conceição Evaristo, Leci Brandão, Milton Nascimento, dentre outras. Ação que partiu, justamente, do gestor de uma fundação que tem por objetivo promover uma política cultural que contribua para a valorização da história e das manifestações culturais e artísticas negras brasileiras como patrimônios nacionais.

Foi visível, na gestão de Sérgio Camargo, o desmonte das políticas públicas, conquistadas com muitas lutas pela sociedade brasileira, principalmente por aqueles e aquelas que sempre foram subalternizados no processo histórico do país. Ter à frente das Secretarias de governo, ministérios, pessoas que não reconhecem nem defendem os grupos que vivem em condições de vulnerabilidade social, econômica ou que, ao longo da história da sociedade brasileira, tiveram negados os seus direitos é um retrocesso para a democracia brasileira.

Nesse contexto, temos enfrentado sérios ataques aos direitos da população negra, dos povos indígenas, dos diferentes sujeitos do campo, das mulheres, haja vista que o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos era gerido por uma mulher machista, homofóbica, preconceituosa, racista, desde a criação do Ministério, em 2019, até deixar a pasta para se candidatar nas eleições de 2022.

Feito esse registro, na sequência apresentaremos o município de Candiba, bem como a Comunidade Remanescente de Quilombo Lagoa dos Anjos e as mulheres artesãs da pesquisa.

1.2 O município de Candiba - Ba

Para se compreender de que lugar se fala, recuperamos algumas informações históricas a partir dos estudos de Nunes (2009) e Reis (2014) para contextualizar o município de Candiba no marcador temporal. Este município está aproximadamente a 704 Km da capital, Salvador.

Fotografia 1 - Vista área da sede de Candiba

Fonte: (Arquivo do autor, 2021)

Segundo Nunes (2009), por volta de 1834, um padre português de nome Francisco Moreira dos Santos se estabeleceu em uma localidade cujas terras aparentavam ser propícias para o cultivo de plantações. Conforme Nunes (2009) e ratificado por Reis (2014), a apropriação territorial do espaço geográfico onde se situa o município tratado aqui, se deu a partir da chegada do padre e de escravos fugitivos de fazendas da região, tais como: Mulungu, Santa Rosa e Canabrava. Esses escravos se abrigavam em torno de uma lagoa chamada Lagoa do Mocambo. Seu território pertencia, originalmente, à Vila Nova do Príncipe e Santana de Caetité, depois a Palmas de Monte Alto e, em 1920, tornou-se distrito de Guanambi.

De acordo com Nunes (2009, p. 45):

Durante 104 anos o território descoberto foi chamando de ‘Mocambo’¹³, palavra que significa mato baixo. Iniciativa dos escravos fugitivos, acompanhantes do padre, que resolveram batizar o esconderijo com a característica da vegetação predominante.

O padre citado anteriormente se instalou na terra e aos poucos foi criando as condições para desenvolver um trabalho de evangelização dos escravos e agregados das

---

¹³ Segundo Reis (2014, p. 45), Candiba recebeu o nome Mocambo por 104 anos, até que em 1938 um viajante desconhecido que passava pela Vila, sugeriu a mudança de nome para Canbimba. Como a pronúncia da palavra era difícil, conta-se que retiraram a letra “m” e o nome foi alterado para Candiba.

fazendas próximas. Segundo Nunes (2009, p.45), “as missas uniam as poucas famílias latifundiárias descendentes de portugueses, e algumas, já mestiças, dado à mistura com negros e amerabas¹⁴”, expressa-se aí uma população marcada com características identitárias diversas.

É importante demarcar, a partir de Nunes (2009) e Reis (2014), que a presença do negro e dos afrodescendentes faz parte do início da história do município de Candiba, assim como a influência e protagonismo da Igreja Católica. No que tange à presença dos negros fugitivos marcada na constituição histórica do referido município, Reis (2014, p. 43) ressalta que, nas terras em que eles se refugiavam, aos poucos, iam-se dedicando “à economia de subsistência”, estabelecendo relações sociais diversas, a partir do trabalho, da cultura, das práticas de religiosidade e com a natureza.

Nunes (2009) e Reis (2014) apontam em seus estudos a carência de material escrito e valorização da cultura oral sobre os quilombolas de Candiba, território que “foi antes de tudo um quilombo” (REIS, 2014, p. 44). As autoras sublinham que as bases culturais africanas e indígenas foram silenciadas pelas famílias hegemônicas, em sua maioria, formadas por latifundiários pecuaristas. Reis (2014) demarca em seu estudo, que nos escritos oficiais da história desse município, há uma tendência de sufocamento da memória da população negra no processo constitutivo da cidade e uma valorização da memória dos grupos hegemônicos, sobretudo, colocando os portugueses como figuras importantes no processo de formação do município, inclusive realçando-os como investidores de capital. Essa característica que marca a história desse município, não é diferente da história do país, bem como de muitos brasileiros.

A população da comunidade Mocambo foi-se expandindo, por meio das famílias de pecuaristas, vaqueiros, produtores rurais, escravos, dentre outros sujeitos que foram agregando por ali. Nesse movimento, o Mocambo ia perdendo suas características de quilombo e ganhando feição de um singelo centro econômico dos grandes proprietários de terras da região, que se reuniam em uma feira livre para fazer o comércio dos seus produtos. (NUNES, 2009).

Como foi dito, anteriormente, a feira livre ainda hoje acontece na maioria dos municípios do Território de Identidade Sertão Produtivo como espaço de comercialização dos produtos locais e vindos de outras regiões do país. A feira para muitas pessoas dos municípios

---

¹⁴ Neologismo Ameríndio sugerido pelo Henrique George Hurley para designar os indígenas americanos, como autóctones. Disponíveis em: <https://www.dicio.com.br/amerabas/>. Acesso em 04 dez 2020.

do território, inclusive de Candiba, é de onde elas tiram o sustento de suas famílias. Todavia, é importante marcar que este espaço nos municípios do território tem passado por transformações, sobretudo, com a facilidade de acesso, devido à melhoria das estradas, em muitos casos, pessoas de outras regiões vêm comercializar suas mercadorias.

Mas, retornando aos lastros da história do município de Candiba, a partir de 1930 o Mocambo passa a ser chamado de Candiba e, em 1962, emancipa-se de Guanambi, tornando-se município (NUNES, 2009).

No que tange à atividade econômica de Candiba, a cultura do algodão vai-se expandindo e dividindo as atenções dos fazendeiros locais com a pecuária, mas, com a crise do algodão na região provocada pelo bicudo-do-algodoeiro¹⁵ nas décadas de 1980 e 1990, outras culturas ganham espaço, como a mandioca, o milho, a mamona, o feijão e o arroz, assim como a criação de bovinos, ovinos, suínos e caprinos, que estiveram presentes no município desde sua origem, porém ocupando lugares secundários.

Segundo o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), Candiba tem uma área territorial de 417, 975km², com uma população de 13.210 habitantes, sendo 6.815 de homens e 6.395 de mulheres. Desta população, 7.729 habitantes residem na área urbana e 5.481 na área rural. Do total de habitantes do município 69% são pretos e pardos (negros). Entretanto, Reis (2014) sublinha que não se encontra nos registros oficiais de Candiba menção de valorização do protagonismo da população negra na constituição do município. Pode-se inferir que há um silenciamento da presença e contribuições dos negros no processo histórico da cidade, o que não foi/é diferente na história de vários municípios brasileiros, que carregam em sua gênese a herança colonialista, alicerçada em “uma estrutura de opressão que privilegia certos grupos em detrimento de outros” (RIBEIRO, 2019, p.31).

Reis (2014, p. 46) destaca que “em Candiba-BA pouco se estudou sobre a presença do negro e menos ainda sobre sua participação nos processos de povoamento, colonização e ocupação das terras que formam o município.” Embora o estudo que ora se faz não tenha o objetivo de investigar as questões elucidadas por Reis, entende-se, que em certa medida poderá dá visibilidade ao coletivo de mulheres negras artesãs da Comunidade Quilombola

---

¹⁵ Praga do algodoeiro que na década de 1980 se espalhou pelas diversas regiões algodoeiras do País. Segundo Belot (2015), das principais pragas que atacam o algodoeiro o Bicudo ainda é a de mais difícil controle para o produtor, sobretudo devido à variedade de transgênicos. O bicudo-do-algodoeiro foi detectado pela primeira vez no México e existem relatos de que isso aconteceu há mais de mil anos. Com a chegada às lavouras do Brasil, constituiu-se num dos fatores-chave para a decadência da cultura algodoeira na década de 1980.

Lagoa dos Anjos, situada no município referido, colocando em evidência questões dos seus cotidianos, que, muitas vezes, só serão notadas por meio de um processo de investigação.

No aspecto educacional, uma questão que merece destaque diz respeito à taxa de analfabetismo da população do município. Segundo levantamento realizado por Reis (2014) a partir dos dados do IBGE (2010), Candiba apresentava, entre os brancos, o percentual de analfabetos entre pessoas com 15 anos ou mais de 23,5%; entre os pretos 38,7%; e entre os pardos, 24,7%. Se somarmos pretos e pardos (negros), são 63,4% dos habitantes do município com 15 anos ou mais que eram analfabetos, ficando muito distante da taxa nacional para essa mesma população e recorte etário, que era de 27,4%. Já o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) era de 0,591 (BRASIL, 2010).

Quanto ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do município de Candiba, dos anos iniciais e finais do ensino fundamental, era de 5,2 e 4,2 respectivamente, e do ensino médio 4,5 (BRASIL/INEP, 2019). E conforme dados do Censo Escolar de 2020/INEP, Candiba tem 13 escolas da Educação Básica, sendo apenas uma localizada no campo e 12 na sede do município; nestas foram matriculados 225 na creche, 279 na pré-escola, 966 nos anos iniciais do ensino fundamental, 826 nos anos finais, 409 no ensino médio, 146 na educação de jovens e adultos e 85 na educação especial¹⁶. O município oferta da educação infantil ao ensino médio.

Na parte da gestão municipal, Candiba conta com as seguintes secretarias:¹⁷ Saúde, Educação e Cultura, Administração e Finanças, de Agricultura e Meio Ambiente, Secretaria de Assistência Social e uma Controladoria Interna. Observa-se uma lacuna de “pastas” para tratar de pautas específicas, tais como: juventude(s), mulheres, trabalho e renda, promoção da desigualdade racial, dentre outras.

Neste sentido, as reflexões tecidas neste tópico relacionadas aos aspectos históricos, sociais, educacionais, culturais, políticos e econômicos servem de porta de entrada para a apresentação e reflexão sobre a Comunidade Remanescente de Quilombo Lagoa dos Anjos e o perfil das mulheres artesãs pertencentes a este território.

---

¹⁶ Dados extraídos do site QEdU.org.br disponíveis em: https://qedu.org.br/estado/105-bahia/censo-escolar?year=2020&dependence=0&localization=0&education_stage=0&item=. Acesso em: 21 de out 2021. Vale ressaltar que esse site trabalha com dados do Censo Escolar/INEP.

¹⁷ Informações extraídas do site: <http://www.candiba.ba.gov.br/secretarias>. Acesso em: 07 de dez 2020.

1.3 Comunidade Remanescente de Quilombo Lagoa dos Anjos e as mulheres artesãs da pesquisa

A Comunidade Remanescente de Quilombo Lagoa dos Anjos faz parte da Fazenda Gamileirinha, situada aproximadamente a 5km da sede Candiba, certificada pela Fundação Cultural Palmares desde 2011 (BRASIL, 2017), sendo a única certificada no município até abril de 2022. A Comunidade Lagoa dos Anjos leva este nome devido a ficar próxima a uma antiga lagoa (que foi aterrada) e em cujas margens eram enterrados os bebês recém-nascidos, chamados de anjinhos pela comunidade. Para não perder por completo a memória dessa história, nomeou-se a comunidade de Lagoa dos Anjos.¹⁸

O itinerário da sede do município até a Comunidade de Lagoa dos Anjos passa por algumas fazendas, como Sítio Lagoa do Eugênio, Fazenda Arrogante e Fazenda Mulungu. Ao longo desse caminho os moradores das fazendas próximas estão sempre dispostos a auxiliar com algum tipo de informação que facilite a chegada à comunidade. É muito comum, em cidades pequenas e principalmente em comunidades rurais, o modo como as pessoas transmitem essas informações de acesso às localidades. Geralmente em suas falas, as indicações de qual estrada seguir estão associadas a bares, caixas d'água, chafarizes, o que ajuda a não se perder entre muitas possibilidades de caminhos.

Mapa 2 – Itinerário da Sede do Município de Candiba à Comunidade de Lagoa dos Anjos

Fonte: (Adaptado do Site OpenStreetMap).

¹⁸ Informações disponíveis em: <http://linksertao.blogspot.com/2015/02/quilombo-lagoa-dos-anjos-candiba-bahia.html>. Acesso em 08 de dez 2020.

A construção que serve como referência de chegada à comunidade é o salão da Igreja Católica. Conforme foi informado pela presidente da Associação dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar e Artesanatos Quilombo Lagoa dos Anjos, por não ter ainda a sua sede, funciona no salão da igreja. O Salão é o espaço coletivo que funciona como local para celebração religiosa e também para os eventos da comunidade, como as reuniões da associação, os cursos, palestras, reuniões políticas, bem como os encontros das mulheres artesãs da comunidade que se reuniam duas vezes por semana, antes do período da pandemia, para a produção e organização dos seus artesanatos.

Fotografia 2 – Salão da Igreja Católica da Comunidade Quilombola Lagoa dos Anjos

Fonte: (Arquivo do autor, 2021)

A construção fica dentro de uma área cercada, com algumas árvores à sua volta e este espaço externo é utilizado para eventos maiores da comunidade. Na parte interna do salão encontramos um pequeno altar com as imagens de Nossa Senhora Aparecida e de São Benedito. Ainda compondo o cenário interno do salão, encontra-se um quadro de aula que é utilizado para os encontros de formação dos/das moradores/as da Comunidade e bancos de madeira comuns em uma igreja.

Atualmente, conforme informações obtidas por meio de conversa informal com as participantes da pesquisa, existem aproximadamente trinta famílias residindo na Comunidade Lagoa dos Anjos. São famílias compostas por trabalhadores e trabalhadoras rurais que vivem numa luta diária para resistir e existir no campo, (re)construindo suas histórias neste território.

Quanto à Associação, são quase duzentos moradores da comunidade associados, os quais contribuem cada um/a com uma taxa de dois reais por mês para custear as despesas da Associação.

A história dessa comunidade é marcada pela (re)existência e produção de culturas materiais e imateriais baseadas no fator parentesco e no manejo coletivo e individual da terra, elementos que contribuíram para o seu reconhecimento. No artigo 2º do Decreto Federal nº 4.887 de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes de quilombos consideram-se como remanescentes das comunidades quilombolas “os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”. (BRASIL, 2003b, p.1).

Nesse sentido, entende-se que a comunidade Lagoa dos Anjos é constituída por população negra rural que se autodefine a partir das relações com a terra, com o parentesco, com o território, com a ancestralidade, as tradições e suas práticas culturais. Um elemento importante que merece destaque nessa reflexão acerca da Comunidade Lagoa dos Anjos é que nem todas as pessoas são negras, existem pessoas brancas como nos foi relatado pelas artesãs, inclusive isso foi um problema no momento da vacina contra a COVID-19, uma vez que os quilombolas entraram nos grupos prioritários de vacinação e, segundo as participantes da pesquisa, quando chegava uma pessoa branca da comunidade para se vacinar, não era vacinada.

As mulheres relataram a dificuldade que enfrentaram para “convencer” a equipe de vigilância epidemiológica do município de que essas pessoas faziam parte da comunidade quilombola. Elas contaram que, às vezes, o marido preto era vacinado e a mulher branca, não, a mulher preta era vacinada e o marido branco, não. “Foi uma luta para resolver esse problema”, relata Resistência (2022).

Para colocar em relevo as comunidades remanescentes de quilombo, é necessário voltar na história para recuperar alguns elementos importantes, a exemplo do entendimento do conceito de quilombo. Segundo Santos (2012), o conceito de quilombo encontra-se em pleno processo de redefinição com o dispositivo da Constituição Federal de 1988, que prevê a titulação das terras para as comunidades remanescentes de quilombos. Para Araújo (2012, p.101), a denominação remanescente de quilombo é usada para conferir direitos territoriais e que “vem sendo utilizada em paralelo ou da mesma forma, que comunidades negras rurais ou

terra de pretos”. A recriação deste conceito promove uma releitura das relações sociais que constituem os quilombos. No entendimento de Santos (2012), no período colonial brasileiro, o significado do termo quilombo estava associado aos agrupamentos de fugitivos negros e não negros, à formação de territórios. Nesse contexto, os quilombos eram “sinônimos de liberdade para uns e ameaça (de roubos, de libertação de escravizados, de guerrilhas etc.) para outros”, como também uma “possibilidade de inserção num sistema de produção e repartição social mais igualitária, sendo, com isso, um modelo alternativo de sociedade que engendrava um confronto com o modelo escravista”. (SANTOS, 2012, p.651).

Almeida (1999) ressalta que a aceção de quilombo trazida pelo Conselho Ultramarino de Portugal, em 1740, estrutura-se em cinco categorias analíticas. A fuga, a quantidade de fugidos, o isolamento geográfico, a moradia habitual, ou seja, o “rancho”, o autoconsumo e a capacidade de reprodução, simbolizados na figura do pilão de arroz. A Constituição Federal de 1988, no artigo nº 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, traz um novo entendimento para o termo quilombo, em que diz: “Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

Na concepção de Santos (2012, p. 651),

esse dispositivo constitucional vai permitir que as lutas quilombolas sofram uma transformação na percepção que a sociedade tem dos quilombos, efetuando-se uma reconfiguração simbólica (com a atribuição de uma dimensão política) do ser descendente de escravos na qual se confere relevo a dimensão da resistência à escravidão.

Essa conquista constitucional rompe com o silenciamento a respeito da quilombagem, sobretudo, no contexto escolar, pois só se falava do Quilombo dos Palmares. Essa conquista abre os caminhos para a conscientização da condição imposta de escravidão, e uma nova interpretação e alargamento conceitual acerca do termo quilombo, o qual ressurgiu como “símbolo de lutas dos negros (no passado e no presente), significado que vinha sendo construído pelo movimento negro brasileiro” (SANTOS, 2012, p.652).

O alargamento do alcance do conceito de expressão de uma forma de organização e existência no passado para definidor de direitos no presente impulsiona uma releitura da formação do território brasileiro e, nesse sentido, constitui novas formas de articulação entre o passado e o presente – o que cria novas possibilidades de futuro para as comunidades quilombolas. As definições que vão surgindo, e que ressaltam a formação de sujeitos coletivos, processos identitários, territorialidades e de patrimônio cultural, entre outros aspectos mobilizados como traços diacríticos, retiram da história

o monopólio na instituição de representações do que é ou não quilombo (SANTOS, 2012, p.652).

É necessário destacar que, após a abolição da escravatura, em 1888, o Brasil e outros países das Américas vivenciaram um projeto de branqueamento da população, o qual foi pautado num ideário de superioridade racial do branco sobre os não brancos, o que acabou interferindo nas relações de trabalho e fortalecendo um processo de segregação de base racial. No século XX a ideologia do racismo é refuncionalizada, sobretudo a partir do processo de industrialização com a forma hegemônica das relações capitalistas. Na sociedade capitalista o racismo se manifesta nas experiências concretas de indivíduos e grupos, em diferentes eixos de discriminação: pela cor da pele, pela cultura, pela religiosidade, por saberes, por práticas culturais dentre outros aspectos (SANTOS, 2012).

Há de se destacar que, com a promulgação do decreto presidencial nº 4.887/2003¹⁹, conquista do Movimento Negro, os remanescentes de comunidades quilombolas passam a ser compreendidos como “grupos étnico-raciais, segundo a critérios de autoatribuição, como trajetória própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” (BRASIL, 2003). Esse decreto avança na perspectiva do reconhecimento da identidade étnica dos grupos raciais das comunidades remanescentes de quilombos. Nesta mesma direção, ao estabelecer o critério da autoatribuição para que os quilombolas possam pleitear suas terras, o Estado os reconhece como sujeitos de direitos, possibilitando protagonismo desses sujeitos no processo de demarcação de seus territórios.

Para Jatobá (2015, p. 14), “a certificação das comunidades quilombolas é o primeiro passo para a regularização fundiária e para o reconhecimento da identidade da comunidade como remanescente de quilombo”. No Brasil, aproximadamente, 250 comunidades aguardam sua certificação conforme a atualização dos dados da Fundação Cultural Palmares em 21 de fevereiro de 2020. Jatobá (2015, p.30) sublinha que “o processo de reconhecimento pelo Estado de uma comunidade quilombola passa pela sua inscrição no Cadastro Geral de Remanescentes das Comunidades dos Quilombos da Fundação Cultural Palmares (FCP).” Isso é fundamental para os quilombolas terem garantida sua reprodução nas diversas dimensões da vida. Além disso, esse reconhecimento pelo Estado é ponto de partida para

---

¹⁹ BRASIL. Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003b. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 nov. 2003.

acessar determinadas políticas públicas destinadas aos povos quilombolas, a exemplo do Programa Brasil Quilombola, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) por meio da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR)²⁰, agregando ações voltadas para as comunidades remanescentes de Quilombo nos eixos “Acesso a Terra”; “Infraestrutura e qualidade de vida”, “Inclusão Produtiva e Desenvolvimento Local” e “Direitos e Cidadania”²¹.

No tocante ao Programa Brasil Quilombola (PBQ), Souza (2016) ressalta que este consolidou os marcos da política de Estado para as comunidades quilombolas, a partir dele foi instituída a Agenda Social Quilombola pelo Decreto 6.261/2007 (BRASIL, 2007). Nesse processo de reconhecimento de sujeito de direito, destacam-se as políticas de ações afirmativas, as quais criam as condições para que grupos historicamente alijados dos processos de inclusão social no país tenham condições reais de acesso ao ensino superior e de qualidade.

Essas conquistas são importantes para que a população negra seja reconhecida como sujeito de direitos, a exemplo da certificação da Comunidade Remanescente de Quilombo Lagoa dos Anjos. Na concepção de Ferreira (2012, p.649), “afirmação étnica produz uma nova valorização da memória e das próprias histórias vividas” pelos negros. Nesse sentido, “identidade quilombola caminha na desconstrução da inferioridade que foi ideologicamente atribuída pelo sistema colonial a todos e quaisquer elementos da negritude” (FERREIRA, 2012, p.649).

No caso da Comunidade de Lagoa dos Anjos, pode-se destacar como uma estratégia de afirmação étnica e cultural a criação do grupo de dança denominado “Grupo de Dança Quilombo dos Anjos”²², composto por crianças quilombolas que têm levado sua cultura para

---

²⁰ Em 2003 foi criada a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), um marco importante na estrutura do governo federal, uma conquista significativa para o fortalecimento da promoção da igualdade racial no Brasil.

²¹ Disponível em: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/igualdade-racial/artigos-igualdade-racial/programa-brasil-quilombola>. Acesso em: 01 de dez 2020. No site do referido Ministério encontram-se também informações sobre temáticas relacionadas à mulher, tais como: violência contra a mulher, Educação, cultura e ciência, Saúde integral da mulher, Mulher e trabalho, Diversidade das mulheres, Ações internacionais, Mulheres do campo, da floresta e das águas, Poder e participação política, Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Estatísticas de gênero, dentre outras. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/temas>. Acesso em: 07 de jan 2021.

²² O grupo surgiu em 2017, depois de uma reunião entre moradores e o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Candiba, na perspectiva de dialogar sobre ações para as crianças e jovens da comunidade. Na época, Carlúcia era estudante do ensino médio do Colégio Estadual

vários lugares no município e circunvizinhos, apresentando-se até mesmo na capital do estado, ganhando reconhecimento nacionalmente. A visibilidade desse grupo levou-o a participar do programa de televisão da Rede Globo, “Como Será?”, exibido no dia 14 de setembro de 2019, dia em que esteve no cenário do programa a coreógrafa Carlúcia Alves e sua mãe, falando do projeto que tem o objetivo de valorizar a cultura da população negra.

Em tese, a certificação de uma comunidade remanescente de quilombo coloca em relevo a possibilidade do acesso às ações, aos programas e/ou às políticas públicas implementadas pelo poder público em âmbito federal, estadual e municipal. Entretanto, na prática, nem sempre isso se aplica. Enquanto as políticas públicas não chegam para todos e todas, as pessoas das comunidades vão-se organizando, criando estratégias de resistências para enfrentar as “situações-limites” (FREIRE, 1994) impostas pela sociedade desigual.

Na Comunidade Lagoa dos Anjos não é diferente, os moradores vão construindo suas estratégias de luta e resistência, a exemplo do grupo de dança já mencionado e o Grupo de Montaria Bridões de Ouro, que realiza a cavalgada na comunidade, o grupo Terno de Reis São Benedito, o coletivo de mulheres que produzem artesanatos na comunidade, as quais foram escolhidas para participar desta pesquisa.

Segundo Resistência (2022), o grupo de artesanato

surgiu assim, na época de tirar o CNPJ²³ da Associação, nós éramos reconhecidos, mas não eram registrados. A comunidade pensou que o reconhecimento era tudo, que nós não precisávamos, por ser quilombola, não precisavam do CNPJ, foi isso que foi colocado na nossa cabeça, nós nunca recebíamos nada, nunca via benefícios [...], que nós já tínhamos direitos, aí depois, chegou Jardiel Alarcon, representante de cultura em Guanambi, ele falou: “não, vocês precisam do CNPJ, o governo não reconhece ninguém sem CNPJ, não”. Ele foi na prefeitura, desengavetou os papéis e falou: “vocês precisam de alguma coisa, um artesanato, alguma coisa”. Minhas meninas pintavam, faziam um crochezinho, pintavam uma fraldinha, eu fazia um crochezinho. Ele falou: “tá muito pouquinho”, eu falei: isso não é problema, vou convidar as minhas colegas, mulheres que faziam em casa o artesanato.

Generosa relatou que a comunidade precisava demonstrar uma produção além da agricultura para o fortalecimento da comunidade e conseguir o CNPJ. Foi então que as

---

Antônio Batista, tinha sido convidada para reunir jovens da comunidade e fazer uma apresentação de dança para o Dia das Mães, a partir daí, nasce o Grupo de Dança Quilombo dos Anjos. Mais informações sobre o grupo estão disponíveis em: <https://agenciasertao.com/2019/07/19/grupo-de-danca-quilombo-dos-anjos-de-candiba-sera-atracao-no-programa-como-sera-da-globo/>. Site: <https://www.youtube.com/watch?v=mjfn0if2pom>. Acesso em: 08 de dez 2020.

²³ Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

mulheres que produziam artesanatos se juntaram. Com as orientações do Centro Público de Economia Solidária Sertão Produtivo (Cesol) elas foram-se organizando. Segundo Resistência, uma pessoa do Cesol que estava orientando a comunidade para conseguir o CNPJ da Associação, sugeriu que não poderia ter só o nome agricultores no nome da Associação, porque, senão, viriam coisas só para os agricultores, foi então que decidiram pelo nome Associação dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar e Artesanatos Quilombo Lagoa dos Anjos”

As participantes relataram que a certificação da comunidade foi importante para demarcação e reconhecimento do território quilombola, mas as conquistas só começaram a chegar mesmo à comunidade com a retirada do CNPJ da Associação. As participantes nos relataram durante a entrevista coletiva que a comunidade já conquistou alguns benefícios a partir da retirando do CNPJ, tais como: crianças da comunidade já foram a Salvador, pela escola e pelo Grupo de Dança; a Casa de Farinha que receberam como parte da política para as mulheres, vinculada à Secretaria de Políticas Estaduais para Mulheres; receberam vinte quites de irrigação para proprietários de poços artesianos²⁴. Estão aguardando alguns cursos que já conseguiram junto à referida secretaria, como curso para ensinar a trançar cabelos, ensinar a fazer acarajé, etc., além da prioridade da vacina contra COVID-19, como já foi explicitado. As artesãs explicitaram que, a partir da certificação e do CNPJ, a comunidade passou a ser respeitada, algo imprescindível para que os quilombolas tenham possibilidade real de garantia da sua reprodução física, social, econômica e cultural.

Um aspecto dessa comunidade que merece evidência diz respeito à questão educacional. Com o processo de nucleação²⁵ e “ordenamento das escolas rurais”, ou seja, fechamento das escolas rurais e o deslocamento dos estudantes para as escolas da sede dos municípios em muitos municípios brasileiros, Candiba também passa por esse processo; então, as crianças e os jovens da Comunidade Lagoa dos Anjos se deslocam todos os dias para a sede do município para acessar os saberes escolares, como tantas outras crianças e jovens que residem no meio rural. No decorrer da entrevista coletiva, as participantes

---

²⁴ Segundo as participantes, parte dos quites foi distribuída para pessoas de fora da comunidade, devido a não ter esse quantitativo de pessoas com poços artesianos na comunidade quilombola, e era um critério para receber o quite, ter um poço artesiano na propriedade.

²⁵ Segundo a Resolução Nº 2 de 28 de abril 2008, art. 3º, “§ 1º, os cinco anos iniciais do Ensino Fundamental, excepcionalmente, poderão ser oferecidos em escolas nucleadas, com deslocamento intracampo dos alunos, cabendo aos sistemas estaduais e municipais estabelecer o tempo máximo dos alunos em deslocamento a partir de suas realidades”. (BRASIL, p.54, 2008).

evidenciaram que sonham com um dia ter uma escola e um posto de saúde na própria comunidade.

Mesmo com toda dificuldade, três jovens da comunidade conquistaram o acesso ao ensino superior (por meio do sistema de cotas), em Enfermagem, História e Ciências Biológicas na Universidade do Estado da Bahia. São jovens lutando para ocuparem os espaços que são seus de direitos, mas que, ao longo da história do país lhes foram negados.

Para minha surpresa, na segunda vez em que visitei a comunidade, fui informado pela jovem que cursava Enfermagem que tinha desistido do curso e que estava estudando em casa para prestar o vestibular em Medicina, pois era o curso dos seus sonhos, portanto não queria fazer um curso apenas para ter uma formação universitária. Para minha alegria, no decorrer da pesquisa, recebi a notícia de que essa jovem tinha sido aprovada no curso de Medicina da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), no Rio Grande do Sul, e sua irmã, que fazia História, também foi aprovada em Odontologia na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), ambas, via sistema de cotas para quilombolas²⁶.

Na história do Brasil, uma conquista do povo negro no aspecto educacional, em nível nacional, sobretudo no aparato jurídico normativo, destaca-se a alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) pelas leis 10.639/2003 e 11.645/2008, que instituem a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura africanas, afro-brasileiras e indígenas nas escolas de todo o país. Podem-se marcar tais aprovações como relevantes conquistas no âmbito da educação étnico-racial. A partir de então, vai-se ampliando o debate teórico-prático das questões étnico-raciais no Brasil.

No caso da Bahia, segundo Macêdo (2015), a Secretaria de Promoção de Igualdade foi criada em 2006, e em 2007 a questão quilombola é inserida na agenda política do estado. No ano de 2009 a política estadual é instituída para as comunidades remanescentes de quilombo por meio do Decreto 11.850. (MACÊDO, 2015). A partir desse momento, várias ações (Fóruns, audiências públicas, seminários, etc.) foram empreendidas no contexto do Estado

---

²⁶ A Lei nº 12.711/2012, chamada de Lei de Cota, obrigou as universidades, institutos e centros federais a reservarem para candidatos cotistas metade das vagas oferecidas anualmente em seus processos seletivos. Desde que a primeira universidade resolveu adotar o sistema de cotas no Brasil, muitas instituições seguiram o mesmo caminho e priorizam estudantes que se enquadram em alguns critérios. Entre os beneficiados por este sistema estão candidatos oriundos de comunidades indígenas e quilombolas. Disponível em: <https://vestibular.brasilecola.uol.com.br/cotas/cotas-para-indigenas-quilombolas.htm>. Acesso em: 25/04/2022.

com participação de movimentos sociais, pesquisadores e governo para debater, pensar e implementar ações voltadas para a população quilombola (MACÊDO, 2015).

No caso do município de Candiba, onde se situa a comunidade *locus* desta pesquisa, ao observar o Plano Municipal de Educação (2015-2025)²⁷, constata-se que está presente nele, em várias metas e estratégias, a garantia da inclusão dos conteúdos da história e da cultura afro-brasileiras e indígenas, nos currículos e ações educacionais conforme trazem as legislações de âmbito nacional. A efetivação desse direito tem sido um grande desafio para as redes de ensino. O problema do racismo e do reconhecimento da população negra ainda é uma realidade na sociedade brasileira e, por ser uma questão estrutural, foge do âmbito da educação para ser solucionado.

A questão da promoção da igualdade racial no Brasil²⁸ ainda está longe de ser alcançada, basta olhar para os dados das pesquisas, a exemplo da realizada pela Rede de Observatórios da Segurança, que monitora os estados da Bahia, Ceará, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo, publicada em dezembro de 2020 com o título “A cor da violência policial: a bala não erra o alvo”²⁹. Os dados desse estudo apontam que 97% dos mortos pela polícia na Bahia, no ano de 2019, eram negros, Ceará não notifica os mortos em 77% dos casos, em Pernambuco, 93% dos mortos pela polícia eram negros, Rio de Janeiro 86% e São Paulo, 64%. Fica visível a letalidade policial nesses estados, bem como a necessidade de reforçar o debate e as políticas públicas que possam operar por dentro e por fora do estado para combater o racismo sistêmico que mata pela cor da pele.

Dito isso, é necessário marcar que os movimentos reivindicatórios de direitos e de denúncias instaurados no país nos últimos tempos servem, sobretudo, para dar visibilidade aos problemas estruturais que afetam a população mais vulnerável. E exigir políticas públicas como a inclusão da educação escolar quilombola como modalidade da educação básica, ações afirmativas para o acesso ao ensino superior, a garantia e a valorização das especificidades

---

²⁷ Lei Municipal nº 260 publicada no Diário Oficial de 23 de junho de 2015, aprova o Plano Municipal de Educação (PME) de Candiba, em consonância com a Lei nº 13.005/2014, que trata do Plano Nacional de Educação (PNE).

²⁸ Em 2010 foi aprovado o Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010). Este documento, além de sua expressão simbólica na luta da população negra, é um avanço material e jurídico na garantia das políticas de igualdade racial.

²⁹ Os números apresentados neste estudo comprovam que o racismo mata. No estado da Bahia, praticamente todos os mortos em ações policiais são negros. Os dados desse estudo foram coletados das secretarias estaduais dos cinco estados que compõem a Rede de Observatórios da Segurança e se referem ao ano de 2019. O Relatório da pesquisa está disponível em: http://observatorioseguranca.com.br/wp-content/uploads/2020/12/Novo-Relat%C3%B3rio_A-cor-da-viol%C3%Aancia-policial_a-bala-n%C3%A3o-erra-o-alvo.pdf. Acesso em: 09 de dez 2020.

das vivências e histórias dos povos negros, é fundamental para a construção de uma sociedade mais igual na garantia de direitos.

1.3.1 Perfil das mulheres artesãs da Associação dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar e Artesanatos Quilombo Lagoa dos Anjos

A descrição do perfil dessas mulheres artesãs participantes da pesquisa iniciou-se desde o primeiro momento de aproximação e familiarização com a Comunidade Lagoa dos Anjos e com o grupo de artesãs, para entender um pouco das relações sociais estabelecidas entre o grupo e sua comunidade. Segundo Minayo (2007b, p.61 grifo da autora), “o trabalho de campo permite aproximação do pesquisador da realidade sobre a qual formulou uma pergunta, mas também estabelecer uma interação com os ‘atores’ que conformam a realidade”.

Nesse sentido, a compreensão e a interpretação sobre o que está sendo investigado dependem das visões de mundo construídas historicamente. “O que o indivíduo fala sobre si mesmo é motivado pela cultura em que vive com suas tradições históricas, econômicas, sociais e religiosas” (TAQUETE, 2020, p.62), ou seja, o conhecimento deve ser situado socialmente na cultura dos sujeitos.

Embasado nesse entendimento, utilizou-se nesse primeiro momento da pesquisa os instrumentos de coleta de dados: entrevista individual, diário de campo, observações, registros fotográficos com o propósito de coletar informações que auxiliassem a descrever o perfil das mulheres artesãs da Associação dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar e Artesanatos Quilombo Lagoa dos Anjos.

A minha entrada na Comunidade Lagoa dos Anjos foi guiada pela professora da UNEB Doutora Sônia Maria Alves de Oliveira Reis, que é moradora da cidade de Candiba e amiga do grupo de mulheres artesãs. Segundo Yin (2016, p.102),

os ambientes da vida real pertencem às pessoas na vida real, não aos pesquisadores que interferem nesses ambientes. Fazer pesquisa nesses ambientes requer especial atenção ao modo como você poderia obter permissão para estudá-los e seu subsequente acesso a eles. Para realizar essas tarefas, os pesquisadores de campo muitas vezes são auxiliados por outras pessoas que podem saber mais do que eles sobre o ambiente.

Nessa minha primeira aproximação com a Comunidade Lagoa dos Anjos, fui recebido por Resistência, que é uma das artesãs do grupo de mulheres desta pesquisa e que também é presidente da Associação. Esse encontro aconteceu na casa de seus pais, e estavam

presentes suas duas filhas Inspiração e Decidida, seu esposo e sua mãe. Nesse nosso primeiro diálogo, apresentei-me como pesquisador e falei do desejo em desenvolver a pesquisa com o grupo de mulheres artesãs. Entre uma conversa e outra, Resistência me mostrou alguns dos artesanatos produzidos por elas e o documento de certificação da comunidade como Remanescente de Quilombo, que estava emoldurado e pendurado na parede da sala, como um verdadeiro símbolo de conquista da comunidade. Após uma conversa prazerosa e demorada, ela me mostrou o quintal da casa de sua mãe, onde são cultivadas diversas hortaliças, algumas árvores frutíferas e plantas medicinais, como a alfazema. A artesã ainda me apresentou o quintal produtivo³⁰ em sua casa, onde ela cultivava boa parte das hortaliças para consumo de sua família e que também são vendidas nas feiras da agricultura familiar em Candiba.

Esse primeiro contato com as mulheres artesãs participantes da pesquisa e com a Comunidade de Lagoa de Anjos ocorreu antes do início das entrevistas individuais, mas já foi possível perceber, com esse diálogo inicial, a ligação das mulheres artesãs com a sua comunidade e o comprometimento que elas têm em relação ao grupo. Após esse momento inicial, Resistência informou que iria conversar com as demais artesãs para serem agendados os próximos encontros.

Após a aprovação e liberação para realização da pesquisa de campo pelo Comitê de Ética, foi agendada a segunda visita à comunidade para a realização das entrevistas individuais, as quais foram agendadas previamente devido ao período pandêmico provocado pela COVID-19, o que necessitaria dos cuidados relativos ao quantitativo de artesãs que participariam dos encontros, buscando manter o distanciamento social necessário, os cuidados quanto ao uso de máscaras e álcool em gel, mesmo sabendo que tanto as artesãs, quanto as demais pessoas da Comunidade já haviam iniciado o processo de imunização e algumas até completado o ciclo de vacinação necessário. Outro motivo que levou ao agendamento das entrevistas foi a informação dada pela presidente da Associação e confirmada pelas próprias artesãs, durante as entrevistas, de que além do artesanato, elas também desempenham outras

---

³⁰ Segundo Carneiro; Camurça; Esmeraldo e Souza (2013, p.137), no Brasil, quintal é o termo utilizado para se referir ao terreno situado ao redor da casa, no qual, muitas vezes se cultivam ou se mantêm múltiplas espécies que fornecem parte das necessidades nutricionais e medicinais da família. Desse modo, os quintais produtivos são áreas geralmente nos arredores das casas, onde há produção diversificada, como criação de pequenos animais e cultivo de plantas medicinais, frutíferas e hortaliças.

Disponível em:
https://orgprints.org/id/eprint/25585/1/Caneiros_Quintais%20Produtivos%20contribui%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A0%20seguran%C3%A7a%20alimentar%20e%20ao%20desenvolvimento.pdf.
 Acesso em: 22 de out 2021.

atividades na comunidade e em suas casas, o que necessitaria que os encontros fossem realmente agendados.

As duas primeiras entrevistas individuais foram realizadas no dia 01 de maio de 2021, na casa das artesãs Resistência e Inspiração. A primeira artesã a ser entrevistada foi Inspiração e, logo em seguida, o diálogo foi com Resistência. As nossas conversas foram devidamente autorizadas e nossos diálogos foram gravados. Em seguida, elas me convidaram para conhecer o salão da Igreja e a casa móvel de farinha que a comunidade tinha acabado de receber do governo do Estado, adquirida por meio de um edital³¹ em que a Associação tinha concorrido. Ainda nesse encontro as artesãs me mostraram o livro de ata de reuniões da Associação, porém não foi possível nesse momento uma análise mais detalhada das informações registradas em ata.

Na terceira visita à comunidade, que ocorreu no dia 08 de maio de 2021, foram realizadas mais seis entrevistas individuais com as artesãs. O encontro dessa vez aconteceu no salão da Igreja, por ser um espaço mais amplo para o diálogo, assim mantendo um distanciamento social seguro para a realização das entrevistas.

Todas as entrevistas individuais foram do tipo semiestruturadas, tendo um roteiro que auxiliou na condução e na interlocução com as entrevistadas. Vale ressaltar que, antes da realização das entrevistas, foi lido e explicado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para todas as artesãs de modo que elas tomassem conhecimento dos objetivos do estudo. Das 11 mulheres que compõem o grupo de artesãs, apenas 3 não participaram da pesquisa. Duas das participantes manifestaram que poderiam ser identificadas no estudo, entretanto optou-se por denominá-las usando nomes referentes às suas principais características descritas nas falas sobre si durante as entrevistas individuais, como já mencionado anteriormente.

Ainda em relação aos instrumentos metodológicos, as observações foram sendo registradas no diário de campo durante a itinerância na comunidade no decorrer da pesquisa. Elas me permitiram “captar uma variedade de situações ou fenômenos que não são obtidos por meio de perguntas” (TAQUETE; BORGES, 2020, p.104). Assim, sendo eu o sujeito pesquisador, as observações foram acontecendo em diversos momentos e ambientes da

---

³¹ Edital de chamamento público nº 002/2020 da Secretaria de Políticas para Mulheres do Governo do Estado da Bahia, objetivou o fortalecimento da organização produtiva de mulheres agricultoras rurais de comunidades quilombolas por intermédio da doação de Casa de Farinha Móvel, no intuito de viabilizar o beneficiamento de mandioca para a produção de farinha e demais derivados. Disponível em: <http://www.mulheres.ba.gov.br/arquivos/File/EDITALQUILOMBOLA.pdf>. Acesso em: 20 de out 2021.

comunidade: na chegada ao campo empírico; nos momentos de diálogos com as mulheres tanto em suas residências, quanto no salão da Igreja; nas conversas que as artesãs mantinham entre si antes e após a realização das entrevistas individuais; na festa religiosa de Nossa Senhora Aparecida; na movimentação das pessoas dentro da comunidade; e no cuidado e capricho delas com a arrumação da mesa para exporem seus artesanatos no salão da Igreja, conforme pode ser observado na fotografia 03, a seguir.

Fotografia 3 – Organização dos Artesanatos na mesa da Igreja

Fonte: (Arquivo do autor, 2021)

Quanto ao registro fotográfico, este ocorreu durante todo o caminhar investigativo, pois “uma pesquisa é sempre, de alguma forma, um relato de longa viagem empreendida por um sujeito cujo olhar vasculha lugares muitas vezes já visitados. Nada de absolutamente original, portanto, mas um modo diferente de olhar e pensar determinada realidade” (DUARTE, 2002, p.139). “A fotografia é, ao mesmo tempo, imagem, modos de ver, recursos técnicos trazidos pelos equipamentos e pelo conhecimento de quem o manipula, possibilidades do olhar e mais uma multiplicidade de fatores” (TITTONI et al 2010, p.61). Nessa perspectiva, as fotografias neste trabalho são entendidas como possibilidades de leituras da realidade e de produção de conhecimentos.

No que tange à entrevista em grupo, das oito artesãs que participaram das entrevistas individuais, quatro não puderam participar da entrevista em grupo: duas delas estão morando

em outras cidades em decorrência dos estudos, uma já não está fazendo parte do grupo e uma não pôde estar presente, como evidenciamos anteriormente. Esse momento, apesar de não estarem todas as participantes da pesquisa, foi bastante dialógico de acréscimos de informações e retomadas de algumas questões do estudo. As artesãs trouxeram os seus artesanatos para o encontro. Após o término da catequese que estava acontecendo no salão da igreja, fomos para o salão onde elas puderam expor seus produtos, e o pesquisador pôde fotografá-los individualmente e montar o catálogo das produções. Além disso, vale ressaltar o carinho, a relação de afeto e cuidado das artesãs durante toda a pesquisa. Nas visitas à comunidade, sempre foi oferecido algum alimento pelas participantes do estudo, isso significa que fazer pesquisa é também espaço e tempo de promoção de afetos.

Assim, a partir dos dados coletados por meio dos instrumentos de pesquisa mencionados anteriormente, na sequência apresentar-se-á o perfil das mulheres artesãs participantes da pesquisa. Esboçar o perfil dessas mulheres passa pelos aspectos pessoais, pelas relações que se estabelecem com o lugar onde vivem e as pessoas nos inúmeros processos de convivência, de trabalho, de escolarização, dentre outros aspectos constituintes do ser mulher, mãe, filha, estudante, esposa, trabalhadora do campo, enfim, mulheres implicadas na história, nos processos econômicos, políticos, sociais, culturais e religiosos, como podemos exemplificar com a festa de Nossa Senhora Aparecida realizada tradicionalmente na comunidade, representada na fotografia 4.

Fotografia 4 – Festa de Nossa Senhora Aparecida da Comunidade Lagoa dos Anjos

Fonte: (Arquivo do autor, 2021)

Apresentar quem são essas mulheres artesãs participantes da pesquisa significa evidenciar marcas do cotidiano e das suas lutas diárias e da produção material e imaterial das vidas delas. Assim, na sequência, apresentaremos uma breve caracterização das oito mulheres artesãs participantes do estudo, dando ênfase a suas inserções no mundo da produção de artesanato. Contudo, é preciso ressaltar que os aspectos apresentados não dão conta de as descreverem em suas totalidades. Tem-se, portanto, a intenção de situar o/a leitor/a em quem são essas mulheres artesãs, sobre e com quem se fala no percurso da pesquisa.

1.3.1.1 Resistência

Resistência foi umas das primeiras artesãs com quem tive contato durante a pesquisa e umas das primeiras a me receber na Comunidade. Ela nasceu em 1974, em Lagoa dos Anjos, comunidade rural do município de Candiba, é casada e mãe de duas filhas. Mora com suas filhas e o esposo ao lado dos seus pais.

Tem uma luta grande, meu marido sabe, ia sempre pros cortes de cana, eu fiquei com elas pequenas, quando ele saiu daqui, a mais velha tinha dez meses, não, ela tinha um ano e quatro meses, já tava grávida, um nenê no braço e esperando outro. (RESISTÊNCIA, 2021)

Essa mulher resistente, corajosa é também uma mulher de fé, se declara como católica, ainda muito nova, iniciou-se nos ensinamentos da Igreja Católica. Segundo ela, aos sete anos começou na catequese ajudando as catequistas, levando livros, pois ela era muito traquina, então, as catequistas a colocavam para fazer alguma coisa. Aos 14 anos, já assumia a celebração da palavra juntamente com outras pessoas, já participava de teatro, atividades articuladas pelos padres italianos para envolver os jovens na igreja. Resistência disse que era apaixonada pela dramatização.

Um detalhe bastante importante a respeito de Resistência é quanto ao aspecto da estética representativa, através do uso do seu turbante. Em todas as visitas à comunidade, o turbante era uma peça integrante da artesã. Vale ressaltar que diferentemente da representação de que geralmente a indústria capitalista e da moda se apropriou, o que se tornou algo desconexo com as relações de significados históricos e culturais, a peça usada por Resistência fortalecia e posicionava a sua identidade como mulher negra e as suas relações sociais, culturais e políticas. Nesse sentido segundo Stuart Hall apud Silva (2017, p.6):

A identidade, nessa concepção sociológica, preenche o espaço entre o “interior” e o “exterior” – entre o mundo pessoal e o mundo público. O fato de que projetamos a “nós próprios” nessas identidades culturais, ao mesmo tempo que internalizamos seus significados e valores, tornando-os “parte de nós”, contribui para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural. (HALL, s.d p.10 apud SILVA, 2017, p.6)

No que tange à escolarização, Resistência estudou até a quarta série, atual quarto ano do ensino fundamental. A renda mensal de sua família é mais ou menos um salário mínimo e recebe o auxílio bolsa família do governo federal. Afirma-se como “resistência, mãe, firme, perseverante, persistente. Eu penso numa coisa, se deu errado hoje, amanhã eu faço de novo, pra mim saber que vai dar certo”.

Então, sou essa pessoa que gosta muito de ajudar com o pouquinho que tenho, né? Gosto de investir no ser humano, eu não sou aquela [...] que gosta de dar cesta básica, gosto de dar conhecimento. Sempre nas minhas falas, eu falo, investir no ser humano, mas ensinando, dar a vara pra pescar, não gosto de dar o peixe pronto não, porque, às vezes, o povo achando o peixe, pensa que não tem capacidade, e todo mundo pode, seja o que quer, então, eu sou essa [...] que pensa assim, desde da minha adolescência eu pensei diferente. (RESISTÊNCIA, 2021).

Essa mulher, mãe, trabalhadora do campo que tem, no fundo de sua casa, seu quintal produtivo, do qual cuida com prazer, conta em sua entrevista que não considera uma batalha que não deu certo como uma batalha perdida, ela a considera como uma experiência, um aprendizado. Ela ilustra sua fala com a questão dos vários editais de que a comunidade já participou e nunca tinha conseguido e, no momento, conseguiu a aprovação do edital do governo do estado para aquisição de uma casa de farinha para a comunidade. Essa mulher forte, guerreira, disse que gosta de pensar sempre no coletivo, se vê como uma empreendedora que, desde muito cedo, sempre gostou de ensinar as pessoas a buscarem com suas próprias mãos. Acredita que, quando não consegue algo, sempre é uma experiência.

No referente ao fazer artesanato, a sua inserção foi desde muito cedo. Segundo ela:

Eu acho que desde quando eu nasci, por causa, eu completei os sete anos eu já comecei com o artesanato, na época eu vi uma mulher fazendo um crochê, aí eu não tinha condições de comprar uma agulha de crochê, meu irmão fez uma agulha de madeira, um pauzinho de madeira e eu fazia o crochê de linha desmanchada de roupa de tricô, aí eu fazia, então, esse negócio de artesanato já tá de sangue, né? Mas quando eu fui colocar em prática, negociar foi com

uns 15 anos, com 15 anos eu fazia crochê para ajudar a comprar as coisas de casa (Resistência, 47 anos).

Resistência contou-me em sua entrevista que aprendeu a fazer crochê,

observando, por causa que, não tinha como, os pais antigamente eram muito rígidos, não deixavam a gente pra casa das colegas que tinham mais uma renda que a gente e aprendiam com professor, então a gente ia observando, chegava num lugar, via as colegas fazendo, observava e pedia pra ensinar, pedia elas pra falar como fazia o ponto, como enrolava a agulha do crochê, e fui fazendo, até a gente chegava nalguma coisa que a gente queria; como a comunidade era muito pobre, ninguém sabia fazer, a gente conseguia vender por um precinho baratinho.

Convém ressaltar que Resistência é uma mulher que faz muitas coisas, ela não se vê fazendo uma coisa só, então, ela disse: “eu vendia nas feiras livres, eu sou lavradora, agricultora do campo, capino, quebro milho, faço tudo que faz na agricultura familiar, trabalhei muito com algodão, panhar algodão [...], o artesanato é só um complemento de renda”.

Desse modo, esta senhora é uma mulher que desde muito cedo carrega consigo as marcas das contradições de uma sociedade de classes e com as desigualdades sociais. Isso a fez se engajar com as causas da comunidade, a lutar pelos seus direitos. Portanto, refletir sobre a desigualdade de raça, gênero e classe é fundamental para a inclusão da perspectiva de gênero na agenda governamental, processo que ainda está em construção no Brasil, necessitando de mais atenção sobre as políticas focalizadas e interseccionadas envolvendo gênero, classe e raça.

A luta das mulheres pelo respeito e valorização vem de longas datas. Apesar de algumas conquistas³², os estudos têm mostrado ainda uma grande desigualdade social, econômica, cultural na sociedade brasileira, sobretudo nas questões de gênero. Campos; França e Feres Júnior (2018), no Relatório das Desigualdades Raça, Gênero e Classe³³, apontam que a distribuição de brancos, pretos e pardos na população brasileira ocupada é visível. Os brancos estão mais representados em categorias com maiores requisitos de

---

³² Dentre as conquistas podemos citar o direito ao voto, a inserção na política, Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06), dentre outras.

³³ Mais informações sobre esse estudo, ver: CAMPOS, Luiz; FRANÇA, Danilo; FERES JÚNIOR, João. Relatório das desigualdades de raça, gênero e classe. (GEMAA), Nº 2. 2018, p1-18. Disponível em: <http://gema.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2019/08/Relat%C3%B3rio-2-final.pdf>. Acesso em: 06 de jan 2021.

qualificação e/ou maiores recompensas materiais e simbólicas (Profissionais e Administradores, Proprietários e Empregadores). No entanto, os pretos e pardos estão situados em categorias de menor renda e qualificação como as de trabalhadores manuais.

Esse estudo de Campos; França e Feres Júnior (2018) aponta uma enorme desproporção da representatividade de brancos nas classes mais altas e de não brancos nas classes mais baixas. Essa desproporcionalidade é visível também quando se refere à distribuição da população de acordo com raça/cor e gênero. O não branco é maioria da população brasileira, totalizando 55%, sendo as mulheres 28% e os homens (27%). As mulheres brancas são 24%, e os homens brancos 21% (CAMPOS; FRANÇA e FERES JÚNIOR, 2018). As mulheres na totalidade representam 52% (não brancas + brancas), todavia, ainda sofrem a desigualdade socioeconômica, sobretudo quando se refere a recebimento de salários, como veremos na sequência.

Esses dados servem para evidenciar as contradições que o Brasil ainda enfrenta causadas pela desigualdade de raça, gênero e classe. Nesse sentido, ocupação de espaços pela população negra e pelas mulheres é fundamental para a superação das desigualdades sociais no Brasil. Ocupar espaço como Resistência faz em sua comunidade contribui pelo menos para dar visibilidade às contradições da realidade, ser uma voz que ecoa exigindo a garantia de direitos do seu povo.

Vale destacar que, no momento da pesquisa, Resistência assumia a direção da Associação dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar e Artesanatos Quilombo Lagoa dos Anjos, uma liderança, uma voz que prima pelo protagonismo das pessoas, portanto defende a ocupação de espaços e não abre mão de fazer parte da construção da história. Junto com Resistência existem outras companheiras as quais não tecem apenas os fios dos seus artesanatos, mas da história.

1.3.1.2 Generosa

Generosa nasceu em 1958 na zona rural de Candiba, em uma comunidade vizinha à Lagoa dos Anjos, trabalhou na roça desde criança até sua adolescência. Depois foi para São Paulo, onde estudou até o segundo grau completo e trabalhou de babá para ajudar a sua mãe a criar os seus irmãos menores. Ela conta que seu pai se separou da sua mãe quando ela tinha uns oito a nove anos. A sua irmã mais velha ajudava na lida da roça e da casa.

Generosa conta que houve uma época em que ela veio embora de São Paulo, pois sentiu muita saudade de casa, ficou um tempo na Bahia na casa de sua mãe, mas, devido à dificuldade de arrumar trabalho, retornou a São Paulo e aí trabalhou até 15 anos atrás. Em sua fala, Generosa, evidencia que morou e trabalhou em São Paulo sempre com o objetivo de ajudar sua família. Ela conta com muito entusiasmo que com o seu trabalho construiu sua casinha lá; depois, quando a sua mãe ficou doente, vendeu a sua casa e retornou à sua terra natal para cuidar de sua mãe, que veio a falecer depois.

Generosa sublinha:

Eu tinha sempre aquela vontade de vim embora pra minha terra, porque acho que, quando a gente nasceu, a raiz tá aqui, a gente não esquece nunca, né, sempre tive a vontade de vir embora, eh pra minha terra, chegou esse dia, Deus me ajudou, vim embora, finquei meu pé aqui, aí comecei, voltei pra comunidade, a minha mãe que começou a comunidade católica aqui, né, na época eu fazia parte mais era lá, e a maioria das pessoas era aqui, a família de [Resistência], o pai dela, a avó dela, o avô, eu acompanhava minha mãe desde pequena, né. (GENEROSA, 2021).

Ela conta que, ao retornar para a comunidade, começou a “trabalhar” na comunidade católica, aí surgiu a questão do reconhecimento e registro da comunidade como remanescente de quilombo. Nessa época, ela já frequentava a comunidade Lagoa dos Anjos, então, começou o processo de organização do registro da comunidade como remanescente de quilombo. A comunidade procurou o Cesol.

Generosa relata em sua entrevista:

E, aí, o pessoal do Cesol veio na comunidade e procurou que a comunidade fazia além do trabalho da agricultura, a gente mora na zonal, o trabalho maior é a agricultura, né, que mais as pessoas faziam, porque tem a época que não é de chuva, não tem o que fazer na roça, né, aí foi que algumas mulheres faziam artesanatos em casa pra vender particular mesmo, aí eles pediu pra juntar um grupo, aí [Resistência] convidou a gente, tava eu e minha irmã, então foi aí que a gente deu início ao grupo do artesanato. (GENEROSA, 2021)

Em sua entrevista, Generosa destaca que aprendeu a fazer artesanato desde muito cedo com sua mãe, que era artesã, além de sua mãe trabalhar na roça, já fazia em casa, e assim, aprendeu com ela ainda criança.

A gente foi aprendendo uma com a outra, igual a minha irmã aprendeu o ponto cruz com minha mãe, eu aprendi com ela. Os tapetes de biquinho eu aprendi em casa com minha irmã, uma foi passando pra outra. Essa técnica do trabalho de algodão ali, a minha mãe já fazia naquele modo antigo, você

fia a linha em casa, produz o algodão, ela tecia naqueles tear, não sei se você já viu, de madeira que tinha no fundo do quintal, elas mesmos teciam em casa os cobertor, naquela época até roupa pra os homens trabalhar na roça era feita de algodão com tecido em casa, minha mãe fazia. Eu sei fiar no fuso, eu não sei fiar naquela roda, a gente fala roda, chama roca, a minha mãe fiava muito, ela fiava e ela mesmo tecia, eu aprendi no fuso que era a linha mais grossa, ela fiava a linha fininha na roda e eu fiava a mais grossinha no fuso, você tece a linha, você urde uma linha fininha da hora de tecer tem que mais grossinha. Eu fazia essa parte. Eu era pequeninha, eu aprendi a fiar. (GENEROSA, 2021)

Nesse sentido, percebe-se que o compartilhamento de saber sobre o artesanato está presente desde criança na vida de Generosa e permanece com a sua inserção no grupo de mulheres artesãs da comunidade Lagoa dos Anjos depois que chegou de São Paulo. Atualmente ela vive com o seu companheiro e seu tio idoso de quem ela cuida. Vale ressaltar que seu companheiro também é artesão, produz tapetes de tira de tecidos. Ela conta que a sua família vive com uma renda entre quatro a cinco salários mínimos, rendimentos oriundos de sua aposentadoria, de sua pensão e da aposentadoria de seu tio, complementando com o dinheiro da produção do artesanato que ela e seu companheiro produzem.

Generosa se define como

uma pessoa simples, [...] que às vezes que, não sou uma pessoa curiosa, tem hora que sou uma pessoa tão despercebida, né, que tem hora que passa as coisas assim, que esqueço de curiar, às vezes, eu vejo uma coisa assim, depois eu falo devia ter prestado atenção, como era mesmo, como era aquilo mesmo? Eu não fico curiosa pra indagar, pra saber, eu sou uma pessoa assim. Eu quero ajudar as pessoas, eu quero o bem das pessoas, eu quero ver as pessoas crescer, mas às vezes eu esqueço até de mim. Eu prefiro eu, éh, na minha simplicidade, eu não tenho assim aquela ambição, de, de ter luxo, de ter um sapato de marca, de ter uma roupa de marca, eu prefiro usar uma roupa que ganhei, e fazer outras coisas que beneficia, eu gosto de ajudar meus irmãos, às vezes eu compro assim umas coisas pra casa, às vezes não é tanto pra mim, mas é porque eu sei que vai beneficiar meus irmãos, meu marido às vezes fica bravo, com ciúme dessas coisas materiais, tem hora que nós briga, sabe, [risos] porque tipo assim, eu compro uma coisa igual eu tenho esse carro, né, ele trabalhava com reciclagem, a gente comprou uma saverinha pra ele carregar reciclagem, aí depois da pandemia, ele parou porque meu irmão tem asma, já de idade também, parou, né, aí eu mandei reformar a savero, aí ele falou: “porque você não vende?” Aí eu penso meus irmãos toda hora precisam de uma carro assim pra pegar um botijão de gás e levar, vai ali buscar um esterco para fazer a horta ou vai buscar um produto, eu falei, não, deixa aí toda hora alguém precisa, aí ele fica doido, ele fica com ciúme, mas eu quero ajudar, eu compro um produto pra casa minha, às vezes não é tanto pra mim é porque eu sei que na hora que eles precisar ele vem pegar emprestado, às vezes serve mais pra eles do que pra mim, entendeu? É uma forma de tá ajudando, entendeu? Outro dia eu comprei uma carriola, um carrinho de mão, não era porque eu precisava do carrinho,

é porque toda hora meu irmão ia pegar emprestado um do outro, eu comprei, era pra mim, mas não era pra mim, entendeu? Era pra emprestar pra ele. Eu sou assim, às vezes muitas coisas que eu tenho em casa eu compro no intuito não só pra mim e meu esposo, às vezes eu nem preciso tanto, mas assim pra ajudar ele.

A fala da entrevistada traduz muito como ela é, mostrando sua generosidade, um ser humano que se preocupa com o outro. Segundo Boff (2001, p.139) “Cuidar do outro é zelar para que esta dialogação, esta ação de diálogo eu-tu, seja libertadora, sinérgica e construtora de aliança perene de paz e de amorização”. É com esse zelo, carinho que Generosa fala dos seus irmãos, essa mulher simples, corajosa, motorista, pois é ela quem dirige seu carro para levar suas companheiras com os seus produtos para as feiras da cidade e de cidades circunvizinhas quando o grupo de mulheres artesãs é convidado a participar de algum evento para expor ou vender os seus produtos, como os tapetes de biquinho, touquinhas, tiarinhas de tecidos e as máscaras que ela está fazendo nesse período de pandemia da COVID19.

1.3.1.3 Simplicidade

Em 1966 nasceu Simplicidade na comunidade rural do município de Candiba Fazenda Gamileirinha. Casada, mãe de dois filhos, um homem e uma mulher. Dentro de casa, vivem ela, seu esposo e a filha, pois o filho já é casado. Em sua entrevista declarou que “se sente católica”, frequenta sempre a igreja. Quando perguntada sobre a renda da família, ressaltou: “Eu não tenho assim, levando na ponta do lápis, sabe, mas [pausa] é, deixa eu ver mais ou menos, porque ninguém tem serviço fixo, trabalha de diária, quando tem, quando não tem, vamos vivendo do jeito que tem.” Simplicidade não se arrisca a mencionar um valor de quanto a família consegue retirar por mês, mas, por outro lado, revela uma situação que é recorrente na vida de muitas famílias que vivem no campo, sem trabalho fixo, sobrevivendo de diárias quando aparecem.

No tocante à escolarização, Simplicidade estudou até a quarta série. Ela conta que começou a participar do grupo de artesanato para se distrair, pois tinha passado por problemas pessoais, de saúde na família, então, desde quando se fundou o grupo de artesanato, ela participa, muito mais para desestressar. Ela resalta que não tinha experiência com artesanato antes do grupo de mulheres artesãs.

Aprendi aqui dentro mesmo, eu tô indo, se precisar de uma água, eu tô aqui, “não, você vai aprender alguma coisa”! Eu tenho vocação com costura e, aí,

eu já sabia pedalar a máquina, foi me ensinando fazer tapete, eu não faço assim, pra falar eu tô fazendo pra vender não, sabe. Eu tenho outros compromissos, eu cuidei de minha mãe muito tempo, eu não pegava compromisso firme, então, depois que minha mãe faleceu, ficou meu pai, tem minha sogra ali também que a gente cuida, então, eu não tenho assim, eu não faço pra vender, o que eu faço fica pra mim mesmo, entendeu? Mas aí no grupo a gente trabalha junto, eu não posso numa coisa eu posso na outra, se eu não posso vim, eu falo vou dar tanto material quem fazer, faz de conta que eu tô ajudando, o que fazer é para o grupo (SIMPLICIDADE, 2021).

Aos poucos está aprendendo não só a técnica do artesanato, mas aprendendo coisas da vida com as colegas, e hoje ela aprendeu muito, aprendeu que não vale a pena se estressar, ficar nervosa. Dando continuidade ao falar de si, Simplicidade destaca: “[...] eu nunca fui de pisar em ninguém, e agora, jamais, eu não quero ser melhor que ninguém, mas não quero ser pior, eu quero ser eu mesma, eu mesma, tá entendendo?”.

1.3.1.4 Alegre

Alegre nasceu em 1967, no município de Pindai, Bahia. Há 12 anos mora na comunidade Lagoa dos Anjos e vive com o seu companheiro. Ao refletir sobre si, Alegre sublinha: “Graças a Deus, sou alegre, agradeço a Deus pela vida que eu tenho, as duas filhas que eu tenho, os seis netos, minha família, meus irmãos, minhas irmãs, tá tudo no mundo, só tem 3 aqui na Bahia, o resto tá tudo no mundo. Tá tudo espalhado pelo mundo” (ALEGRE, 2021). A ausência de trabalho no campo, sobretudo na região semiárida da Bahia, com a escassez de chuva, o combustível para o cultivo da agricultura, muitas famílias são obrigadas a se separarem para garantir a sobrevivência. Essa é a realidade da família de Dona Alegre: “tá tudo espalhado pelo mundo” em busca de um sonho.

Alegre declarou em sua entrevista que é católica e que estudou até o segundo grau incompleto. Sobre a sua inserção na prática do artesanato, ela afirmou:

Antes eu vivia assim, eu vivia sempre pensando em fazer alguma coisa, e depois que eu mudei pra cá, que eu achei as companheiras, me incentivou, eu achei que a gente, né, ficou melhor pra gente poder, e chegou essa “frase” que eu tô precisando fazer terapia, ficou melhor pra mim. (ALEGRE, 2021).

Essa senhora de estatura baixa, mas enorme em simpatia, diz que ao chegar à comunidade e ser acolhida pelas companheiras, participou de cursos de bordado a fita e a linha. Alegre conta que começou a aprender a fazer artesanato nas primeiras aulas com o

professor do Mobral³⁴, usando materiais como raio de bicicleta, pau, linhas, enfim, materiais alternativos para produzir artesanatos. Atualmente ela trabalha mais com crochê e acrescenta: “tem o ponto cruz, só que eu não sou muito o ponto cruz, não, eu sou mais o crochê. Eu acho mais desenvolvido o crochê e também faz parte de uma terapia [...], eu acho muito bom pra acalmar, ajuda bastante” (ALEGRE,2021). Além disso, ela afirma que o artesanato ajuda a complementar a renda da família.

1.3.1.5 Inspiração

Inspiração se autodeclara como “uma jovem preta quilombola [...] uma liderança do Quilombo. Artesã, coreógrafa, animadora, tudo isso. Eu diria [...] é a pessoa que faz a diferença aqui no quilombo, uma das pessoas que faz a diferença aqui no quilombo” (INSPIRAÇÃO, 2021). Essa jovem de 20 anos, solteira, que já foi aprovada em dois cursos superiores na Universidade do Estado da Bahia, em Licenciatura em Educação Física e Bacharelado em Enfermagem, sendo que cursou neste último até o segundo semestre, desistindo por não se identificar com o curso, é acima de tudo uma jovem corajosa, alegre, falante, animada e persistente. Na época da entrevista, ela estava estudando em casa para fazer um novo vestibular para o curso de Medicina, o qual diz ser o seu sonho. Antes de terminar a pesquisa, Inspiração foi aprovada no curso de Medicina da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), no Rio Grande do Sul, via sistema de cotas para quilombolas³⁵.

Essa jovem corajosa, inventiva, que inspira muitas pessoas, sobretudo as crianças da comunidade, pois é responsável pelo grupo de dança Quilombo dos Anjos, já referido anteriormente, também se vê “como integrante, como uma pessoa que luta muito pelos direitos, que vai continuar lutando sempre” (INSPIRAÇÃO, 2021). E que se sente muito orgulhosa em morar na Comunidade Lagoa dos Anjos. Inspiração afirma que tem “muito

---

³⁴ Segundo Beluzo eToniosso (2015), o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) – surgiu em 1967, de acordo com a Lei nº 5.379, quando o governo federal da época assumiu o controle da alfabetização de adultos, voltando-a para a faixa etária de 15 a 30 anos. Entretanto, só foi efetivamente implementado a partir de 1971, durante o governo do presidente Emílio Garrastazu Médici, cujo ministro da Educação era Jarbas Passarinho.

³⁵ A chamada **Lei de Cotas (Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012)** “obrigou as universidades, institutos e centros federais a reservarem para candidatos cotistas metade das vagas oferecidas anualmente em seus processos seletivos”. Disponível em: <https://vestibular.brasilecola.uol.com.br/cotas/lei-das-cotas.htm>. Acesso em: 04/05/2022.

orgulho desse povo, de tudo que a gente conquistou e que ainda vai conquistar. Tudo isso pra mim é motivo de muito orgulho mesmo, muita honra de morar aqui” (INSPIRAÇÃO, 2021).

Inspiração, jovem sonhadora, de conversa fácil, relata em sua entrevista que, no atual momento de sua vida, se vê como uma pessoa que luta pelos direitos, idealizando um futuro, e aponta: “no futuro eu me vejo cada vez mais, me vejo bem maior, podendo fazer bem mais pelo meu quilombo, podendo ajudar muitas outras pessoas, eu me vejo uma pessoa de muito sucesso”. (INSPIRAÇÃO, 2021).

Ao ser perguntado se ela se vê saindo ou permanecendo na comunidade, ela respondeu:

Eu me vejo saindo daqui pra buscar melhorias, que beneficie a mim e ao meu Quilombo, porque, por mais que eu goste daqui, que ame muito meu povo, eu entendo que aqui dentro eu não vou crescer o suficiente pra poder ajudar toda comunidade, então, eu pretendo sair, buscar melhorias e, claro, beneficiar sempre o quilombo. (INSPIRAÇÃO, 2021)

E, nesse raciocínio, Inspiração acrescenta:

Atualmente eu quero fazer um curso, um curso muito importante que é da área da saúde, né, pretendo cursar Medicina. E isso vai revolucionar demais o meu quilombo. Porque eu vejo o sofrimento do meu povo quando alguém adocece, quando algum parente, quando algum familiar precisa de algum apoio, algum suporte, até financeiro e ninguém consegue, precisa muitas vezes passar por humilhações, por sofrimento, e eu me vejo como médica, eu posso ajudar muita gente, muita gente, vou desenvolver o propósito de muitas pessoas aqui dentro. (INSPIRAÇÃO, 2021)

Essa jovem, que não sonha só para si, mas para todas as crianças da comunidade, relata que já está muito contente com o resultado do movimento que ela tem criado na comunidade, tanto com a criação do Grupo de dança como também do seu acesso e de sua irmã à universidade.

[...] eu tô muito feliz com a maioria das crianças, porque antes, tava todo mundo desmotivado, ninguém pensava grande, ninguém sabia o que queria fazer, fazer um curso superior era algo de outro mundo, depois que eu e minha irmã começou, ingressou na universidade, mudou muita coisa. Eles viram uma luz no fim do túnel, ou seja, as crianças já têm aquela percepção de futuro, já sonha alto, uns já querem ser médicos, policiais, advogados e isso me deixa muito contente, isso significa que eu não vou ser a única. Não vai ser eu e irmã que vão ser as únicas quilombolas que fez alguma diferença. Que todos, sim, vão fazer, vamos ser um Quilombo diferenciado. (INSPIRAÇÃO, 2021)

É com esperança e confiança que Inspiração olha para o futuro, para as crianças da sua comunidade e para o seu povo. Ela acredita que dias melhores virão com muito estudo, trabalho e união.

No aspecto do artesanato, Inspiração afirmou que faz artesanato de pintura desde novinha. “A minha arte mesmo foi sempre pintura, sempre gostei de cozinha, mas a arte mesmo foi sempre a pintura, até veio a arte da dança, mas isso foi bem depois, foi em 2017” (INSPIRAÇÃO, 2021). Ela contou-me:

Na verdade a pintura surgiu com a curiosidade, quando minha mãe começou a fazer alguns cursos, era só para adultos, eu era muito curiosa, ela me levava pra ficar com ela, eu ficava naquela curiosidade, ela me dava alguns pincéis e um pedacinho de pano, eu começava riscar sozinha, foi aperfeiçoando, ela me deu algumas dicas, aí eu fui tentando em casa, fazendo vários rabiscos, até que deu certo, aí um dia ela contratou uma moça, essa moça me deu três dias de explicação, eu nunca mais parei, fui aperfeiçoando, depois eu comecei a dar curso pra crianças do quilombo também, e até hoje eu pinto, hoje eu pinto mais pouco por conta dos estudos, mas até hoje eu tô pintando. (INSPIRAÇÃO, 2021).

Inspiração nos revelou que, devido à pandemia da COVID 19, o trabalho do artesanato (pintura) deu uma diminuída, mas, antes, ela pintava quase todo final de semana, sempre no tempo livre por causa dos estudos. Ela enfatiza que, nos finais de semana, pintava mais ou menos 4 horas e destaca: “quando eu começo a pintar, me desestressa”.

1.3.1.6 Paciência

Paciência nasceu em 1974, na fazenda Mulungu, município de Candiba, BA, mas vive na comunidade Lagoa dos Anjos há quase 40 anos. É casada, mãe de seis filhos, 3 homens e 3 mulheres e diz ser da religião católica. Em sua entrevista ela se define:

[...] eu sou uma pessoa, graças a Deus, eu sou muito calma, porque, diante de tanto tropeço que eu passo, eu não desisto. E assim, pode ter a hora que eu vejo assim que a coisa tá pegando, pega, pega, pega, pega no nervosismo, aí eu chego e falo não é assim. Eu graças a Deus eu tenho muita paciência, convivi não sei quantos anos com um homem que bebe, bebeu muito, hoje graças a Deus já faz cinco anos... Eu soube lidar diante da situação (PACIÊNCIA, 2021).

A senhora Paciência nos relatou como foi resiliente diante da situação que enfrentou com o alcoolismo do seu esposo. Segundo ela, com calma, procurando ser ela mesma, conseguiu vencer e desabafa: “aquilo é um peso, é um peso”. Ela disse que é confiante na força divina, “eu falo com Deus, se mudar, Eu mudo pra melhor, não mudar pra pior, não, que eu não quero” (PACIÊNCIA, 2021).

No que se refere ao artesanato, Paciência contou-me em sua entrevista que aprendeu a fazer ainda criança quando tinha uns dez anos, que aprendeu a dar uns pontinhos, a fazer flor de crochê. E, há uns cinco anos, faz parte do grupo de mulheres artesãs da comunidade, pegando experiência, aperfeiçoando-se no crochê.

Quanto à escolarização, não chegou a concluir o primeiro grau. Situação vivida por muitos brasileiros, principalmente no momento histórico em que Paciência frequentou a escola. Leite (2002) demonstra o descaso histórico do Estado em promover políticas públicas educacionais para a população do campo. Coutinho (2009.p.173) ressalta que “historicamente, no Brasil, a educação escolar para quem vive e trabalha no campo não foi uma prioridade do Estado”. Soares (2001, p.3) aponta, no Relatório das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, que,

no Brasil, todas as constituições contemplaram a educação escolar, merecendo especial destaque a abrangência do tratamento que foi dado ao tema a partir de 1934. Até então, em que pese o Brasil ter sido considerado um país de origem eminentemente agrária, a educação rural não foi sequer mencionada nos textos constitucionais de 1824 e 1891, evidenciando-se, de um lado, o descaso dos dirigentes com a educação do campo e, do outro, os resquícios de matrizes culturais vinculadas a uma economia agrária apoiada no latifúndio e no trabalho escravo. (SOARES, 2001, p.3)

Observa-se, assim, que o direito à educação, no Brasil, sempre foi negado aos homens e mulheres do campo. Soares (2001) ainda sublinha que a educação rural brasileira só foi inserida no ordenamento jurídico nas primeiras décadas do século XX, atribuindo à educação o papel de reter o intenso movimento migratório da população rural para a cidade. Se a escolarização do povo do campo não era prioridade do Estado, é compreensível a sua baixa escolaridade, uma vez que muitas famílias não tinham condições de colocarem seus filhos nas escolas da cidade. Isso também foi o que aconteceu com as famílias de Paciência, Resistência, Simplicidade, Alegre, Tímida, enfim, de tantas outras famílias pobres e pretas que vivem e trabalham no campo e na cidade no Brasil.

Refletir sobre a desigualdade de gênero, classe e raça no Brasil passa também pela discussão da escolaridade. Segundo Campos; França e Feres Júnior (2018), quando comparado à média dos anos de escolaridade por raça/cor e gênero no Brasil, entre 2011 e 2016, dos quatro grupos (mulher branca; mulher não branca; homem branco e homem não branco), identifica-se que homens e mulheres brancos têm, em média, cerca de 10 anos de estudo e homens e mulheres não brancos, cerca de 8 anos de estudos. Constata-se, também, em que cada grupo racial, as mulheres apresentam uma média de anos de estudo superior à dos homens. No entanto, isso não tem impacto nos rendimentos das mulheres, embora estas apresentem maior escolarização que os homens, reafirmando, assim, a desigualdade de gênero.

Os dados apresentados demarcam apenas alguns aspectos da desigualdade de gênero no Brasil. Na realidade, essa questão é bastante complexa e ampla, são muitos os desafios que as mulheres terão pela frente, principalmente nas sociedades machistas, sexistas e patriarcais, como é o caso da sociedade brasileira.

Desse modo, entende-se a urgência e necessidade de implementação de políticas interseccionadas, por estas buscarem

(...) capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. (CRENSHAW, 2002, p.177).

Segundo Vieira (2018, p.91-92):

O estudo *Igualdade de Gênero e Raça no Trabalho: avanços e desafios* (OIT, 2010) sugere que os dados acerca da inserção das mulheres e negros no mercado de trabalho apresentam interrelações entre essas duas dimensões da desigualdade, revelando que os determinantes de sexo têm maior impacto sobre os índices referentes ao acesso e à permanência no trabalho (taxas de participação e desemprego) e os determinantes de raça incidem sobre os aspectos pertinentes à qualidade do emprego (informalidade). Nesse sentido, as mulheres negras, situadas na intersecção desses determinantes, são duplamente desfavorecidas nos diversos âmbitos que compõem sua condição de trabalhadora. (Grifo da autora).

Assim, reafirma-se a importância das políticas públicas articuladas na perspectiva da interseccionalidade para mexer em questões estruturais e estruturantes de uma sociedade. Vieira (2018) ressalta que, em 2003, no Brasil, a luta das populações femininas e negras teve

como marco importante a criação de duas secretarias na esfera da Presidência da República, a saber: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), esta última, referida anteriormente. A criação dessas secretarias se configura como o momento importante da história do país no que se refere à formulação, coordenação e articulação de políticas que promovam a igualdade entre mulheres e homens, embora todas essas conquistas, que beneficiam os grupos mais vulneráveis da sociedade brasileira, sejam, a todo momento, atacadas pelos gestores que compõem a gestão (2018-2022) da Presidência da República. Isso impõe a necessidade de intensificar a luta e a resistência pela permanência e ampliação das políticas públicas que garantam direitos à classe menos favorecida.

1.3.1.7 Tímida

Tímida nasceu no município de Guanambi, Ba, mas mora na Comunidade Lagoa dos Anjos desde bebê. Tem 27 anos, é casada, mãe de um filho, estudou até a 4ª série e diz ser da religião católica. Foi uma das últimas artesãs da comunidade, presentes, a ser entrevistada. Era possível perceber um pouco do nervosismo e de certa forma um estranhamento dela às perguntas propostas no roteiro. Foi necessário reforçar os objetivos da pesquisa a ser realizada.

Embora sendo uma jovem mais reservada nas palavras, Ela nos contou em sua entrevista: “tem horas que eu sou meio explosiva, né, mas tem horas que também uma boa (pessoa), alegre, brincalhona” (TÍMIDA, 2021). Disse-me também que não costuma participar de muitas atividades da comunidade, que fica mais dentro de casa, o que de alguma forma acaba evidenciando um pouco mais desse comportamento mais reservado, principalmente com a minha presença.

Relatou-me, ainda, que fica muito feliz quando alguém gosta do artesanato do grupo de mulheres artesãs e que se sente crescendo. E que estar com as companheiras no grupo há uns cinco anos é muito importante, pois ajuda a amenizar sua timidez. Ela enfatiza que uma colega lhe ensinou o básico, “depois foi pegando a prática, fui pesquisando no celular, aí fui aprendendo mais. [...] Crochê, Eu faço qualquer coisa, faço tapete, biquíni, carpete, essas coisas assim. Qualquer coisa eu faço, pesquisando, né!” (TÍMIDA, 2021).

1.3.1.8 Decidida

Decidida nasceu em 1999, no momento da entrevista tinha 22 anos de idade, solteira, estudante universitária, bolsista no curso de Licenciatura em História da Universidade do Estado da Bahia. No ano de 2021 foi aprovada em Odontologia na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), via sistema de cotas para quilombolas.

Sempre viveu na Comunidade Lagoa dos Anjos, mora com sua mãe, seu pai e sua irmã mais nova e disse que sua religião é a católica.

Contou-me que hoje se vê como uma pessoa de responsabilidade,

uma menina que conseguiu [...] mudar sua vida, conseguiu, eu sempre quis, sabe, ter responsabilidades, mas ninguém nunca confiou a mim responsabilidades, eu sempre quis aqui na comunidade em tudo, mas pelo fato de ser muito desleixada tal, ninguém nunca confiava em mim responsabilidades, a partir do artesanato, a partir de alguns conselhos, eu fui mudando, mudando e tenho responsabilidades e fui mudando minha vida, sabe? (DECIDIDA, 2021)

Decidida é uma jovem universitária e artesã, que nos contou estar decidida a ir buscar seus sonhos, “tô sempre pronta pra recomeçar do início, mesmo se tudo desmoronar, eu tô sempre pronta pra começar do início [...], nada vai me parar,[...] Eu já fui parada por muita gente, hoje eu não vou deixar nada me parar”. Essa fala de Decidida nos remete à música de Caetano Veloso quando ele diz: “Eu pus os meus pés no riacho. E acho que nunca os tirei. O sol ainda brilha na estrada e eu nunca passei [...] Por isso uma força me leva a cantar, por isso essa força estranha no ar, por isso é que eu canto, não posso parar, por isso essa voz tamanha”³⁶.

Essa jovem que afirma estar destinada a correr atrás dos seus sonhos desde seus dez anos aprendeu a tecer os “fios” e compor a sua história no artesanato.

Eu comecei com o artesanato desde os meus dez anos de idade. Porque eu era pessoa, uma menina muito difícil de lidar, então, mãinha encontrou essa forma de, pra me entreter, sabe ... Eu era muito pirracenta, eu era uma peste, então mãinha encontrou essa forma de me entreter e eu gostei, sabe? Desde daí eu comecei, aí com os meus treze anos de idade, eu comecei, eu percebi que dava pra vender, então, eu comecei a vender e daí em diante até eu vendo artesanato. (DECIDIDA, 2021)

---

³⁶Trecho da música de Caetano Veloso. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/caetano-veloso/44727/>. Acesso em: 01 de ago 2021.

A partir de então, ela vem fazendo crochê, “eu faço tapetes, faço jogo de cozinha, jogo de banheiro, eu faço esse tipo de artesanato”. Além disso, estuda, e ainda faz “bico” em outras atividades, inclusive na segunda visita à comunidade ela estava trabalhando em uma lanchonete na sede do município para complementar sua renda. Assim, percebe-se que as histórias de vida dessas mulheres carregam similaridades visíveis na condição de serem mulheres camponesas, pobres, que têm que batalhar para garantir a sobrevivência da família.

A partir das histórias das mulheres relatadas aqui e os dados de pesquisas apresentados, não podemos perder de vista as situações de vulnerabilidade que ainda estão presentes na sociedade brasileira. Vieira (2018) destaca uma estratégia importante no combate à pobreza dos grupos mais vulneráveis, incluindo nestes a população negra, que é a criação do banco de dados do Cadastro Único³⁷, que auxilia os governos (federal, estaduais e municipais) na promoção de políticas públicas de enfrentamento às situações de vulnerabilidades socioeconômicas. As pesquisas têm explicitado o quanto o Brasil ainda tem que avançar. Os dados do IPEA-Pnad 2014 apontam que as mulheres aparecem no topo das taxas de desocupação quando comparadas aos segmentos masculinos, com destaque para as mulheres negras (10,2%), mais suscetíveis ao desemprego, os homens brancos possuíam em 2014 taxa de desocupação de 4,5%, marcando a disparidade de gênero e raça que ainda atravessa as relações de trabalho. Os homens continuam ganhando mais que as mulheres, as mulheres negras estão na base da pirâmide e os homens brancos no topo (IPEA, 2015).

Ribeiro (2019) ressalta, com base na pesquisa do Ipea (2016), que os homens negros estão abaixo das mulheres brancas na pirâmide social; nesse sentido, colocar em evidência essas identidades passa a ser questão prioritária, desse modo, situação de desigualdade social no Brasil deve ser analisada de forma relacional entre grupos, pois “mulheres brancas ganham 30% a menos que homens brancos. Homens negros ganham menos do que mulheres brancas e mulheres negras ganham menos do que todos” (RIBEIRO, 2019, p.39-40). “A mulher negra sofre o estigma social não só por ser negra, mas também por ser mulher. A sociedade

---

³⁷ O Cadastro Único é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que os governos (federal, estaduais e municipais) conheçam melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações como: características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, situação de trabalho e renda, entre outras. Diversos programas e benefícios sociais do Governo Federal utilizam o Cadastro Único como base para seleção das famílias, a exemplos: Programa Bolsa Família, Programa Minha Casa, Minha Vida, Bolsa Verde – Programa de Apoio à Conservação Ambiental, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), Fomento – Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, Programas de Cisternas, dentre outros. Informações disponíveis em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/cadastro-unico>. Acesso em: 06 de jan 2021.

brasileira é patriarcal, machista e racista, o que significa que a condição da mulher negra é mais desfavorável do que a dos homens” (BESERRA e SILVA, 2019, p. 107-108).

Os dados da pesquisa realizada pelo Ipea (2020) que estão na Nota Técnica nº 46, intitulada Trabalho, população negra e pandemia: notas sobre os primeiros resultados da Pnad Covid-19, reafirmam a questão da desigualdade social relacionada com a cor e raça.

Durante os primeiros meses da pandemia no país, a taxa de desocupação cresceu para todos os grupos de cor ou raça, com média geral passando de 10,7% para 13,1% entre maio e julho. Considerando-se somente a população negra – homens e mulheres –, essa elevação foi ainda superior: passou de 10,7% e 13,8% para, respectivamente, 12,7% e 17,6%.

Essa pesquisa ainda aponta que, nesse mesmo período, a população que estava vivendo na informalidade era majoritariamente negra, ou seja, essa população estava desassistida dos mecanismos de seguridade social. Portanto, no contexto da sociedade brasileira, ao pensar em implementação de políticas públicas, faz-se necessário olhar para as especificidades. Para quais mulheres estão-se pensando determinadas políticas? Para quais homens? A ideia de homogeneização da população não se sustenta, sobretudo porque os fatos demonstram que a ideia de democracia racial no Brasil é uma falácia.

Quando muitas vezes é apresentada a importância de se pensar políticas públicas para mulheres, comumente ouvimos que as políticas devem ser para todos. Mas quem são esses ‘todos’, ou quantos cabem nesse ‘todos’? Se mulheres, sobretudo negras, estão num lugar de maior vulnerabilidade social justamente porque essa sociedade produz essas desigualdades, se não se olhar atentamente para elas, o avanço mais profundo fica impossibilitado (RIBEIRO, 2019, p.40).

Ribeiro (2019) ainda complementa que a situação em que se encontram as mulheres negras requer que se pense em alternativas emancipatórias que possam promover e legitimar direito de voz e melhores condições. Nesse processo é “urgente o deslocamento do pensamento hegemônico e a ressignificação das identidades, sejam elas de raça, de gênero ou de classe” (RIBEIRO, 2019, p.43). Contudo, o que se pergunta é: Como provocar esse deslocamento de pensamento hegemônico, considerando que muitos que assumem funções estratégicas no conjunto do Estado deslegitimam a luta de combate ao racismo e à discriminação?

Essa é uma reflexão fundante para avançarmos no debate teórico-prático das questões étnico-raciais e da desigualdade social no Brasil, que, por sua vez, na perspectiva

governamental, tem, nos últimos tempos, retrocedido, considerando as posições defendidas por lideranças que assumem cargos estratégicos³⁸ no Governo Federal. É um governo composto por lideranças que têm construído narrativas que desvalorizam, deslegitimam a luta dos negros, das mulheres, dos homossexuais, enfim, trabalhado na contramão da democracia.

Os desafios são muitos, a sociedade brasileira vive “situações-limites” (FREIRE, 1994), as quais só poderão ser superadas por meio da continuidade da luta e da resistência no combate a toda e qualquer forma de opressão. É urgente que todos os mecanismos conquistados por meio da luta da população sejam colocados em ação para garantir na prática o que lhe são direitos: educação, saúde, trabalho, lazer, liberdade, segurança, o direito de ir e vir e que possibilitem empoderamento dos sujeitos e o fortalecimento dos direitos territoriais. É necessário que o protagonismo das mulheres seja valorizado para que políticas de promoção da igualdade entre homens e mulheres sejam mobilizadas e colocadas em ação na perspectiva da superação das desigualdades de gênero, considerando as dimensões étnico-raciais, geracionais, regionais, locais, sua relação com o meio ambiente e proporcionando autonomia econômica e financeira com a inserção das mulheres ao mundo no trabalho, sobretudo, a partir dos modos de produção alternativos, que adaptam relações de trabalho mais solidárias, como a produção de artesanatos, de que falaremos no capítulo a seguir.

---

³⁸ Como, por exemplo, o coordenador da Fundação Cultural Palmares, o Ministro do Meio Ambiente, o Ministro da Economia, a Ministra do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e o próprio Presidente da República, que deslegitimam a luta e a resistência dos sujeitos de direitos, como da população negra.

2 PRÁTICAS DE GESTÃO E ARTESANATOS: COMPARTILHAMENTO DE SABERES-FAZERES DE MULHERES ARTESÃS

Compreender as contribuições das práticas de gestão das mulheres artesãs da Associação dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar e Artesanatos Quilombo Lagoa dos Anjos para a organização, o compartilhamento de saberes e fazeres e a comercialização de seus produtos implica identificar e analisar as práticas de gestão assumidas por este coletivo de mulheres, evidenciando também quais as dificuldades e desafios enfrentados por elas para produzir seus produtos artesanais.

As reflexões tecidas neste capítulo partiram das entrevistas individuais realizadas com as oito artesãs, das entrevistas em grupo com quatro participantes, das observações, das anotações e análises do diário de campo e dos registros fotográficos, bem como das múltiplas relações que foram se estabelecendo entre o pesquisador, as mulheres artesãs e o campo empírico da investigação em diálogo com os teóricos que deram sustentação ao estudo, tais como Canclini (1983); Freire (1996); Serva (1997); Ferreira (2012); Junquilha (2001); Appadurai (2008); Keller(2011); Noronha(2012); Becker (2014); Sennett (2019), entre outros.

Como foi mencionado no capítulo 1, as entrevistas foram semiestruturadas, gravadas e em seguida transcritas pelo pesquisador. Após a leitura das transcrições, estas foram agrupadas em categorias que permitiram uma análise mais cuidadosa da relação que as mulheres artesãs estabelecem com a prática artesã, buscando responder à pergunta de pesquisa e os objetivos propostos neste trabalho.

A partir do material obtido por meio dos instrumentos metodológicos supracitados, que possibilitaram captar as narrativas das mulheres artesãs, bem como um conjunto de elementos e informações não captadas através das falas das artesãs, foi possível estabelecer as seguintes categorias analíticas: Práticas de gestão e artesanatos; Economia solidária; Organização e Produção artesanal: matérias-primas, técnicas, inspirações, tipologias de artesanatos produzidos, frequências de trabalho, organização, registro e controles da produção; dificuldades e desafios na prática do artesanato e comercialização e contribuições no compartilhamento de saberes-fazeres: capacitações, motivações e ações de incentivo para a prática artesã.

Tais categorias servirão de base para a construção da reflexão tecida neste capítulo, analisando o material empírico à luz dos aportes teóricos escolhidos para fundamentar o presente estudo.

2.1 Práticas de gestão e artesanatos: reflexões conceituais

O termo prática “diz respeito à ação. Ação que o homem exerce sobre as coisas” (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2006, p.223), transformando-as. No entanto, entendemos que esta relação é dialética; ao transformar as coisas, os indivíduos são transformados. Desse modo, compreender as práticas de gestão das artesãs implica olhar para os saberes e fazeres delas, como elas produzem e reproduzem seus modos de produção, quais conhecimentos vão sendo apropriados e mobilizados nas relações que se estabelecem entre o coletivo de mulheres artesãs, bem como na sociedade de modo geral.

No caso específico do coletivo de mulheres artesãs da Associação dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar e Artesanatos Quilombo Lagoa dos Anjos, saberes e fazeres são compartilhados no processo de pensar, elaborar e reelaborar as práticas de gestão da produção artesanal, pois entende-se que este é um processo vivo, dinâmico, de ensinamentos e aprendizados que ultrapassam as relações produtivas. Nesse sentido, compreendem-se práticas de gestão como um processo que mobiliza diferentes dispositivos, os quais dão forma e sentidos aos artefatos produzidos por este coletivo de mulheres artesãs.

Considerando que a gestão está associada ao trabalho humano, e “é pelo trabalho que o homem faz história (e se faz histórico), na medida em que transforma a natureza e, com isso, transforma a sua própria condição humana no mundo” (PARO, 2010, p.766), é possível compreender o conceito gestão para além da perspectiva do entendimento dos administradores, que a entendem como “processo ativo de determinação e orientação do caminho a ser seguido por uma empresa para a realização de seus objetivos”.

A gestão aqui abordada, neste trabalho, leva em consideração a perspectiva de gestão como prática social de Reed (1989) *apud* Junquilha (2001, p. 306) em que se busca pensar “uma abordagem que possa incorporar, ao mesmo tempo, à análise da gestão os níveis institucional, organizacional e comportamental, permitindo as interseções entre a ação gerencial, a dinâmica da organização e o contexto macroestrutural”. Assim, ao pensar as práticas de gestão adotadas pelas mulheres artesãs desta pesquisa passa por refletir não só o trabalho individual de cada uma delas em relação à gestão da produção dos seus artesanatos, mas também as relações que se estabelecem a partir do coletivo de mulheres – entendidos aqui como o institucional através da Associação. Compreender a gestão como prática social perpassa pelo entendimento dos processos gerenciais como mecanismos histórico-sociais.

Refletir sobre a gestão na perspectiva da prática social tem o significado para o pesquisador de revisitar as experiências profissionais antes e durante a inserção na docência na universidade, atuando nos cursos de Administração e Ciências Contábeis, nos quais, muitas vezes o debate é pautado a partir de uma lógica mais mecanicista e tecnicista. Esse exercício analítico ajuda o pesquisador a sair da zona de conforto, em direção a uma perspectiva política e social.

Junquilha (2001) destaca que, segundo Reed, a gestão como prática social pode ser identificada a partir de cinco fatores diferentes, contudo inter-relacionados, a saber:

- a) *a classe de ações nas quais os praticantes estão engajados como membros de uma comunidade ou prática;*
- b) *os conceitos através dos quais certos objetivos ou problemas compartilhados são identificados de um modo significativo pelos praticantes como base para o engajamento em interações recíprocas;*
- c) *os objetivos ou problemas através dos quais a prática é tomada e como é comunicada através do vocabulário conceitual dos seus praticantes;*
- d) *os meios ou recursos (material ou simbólicos) através dos quais o alcance de projetos importantes é buscado;*
- e) *as condições situacionais ou limitadoras sob as quais atividades recíprocas, os recursos que elas requerem e as relações que elas engendram entre os seus praticantes são configurados e conduzidos.* (REED, 1989, p. 22, apud JUNQUILHO, 2001, p. 307, grifo do autor).

A partir desses fatores, “as organizações são pensadas então como conjunto de práticas nas quais seus indivíduos estão rotineiramente engajados” (JUNQUILHO, 2001, p.307). Esses cinco fatores nos ajudam a refletir sobre a prática de gestão das oito mulheres participantes desta pesquisa na perspectiva das relações que se estabelecem no modo de produção artesanal de forma individual e/ou coletivamente e como elas conduzem suas práticas acerca da produção de seus produtos.

Outro estudo que nos ajuda a pensar as práticas de gestão das artesãs participantes da pesquisa é o realizado por Becker (2014) envolvendo mulheres artesãs. Becker ressalta que o trabalho de gestão das mulheres que participaram de sua pesquisa é realizado individualmente, portanto, neste caso, quando se fala em gestão, há referência a todas as etapas do artesanato e gestadas por estas mulheres. Referindo-se, ainda, ao trabalho das mulheres artesãs, Becker (2014) aponta que a gestão da produção do artesanato envolve um conjunto de atividades que vão do processo de aquisição da matéria-prima à comercialização dos produtos. Esta autora criou um organograma para ilustrar o processo de gestão realizado pelas artesãs participantes da sua pesquisa, o qual será apresentado na sequência.

Organograma 1- Gestão das mulheres artesãs na perspectiva de Becker (2014)

Fonte: (BECKER, 2014)

Observando o organograma de Becker (2014), percebe-se que o conceito de gestão adotado pela autora remete à ideia de processo que se inicia com a aquisição da matéria-prima e vai até a comercialização da produção. Portanto, gestão deve ser entendida como construção coletiva e participativa, pois “ninguém é autônomo primeiro, para depois decidir. É decidindo que se aprende a decidir” (FREIRE, 1996, p.64). Essa compreensão de Freire nos ajuda a pensar que a prática de gestão não pode ser desvinculada “do todo social no qual têm lugar as causas profundas, e enxergando-o apenas como resultante de fatores como a inadequação dos recursos” (PARO, 2006, p.125) ou a inabilidade das pessoas para realizarem determinadas tarefas.

No entendimento de Serva (1997, p. 23), processos organizacionais são “aqueles nos quais os indivíduos definem, mediante ações específicas, o caráter básico do empreendimento grupal do qual participam.” Nesse sentido, este estudo tem como centralidade as contribuições das práticas de gestão para o compartilhamento de saberes e fazeres, entendendo essas práticas como o caminho, as ações e formas de pensar o planejamento das atividades a serem desenvolvidas por um grupo de mulheres artesãs. Tem-se a identificação de como é feita a organização de todo o processo produtivo, desde a obtenção das matérias-primas a serem usadas, a preparação para o processo produtivo, o planejamento das atividades do grupo, da

fabricação de suas peças até a comercialização dos seus produtos, e o entendimento que esse grupo tem em relação à articulação de seus conhecimentos no sentido de se produzir algo coletivamente e de se compartilhar conhecimento na perspectiva da gestão com as demais integrantes do grupo.

As práticas de gestão são aqui pensadas não como um modelo ou receita pronta, mas como algo processual, portanto é necessário que se compreenda que o processo de produção do artesanato não se faz apenas no ato de se produzir as peças que serão comercializadas pelos/as artesãos/ãs. A produção envolve um conjunto de tarefas. O caminho da produção, quando organizado em grupo ou mesmo individualmente, reflete um percurso que antecede ao início da fabricação dos produtos. Assim, é fundamental que se pense sobre os conhecimentos aplicados no processo de se fazer, de organizar toda a produção, de compartilhar saberes nesse campo de ação e como isso os transforma. Nesse sentido, não se pode entender apenas as técnicas usadas pelas pessoas que produzem artesanatos, mas a compreensão que cada uma delas tem sobre esse agir transformador, de matérias-primas em artefatos produzidos de forma individual e/ou coletiva.

No entendimento de Melo e Froehlich (2019, p.284), “a atividade artesanal parece inerente à trajetória histórica da humanidade. Desde os primórdios da vida social, os indivíduos constroem e adaptam artesanalmente formas às suas necessidades”. Assim, entende-se que essa atividade vai acompanhando a evolução humana por meio do saber e fazer de homens e de mulheres em diferentes contextos. Esses mesmos autores (2019, p.285), citando D’Ávila (1983), destacam que, apesar de vários artefatos artesanais terem tido seu uso utilitário enfraquecido, ou, às vezes, até mesmo suplantados devido à produção de bens industrializados, sua função como uma das possibilidades de “representação da identidade de um grupo social vem sendo evidenciada, de tal modo que é possível afirmar que na sociedade contemporânea o artesanato tem mais significado e valor pelas referências culturais e humanas de seus estilos do que por seu valor de uso.” Nesse sentido, a atividade artesanal nos dá uma gama enorme de possibilidades de estudos na perspectiva de compreender a sua representatividade em um dado território com seus sujeitos.

Segundo Mello (2016, p.58), o Conselho Mundial de Artesanato define artesanato como “toda atividade produtiva que resulte em artefatos acabados feitos manualmente ou com a utilização de meios tradicionais ou rudimentares, com habilidade, destreza e criatividade”. O Programa de Artesanato Brasileiro (PAB) o compreende como toda produção decorrente da transformação de matérias-primas, predominantemente manual, elaborada por indivíduo que

detenha o domínio de uma ou mais técnicas, aliando criatividade, habilidade e valor cultural, podendo no processo de sua atividade ocorrer o auxílio limitado de máquinas, ferramentas, artefatos e utensílios (BRASIL, 2012). Nota-se que o conceito de artesanato apropriado pelo PAB se aproxima do conceito usado pelo Conselho Mundial de Artesanato.

Para Martins,

[...] o artesanato tem um valor antropológico, principalmente quando os objetos usuais no grupo, feitos segundo esse regime de trabalho, se encontram reunidos em mostra específica, porque, então, esta será o espelho de sua comunidade. As peças transmitem mensagens ligadas às raízes culturais, são respostas cristalizadas que representam ou representaram formas rotineiras de vida e podem ser a chave para a obtenção de conhecimentos certos sobre o homem na longa jornada de sua evolução (MARTINS, 1976, 12).

Para Gramacho, Sã e Souza (2017, p.116), “o artesanato caracteriza-se por ser uma prática cultural pautada em saberes e fazeres que são transmitidos oralmente através de gerações, sendo passada das pessoas mais velhas para as mais novas dentro das comunidades”. Esse compartilhamento de saberes e fazeres passado entre gerações ficou explícito nas falas de algumas artesãs da pesquisa que aprenderam a fazer artesanato com alguém mais velho da família. Algumas das artesãs mais jovens expressaram o desejo em (re)passar para as crianças e outras pessoas da comunidade os saberes acerca da produção de artesanatos.

Estudo realizado por Teixeira et al (2011, p.149) sobre o artesanato de retalhos de tecido, produzido pela Comunidade Quilombola de Giral Grande em Maragogipe, Recôncavo Baiano, aponta que o artesanato produzido naquela região se “constitui um elemento indicador da sua identidade cultural, bem como representa um fator de subsistência para uma parcela de seus membros”. Segundo Teixeira et al (2011), a produção de artesanatos tem-se transformado ao longo do tempo como fontes de subsistências para muitas comunidades tradicionais³⁹ rurais. Essa produção tem sido constituída por diversas atividades, promovendo trabalho e geração de renda para muitas famílias. Além do aspecto de geração de renda, as atividades artesanais produzem conteúdos imateriais. Nesse sentido, “o artesanato pode ser considerado, portanto, como uma das expressões de identidade de uma cultura, pois através das suas características pode-se identificar a sua origem cultural.” (TEIXEIRA et al., 2011, p.149).

---

³⁹ Krucken (2009, p. 32) define como comunidades tradicionais as comunidades “indígenas, ribeirinhas, sertanejas, caiçaras e quilombolas”.

Autores como Canclini (1995) e Hall (2001), compreendem identidades culturais como sistemas culturais. Para Hall (1996, p.70) “as identidades culturais são pontos de identificação, os pontos instáveis de identificação ou sutura, feitos no interior dos discursos da cultura e da história.” Nesse sentido, o artesanato pode ser entendido como um dos instrumentos de representação de uma cultura.

Na concepção de Mello e Froehlich (2019, p. 282), “o artesanato é um dos meios mais importantes de representação da identidade de um grupo social, pois através dele valores coletivos são fortemente expressados”. E, para Castells (1999) apud Teixeira et al (2011, p.149), “a identidade é uma fonte de significados e experiências de um povo, construída com base em atributos culturais, e que se constituem como referencial para os próprios indivíduos de uma comunidade”. Nessa mesma direção, Airoidi e Passos (2016, p.1) apontam que o trabalho com a palha de ariri na comunidade de Jacunã na Bahia “é uma manifestação do saber popular tradicional” e que essa atividade econômica se configura de forma complementar à renda familiar e fortalecedora dos laços comunitários. Esse estudo foi realizado com artesãs que sinalizaram que os maiores desafios enfrentados dizem respeito ao acesso ao crédito e ao fomento, apoio técnico e comercialização, inclusive para a Associação dos Artesãos de Palha de Jacunã, à qual elas estão vinculadas.

Outro estudo que traz contribuições importantes para o debate teórico-prático a respeito dos saberes e fazeres artesanais é o de Romero (2014) realizado na Comunidade Remanescente de Quilombo da Serra das Viúvas, sertão alagoano. Essa pesquisa indica que os saberes-fazeres dos grupos domésticos no contexto da comunidade se apresentam por meio de práticas cotidianas que evidenciam conhecimentos locais do ecossistema, mas que são marcadas por relações “de pertencimentos e reciprocidades que produzem sentidos sobre o território” (ROMERO, 2014, p.281).

A valorização recente do artesanato vem ao encontro da abordagem territorial do desenvolvimento, que ressalta a importância de se considerar os aspectos culturais e simbólicos do território para se obter um desenvolvimento com protagonismo de atores locais, buscando atender às suas necessidades e anseios. O desenvolvimento territorial prevê a mobilização dos atores na elaboração de uma identificação coletiva com uma cultura e um território (MELLO; FROEHLICH, 2019, p. 282).

No entendimento de Gramacho, Sã e Souza (2017), a prática do artesanato é uma atividade geradora de renda e desenvolvimento quando valoriza a diversidade, a qualidade e os aspectos da cultura local. Nessa perspectiva, é necessário reforçar neste debate a

importância do protagonismo dos atores locais para o desenvolvimento dos territórios. Acrescenta-se, neste raciocínio, a necessidade da valorização por parte dos órgãos governamentais, da produção de bens materiais e imateriais que fazem parte da história de um território, como uma possibilidade de desenvolvimento local.

Castilho, Arenhardt e Le Bourlegat (2009 apud Teixeira et al, 2011, p. 150) definem desenvolvimento local [...] “como um processo de transformação, envolvendo o ser humano como o principal beneficiário de mudança, numa perspectiva de melhoria da qualidade de uma comunidade”.

Na atualidade, o debate brasileiro em torno da valorização do artesanato se pauta muito pela importância da atividade no processo de inserção econômica e social de uma parcela expressiva da população e pelos valores simbólicos transmitidos pela produção artesanal, acionando sentidos cada vez mais estimados pelo público consumidor. Assim, há diversos estudos brasileiros contemporâneos que visam integrar o artesanato em ações de desenvolvimento territorial dentro de estratégias de diferenciação dos produtos com base em especificidades culturais locais. (MELLO, 2016, p. 73).

Nesse sentido, o artesanato pode ser um elemento importante para o desenvolvimento local de uma comunidade e/ou região, “valorizando o território, a cultura tradicional, contribuindo para fortalecer a consciência de identidade cultural local” (TEIXEIRA et al, 2011, p.150). Portanto, ao pesquisar as práticas de gestão das mulheres artesãs da Associação dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar e Artesanatos Quilombo Lagoa dos Anjos, visando a compreender as suas contribuições para a organização, o compartilhamento de saberes e fazeres e a comercialização daquilo que é produzido por estas mulheres, identificamos um trabalho realizado de forma individual e coletiva que perpassa pela valorização da identidade cultural que “se configura numa atividade-processo complementar à roça, que possibilita a geração de renda, mas que, sobretudo, ressignifica práticas culturais seculares, atualiza memórias, individuais e coletivas” (ROMERO, 2014, p.284), como podem perceber por meio das narrativas das artesãs e análises desenvolvidas neste trabalho.

2.2 Produções artesanais das artesãs da Associação dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar e Artesanatos Quilombo Lagoa dos Anjos: aproximações e distanciamentos da economia solidária

Neste tópico discutiremos a gestão das práticas artesanais do grupo de artesãs da Comunidade Quilombola Lagoa dos Anjos, destacando em que medida estas práticas se aproximam ou se distanciam da economia solidária. Neste contexto, antes de trazer para a reflexão questões mais específicas relacionadas à prática da produção de artesanatos do grupo de artesãs dessa comunidade, é necessário destacar que o advento da Revolução Industrial trouxe problemas para a esfera do trabalho, como desemprego, produção em massa e exploração da mão de obra (OLIVEIRA, 2008), dentre outros.

Segundo Oliveira (2008), as mulheres, muitas vezes, são as maiores vítimas do desemprego, quando não, mesmo estando empregadas, são submetidas às mais variadas formas de trabalhos precários que não garantem às mulheres os direitos constitucionalmente garantidos, tampouco promovem a emancipação e o reconhecimento.

A inserção das mulheres nas relações de trabalho não se constitui em uma questão simples, pois, “além de uma desigualdade de cunho social, as mulheres são vítimas da desigualdade de sexo nas relações de trabalho” (OLIVEIRA, 2008, p.325).

Na concepção de Singer (2005, p.83), “a economia solidária foi inventada por operários, nos primórdios do capitalismo industrial, como resposta à pobreza e ao desemprego [...] no início do século XIX” na Europa. Singer (2005, p.83) ressalta que os empreendimentos solidários negam “a separação entre trabalho e posse dos meios de produção, que é reconhecidamente a base do capitalismo.”

As experiências de base solidária chegam ao Brasil tendo como base os ideais do cooperativismo europeu (MILANI e GRADE, 2018). Mas foi no Governo Médici que se criou o Decreto-Lei n. 5.764/1971, que regulou o funcionamento dos empreendimentos dos que trabalhavam pautados no cooperativismo. Nesse contexto, criou-se a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). No governo Fernando Collor de Melo, surgem outros órgãos, como o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e os Programas de Geração de Emprego e Renda (PROGER) urbanos e rurais, que pautaram as experiências de caráter autogestionário e popular, surgindo inúmeras formas de cooperativas, como as de produção, de comercialização, de trabalho, e também a construção de redes de economia solidária (IPEA, 2016).

Assim, o termo economia solidária vai-se afirmando à proporção que os empreendimentos solidários vão ocupando espaços e sendo reconhecidos por sua natureza cooperativa, solidária e autogestionária. As atividades econômicas “marcadas por essas características foram então denominadas genericamente pelos próprios atores envolvidos nesse debate como ‘empreendimentos econômicos solidários’.” (IPEA, 2016, p.7). Assim, a economia solidária

[...] significou uma resposta aos inúmeros problemas ocasionados pela difusão das máquinas que ocorreu no período. Nesse processo, inúmeros trabalhadores foram destituídos de seus postos de trabalho por não terem a qualificação necessária para suprir as novas necessidades do processo produtivo. As que mais sofreram essas consequências foram as mulheres, pois eram as que menos tinham qualificação (OLIVEIRA, 2008, p.328).

Desse modo, o que se tem visto no Brasil é que os empreendimentos econômicos solidários têm surgido como alternativas de uma práxis social que vai de encontro ao modo de produção capitalista.

[...] a economia solidária pode estar assinalando a construção de novo espaço de transformação social em que a lógica utilitarista passa a ser restrita e novas formas de relações sociais se constituem, como a solidariedade, a cooperação, a autogestão. Estes experimentos sociais ao longo dos anos de sua constituição têm somado uma competência que merece ser levantada e sistematizada no sentido de evidenciar o que pode ser entendido como uma nova sociabilidade que aponta um caminho para a transformação social (MILANI; GRADE, 2018, 147).

Diante da intensa desigualdade social, das relações de gênero e de trabalho, muitos movimentos têm surgido nas comunidades urbanas, sobretudo periféricas, e do campo, muitas vezes como estratégias de lutas frente aos variados processos de discriminação, enfrentados na vida social e nas relações de trabalho. “A economia solidária é um desses movimentos e teve repercussões enormes em várias partes do mundo” (OLIVERIA, 2008, p.328), consolidando-se como um paradigma que se contrapõe ao modelo de economia baseada no lucro, na competitividade e no individualismo. A economia solidária tem-se destacado em nível mundial como uma possibilidade de geração de trabalho e renda, contribuindo para amenizar as desigualdades sociais e para a promoção de processos de interações sociais solidários, participativos e de emancipação social (OLIVEIRA, 2008).

É importante acrescentar, nesta reflexão, que muitas das experiências que se utilizam dos princípios da economia solidária surgem frente a uma situação de vulnerabilidade em que

as pessoas se encontram e buscam caminhos alternativos para enfrentar as situações de precariedade impostas pelo modo de produção capitalista. Nesse movimento, novos processos produtivos são construídos por essas pessoas a partir da dinâmica organizativa e de luta pela reprodução social.

Segundo o mapeamento⁴⁰ dos “empreendimentos econômicos solidários” no Brasil apresentado no Relatório de Pesquisa do IPEA (2016), 19.708 empreendimentos foram identificados, organizados e distribuídos entre 2.713 municípios brasileiros. Desse total, 11.869 (60,2%) são novos empreendimentos, ou seja, não haviam sido registrados no mapeamento anterior⁴¹, e 7.839 (39,8%) são de empreendimentos revisitados.

No total geral de empreendimentos mapeados, o Nordeste é responsável por 40,8%, as regiões Sul, Sudeste e Norte apresentaram proporções próximas, em torno de 16%, e o Centro-Oeste concentra o menor percentual, 10,3%. No que se refere ao espaço de atuação, 54,8% atuam em áreas rurais e 34,8% em áreas urbanas, e 10,4% identificaram que atuam em áreas rurais e urbanas, simultaneamente. (IPEA, 2016).

Outro aspecto importante que merece relevo diz respeito à questão de gênero. Do total de pessoas envolvidas nos empreendimentos econômicos solidários levantados, 56,4% é do sexo masculino: 803.373, e 43,6% é do sexo feminino: 620.258. De todos os grupos pesquisados, os informais são os únicos com média superior de mulheres, 63,2%. Segundo o Ipea (2016), isso pode ser explicado pela questão de que muitas mulheres procuram uma ocupação para complementar a renda familiar e que possa ser conciliada com outras tarefas que ainda são majoritariamente desempenhadas pela população feminina, como os cuidados do lar.

Esse mesmo estudo sinaliza que não há como negar que os empreendimentos econômicos solidários são formados, em sua maioria, por trabalhadores e trabalhadoras que sofrem com as inúmeras adversidades impostas aos setores historicamente fragilizados pela sua condição subalterna na estrutura econômica. Nesse sentido, essas alternativas são vistas como possibilidades de melhoria das condições de vida da classe trabalhadora, que, muitas

---

40 Em 2003 foi instituída no Ministério do Trabalho a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Desde sua criação o órgão tem a proposta de realização de um levantamento amplo de informações e a criação de um banco de dados nacional sobre a economia solidária. O primeiro mapeamento foi realizado em 2005, registrando em sua primeira etapa aproximadamente 18 mil empreendimentos. Em 2007, a base de dados foi ampliada com um mapeamento complementar, chegando-se a quase 22 mil empreendimentos em todo o Brasil. O segundo mapeamento foi realizado entre 2010 e 2013 e abrangeu os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), as Entidades de Apoio e Fomento (EAF) e também Políticas Públicas voltadas à Economia Solidária (PPES). Informações disponíveis em: <http://sies.ecosol.org.br/sies>. Acesso em: 30/04/2022.

vezes, é sufocada e maltratada pela lógica do sistema capitalista. No entendimento de Oliveira (2008, p.328), “a economia solidária é considerada um outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associação do capital e do direito à liberdade individual”.

É importante demarcar que, sendo as mulheres as mais afetadas pelo desemprego e pelas condições precárias de trabalho, como já mencionado anteriormente, Guérin (2005, p.17) ressalta que “as mulheres frequentemente são as primeiras a se mobilizar e a se auto-organizar.”. Todavia, em se tratando do Brasil, nem sempre os grupos de economia solidária formados por mulheres são formalizados, ou quando são, muitas vezes, não têm a figura da mulher como formalizadora do grupo, demarcando um aspecto do machismo presente na sociedade brasileira. Entretanto, é visível o protagonismo das mulheres na economia solidária como é apontado nos dados apresentados. Nobre (2003, p.2) destaca que “muitos grupos de mulheres populares em algum momento de sua existência se empenharam em gerar renda, nem que fosse apenas para garantirem o funcionamento do próprio grupo.”

Discutir essa perspectiva e debatê-la evidenciando o contributo da economia solidária no Brasil implica em dar-lhe o devido espaço, destacando sua importância como experimento social ao constituir práticas alternativas e possibilidades reais de organização diferenciada em um momento em que, mais uma vez, o capitalismo atravessa uma intensa crise, assinalando seu esgotamento como modo de produção para uma camada significativa da população que não consegue reproduzir sua vida nestas condições (MILANI; GRADE, 2018, p. 147).

No caso específico do grupo de Mulheres Artesãs da Associação dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar e Artesanatos Quilombo Lagoa dos Anjos, apesar de ele ter-se constituído na perspectiva do patrimônio cultural para a comunidade ter uma “força” a mais no processo de aquisição do CNPJ da Associação, percebe-se que o trabalho gestado pelas artesãs em alguma medida dialoga com a experiência da economia solidária, sobretudo nas dimensões da solidariedade, do fortalecimento da consciência coletiva, no compartilhamento de saberes e fazeres, haja vista que elas ensinam e aprendem juntas técnicas artesanais e fortalecem as relações de convivências, de amizades e complementam a renda familiar, como ficou evidente no percurso da pesquisa e evidenciado neste trabalho. Guerra e Toledo (2010, p.6): apontam que “a atuação das mulheres na economia solidária a partir das atividades de geração de renda, cria a possibilidade de que mulheres se tornem proprietárias dos meios de produção”. Além disso, destaca-se a consciência política das mulheres, como ficou visível nas conversas que o pesquisador teve com as artesãs. Elas explicitaram em vários momentos que

não gostam de política assistencialista para a comunidade, elas preferem que o poder público crie políticas públicas para a comunidade crescer a partir do protagonismo e trabalho dos moradores.

Faz-se necessário explicitar que o objetivo do trabalho não era buscar compreender as práticas de gestão das artesãs na perspectiva da economia solidária, obviamente que, no decorrer da pesquisa, com base nos dados, foi possível relacionar alguns elementos da experiência das artesãs com a economia solidária, bem como notar alguns distanciamentos; a título de exemplo, a produção artesanal é gestada de forma individualizada. O valor em dinheiro retirado do que é produzido pelas mulheres não é compartilhado entre as artesãs, cada uma produz em sua casa e vende seus próprios artesanatos, mesmo aquelas peças que são produzidas quando elas se reúnem no salão da igreja para produzir juntas. No decorrer da pesquisa nos foi relatado pelas participantes que às vezes, com o intuito de arrecadar algum valor para custear alguma atividade do grupo, elas decidem que cada uma produza uma peça para ser vendida para custear alguma atividade do grupo com o dinheiro arrecado.

Os dados da pesquisa apontam que o grupo não foi constituído para desenvolver a prática artesanal baseada nos princípios da economia solidária. O que nos parece é que não houve um processo de discussão e escolha por parte do coletivo de mulheres participantes da pesquisa em adotar os princípios da economia solidária, mesmo por parte daquelas que estiveram integradas ao grupo desde o seu surgimento, embora algumas artesãs tenham relatado, no decorrer das entrevistas (individual e coletiva), que o Cesol foi quem ajudou o grupo a conseguir o CNPJ da Associação, como podemos verificar na fala de Resistência a seguir:

Quem nos ajudou a ter o CNPJ foi o Cesol, quem deu o nome ao grupo do artesanato foi o Cesol, aquela Selma lá de Monte Alto. Ela veio uma semana inteira aqui, ela ficava o dia todo. Ela foi, arrumou um bocado de retalhos, quando ela chegou aqui, nós já tínhamos feito tantas coisas dos retalhos (RESISTÊNCIA, 2022).

Desse modo, considerando que o Cesol esteve com o grupo de artesãs no seu nascimento, orientando-as, entendemos que, talvez, de forma indireta, os fundamentos e princípios da economia solidária tenham estado presentes na constituição do grupo, como coletivo que operacionaliza atividades individuais e coletivas e proporciona emancipação social das mulheres, compartilha saberes, contribuindo para a melhoria da vida familiar. Segundo Guerra e Toledo (2010, p.5), as experiências coletivas são promotoras do

reconhecimento e da visibilidade das atividades das mulheres. Assim, fazer parte de um coletivo de mulheres quilombolas artesãs as coloca numa posição de destaque no contexto da sociedade local.

2.3 Organização e produção dos artesanatos: entre descarregar o algodão e a comercialização – as práticas de gerir esses processos

O trabalho artesanal envolve muitos conhecimentos que estão relacionados diretamente com as escolhas dos artefatos a serem produzidos, as técnicas utilizadas e com a realidade em que as comunidades/grupos de artesãos/ãs vivem e organizam seus processos produtivos com a finalidade de criação de suas peças. Na perspectiva de Keller, esse tipo de trabalho vai além do processo manual. “O fazer artesanal envolve assim um processo produtivo e criativo” (KELLER, 2011, p.6).

Em nossa análise neste tópico, abordaremos sobre as práticas de gestão que envolvem a organização e a produção dos artesanatos das mulheres artesãs da Associação dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar e Artesanatos Quilombo Lagoa dos Anjos, com ênfase nas escolhas das matérias-primas e técnicas utilizadas, suas inspirações e os tipos de artesanatos produzidos por elas, o tempo dedicado ao trabalho, organização, registro e controle da produção, dificuldades e desafios na prática do artesanato e comercialização.

2.3.1 As escolhas das Matérias-primas: produção na comunidade ou industrializadas

Entre o grupo de mulheres artesãs da Comunidade Lagoa dos Anjos – Candiba – Ba., o uso de matérias-primas na produção de suas peças depende muito do tipo de artesanato a ser elaborado por elas. Em uma conversa com a artesã Resistência, no salão da Igreja, a artesã relatou que, no início das atividades de produção de artesanatos, de forma coletiva na comunidade, elas receberam uma doação de retalhos.

Chegava aqui com aquele carro do Cesol, com monte de retalho aqui, sentava mais nós nesse chão aqui, nós separamos, passar ferro, ela que ajudou tudo aqui, era máquina pra tudo quanto que é lugar, ensinando as pessoas a fazer as coisas. (RESISTÊNCIA, 2021).

Essa foi uma das primeiras atividades realizadas em grupo pelas artesãs na Associação. O contato com a matéria-prima que se transformaria em artesanatos

posteriormente. A matéria-prima que Resistência menciona, nesse relato, está classificada de acordo com a Portaria nº 1.007-SEI de 2018, como sendo tanto matérias-primas manufaturadas quanto matérias-primas sintéticas.

As matérias-primas manufaturadas: São “classificadas neste grupo as matérias-primas de origem animal, vegetal e mineral transformadas por processos de beneficiamento de maior complexidade, em geral mecanizados” (BRASIL, 2018, p.34). Quanto às sintéticas, são “classificadas neste grupo as matérias-primas desenvolvidas de modo artificial, pela síntese de componentes naturais e químicos”. (BRASIL, 2018, p.34). Assim, a prática de gestão que envolve a escolha desses materiais usados tanto coletivamente quanto individualmente, depende dos tipos de trabalhos a serem produzidos pelas artesãs. Nesse caso específico, a matéria-prima foi fruto de uma doação no início das atividades desenvolvidas pelo grupo.

Em conversas com as mulheres artesãs, percebeu-se que, no processo de produção de seus artesanatos, às vezes, as matérias-primas utilizadas são de origem da própria Comunidade de Lagoa dos Anjos, conforme relatou Paciência:

O meu? É, às vezes quando eu não tô ruim da asma, eu utilizo lã de algodão, linha de algodão. Assim que tira, as mulheres escaroça o algodão, as mulheres fazem caseiro mesmo, faz o lanzudo, a linha e aí quando eu tô ruim do bronquite, aí eu não posso nem com o barbante, nem com a linha de algodão, aí eu vou compro na rua, se não tiver cheiro eu vou e compro a linha. (PACIÊNCIA, 2021).

As escolhas das matérias-primas utilizadas por Paciência, para produzir suas peças, apontam duas possibilidades de utilização das matérias-primas: uma é a escolha de matéria-prima produzida na própria comunidade, e muito comum nas comunidades tradicionais, em que os artesãos/ãs dominam todo o processo de preparação da matéria-prima, que passa pelo plantio do algodão, colheita, descaroçamento, fiação até chegar à “linha” utilizada como matéria-prima; e a outra possibilidade passa por algum processo de industrialização, em que se compra a matéria-prima pronta para a produção dos artesanatos.

Durante as visitas à Comunidade Lagoa dos Anjos, percebi, entre uma residência e outra, a presença do algodão mencionado pela artesã Paciência. Algumas pequenas plantações de algodão marcam simbolicamente a história dessa relação do uso dessa planta e as experiências do trabalho dos povos negros nas plantações de algodão nas grandes fazendas da região, e que, agora, se apresenta e representa como elemento para fabricação dos artesanatos desse grupo de Mulheres.

Em uma das visitas à referida comunidade, tive uma caminhada guiada por Resistência, entre suas plantações que ficam aos fundos de sua residência, encontrando, ali, além do algodão, outra matéria-prima usada em algumas produções artesanais, como a semente *Coix lacryma-jobi* L. popularmente conhecida como Capim-de-contas, contas-de-rosário, conta-de-lágrimas, lágrima-de-nossa-senhora, lágrima-de-jó, capim-rosário, capim-miçanga, capiá, biurá, biuri, a qual pode ser usada tanto no artesanato, quanto em usos fito terapêuticos. Na sequência, encontra-se um mosaico (Fotografia 5) com algumas das matérias-primas cultivadas na própria comunidade. Podemos perceber algumas fases de duas das matérias-primas utilizadas no processo de elaboração de artesanatos na Comunidade Lagoa dos Anjos. Temos o algodão (A) (*Gossypium* L.)⁴² e a Lágrima-de-nossa-senhora (B) ainda *in natura*, e, logo em seguida, o algodão (C) em novelo, pronto para produção artesanal, e as sementes da Lágrima-de-nossa-senhora (D), que também são utilizadas pelas artesãs na elaboração dos seus artesanatos.

Fotografia 5 – Matérias-primas utilizadas na produção artesanal

A – Plantio de algodão (*Gossypium* L.); B – Plantio de Lágrima-de-nossa-senhora (*Coix lacryma-jobi* L.); C – Novelos de algodão; D – Sementes de Lágrima-de-nossa-senhora. (*Coix lacryma-jobi* L.)

Fonte: (Arquivo do autor,2021.)

Como foi relatado anteriormente, nem todas as matérias-primas utilizadas, na produção artesanal, pelo grupo de mulheres artesãs desta pesquisa são originárias da própria

⁴² Informações disponíveis em: <https://www.embrapa.br/busca-de-imagens/-/midia/4054001/algodoeiro>. Acesso em: 20/09/2021.

Comunidade Lagoa dos Anjos. Algumas, como, por exemplo, tecidos, linhas industriais, fitas de seda, tintas, malhas, retalhos diversos são comprados em cidades vizinhas à comunidade. Assim também as ferramentas/instrumentos, agulhas, pincéis que são utilizados com as técnicas artesanais praticadas por elas.

2.3.2 Técnicas artesanais

Para iniciarmos a discussão e análise desta seção, é interessante refletirmos sobre como às vezes as técnicas podem ser compreendidas como algo sem muita relação com os sujeitos que as dominam, algo mecânico, sem vida. Sennett (2019) nos traz uma reflexão sobre a técnica, segundo ele: “A técnica tem má fama; pode parecer destituída de alma. Mas não é assim que é vista pelas pessoas que adquirem nas mãos um alto grau de capacitação.” (SENNETT, 2019, p.150). Essa reflexão do autor nos ajuda a conceber que as técnicas artesanais utilizadas pelas artesãs desta pesquisa nos permitem enxergar expressões, manifestações de afetos, de alegrias e de saberes e fazeres por meio das produções, inspiradas, pensadas e produzidas por mulheres da Comunidade Remanescente de Quilombo Lagoa dos Anjos, situada no Território de Identidade do Sertão Produtivo.

Não significa apenas a escolha de uma técnica, crochê, pintura, bordado a mão, enfim, mas a maneira como essas técnicas, esses modos de produzir um determinado tipo de artesanato, acionam histórias de vidas dessas mulheres artesãs, resgatando múltiplas relações de pertencimento, memórias, afetividades, que vão (re)construindo de modo singular saberes e fazeres.

É importante destacar que dentro do artesanato existem inúmeras técnicas que podem e são utilizadas. De acordo com a Portaria nº 1.007-SEI, publicada em 2018, para efeito de definição e classificação para o reconhecimento da atividade de artesão e da artesã junto ao Programa do Artesanato Brasileiro (PAB), estão definidas nesse documento 125 técnicas artesanais principais, 3 técnicas artesanais complementares, além da inclusão da serigrafia para povos indígenas. Esta Portaria traz, no Art. 19, § 3º, que as Técnicas de Produção Artesanal consistem no uso ordenado de saberes, fazeres e procedimentos, combinado aos meios de produção e materiais, que resultem em produtos com valores, históricos e culturais. (BRASIL, 2018).

Vale ressaltar que o PAB, integrado atualmente ao Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), gerenciado pela Secretaria Especial da Micro e Pequena

Empresa, “tem o objetivo de promover o desenvolvimento integrado do Setor artesanal e a valorização do artesão, elevando o seu nível cultural, profissional, social e econômico”. (BRASIL, 2018, p.34).

No caso do grupo de mulheres artesãs desta pesquisa, foi possível identificar, durante as visitas à comunidade, que a maior parte das artesãs tem como técnica artesanal principal o crochê. Dentre as 08 mulheres entrevistadas, 06 artesãs relataram utilizar-se dessa técnica para a produção de seus artesanatos. Conforme a Portaria Nº 1.007-SEI de 2018, o crochê é uma:

Técnica desenvolvida com o auxílio de agulha especial terminada em gancho e que produz um trançado semelhante à trama de uma renda. Os trabalhos podem ser realizados com fios ou outros materiais, com mínimo de 50 por cento da técnica aplicada na peça a ser executada. (BRASIL, 2018, p.34).

No decorrer da pesquisa, entre o grupo de mulheres artesãs da Associação dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar e Artesanatos Quilombo Lagoa dos Anjos, identificaram-se algumas outras técnicas utilizadas por elas: a técnica de pintura, utilizada pela artesã Inspiração, o bordado simples e a costura à mão de Resistência, as técnicas de costura e ponto cruz das artesãs Generosa e Alegre. Vale ressaltar que Generosa também relatou usar a técnica de fiação, que consiste “no processo produtivo de retirada de fibras (da roca ou do cesto) para formar o fio, a torcedura das fibras (em poucas porções) e o enrolamento dos fios num suporte próprio (fuso)” (BRASIL, 2018, p.34) e que serve para a produção de artesanatos.

2.3.3 Inspirações no processo de produção dos artesanatos

No processo de produção artesanal, uma das etapas que acaba tendo uma atenção especial é a etapa relacionada às ideias, às inspirações que ajudam no processo de criação das peças/produtos artesanais a serem elaboradas(os) pelas artesãs. Segundo Ferreira (2001, p. 422), inspiração significa ato de inspirar(se) ou ser inspirado [...] qualquer estímulo ao pensamento ou à atividade criadora”. Muito se fala em criatividade, inovação, originalidade, dentro do cenário de produção das organizações formais e regidas pela lógica do mercado, em que os produtos estão diretamente ligados à satisfação das necessidades e em atender aos interesses dos consumidores e conseqüentemente das organizações que os produzem.

Nesta seção, refletiremos, a partir das entrevistas individuais realizadas com as artesãs da Comunidade de Lagoa dos Anjos, participantes desta pesquisa, no sentido de identificar como surgem as ideias de produção, quais as inspirações que levam essas artesãs à elaboração de suas peças e se são processos que visam a atender ou não a algum tipo de demanda.

Ao perguntar-lhes como surgem as inspirações para produção de suas peças, as artesãs disseram: “Ah, sim fazer?, ah antes de nós fazermos, de nós começar a trabalhar, a gente pede Deus inspiração”, afirma Paciência (2021). Observa-se na fala da artesã que ela relaciona o fato da inspiração com o aspecto da religiosidade, marca uma relação com a fé. É preciso reafirmar que parte das produções do artesanato, quando realizada em grupo, acontecia⁴³ no salão da igreja, que também é um espaço de celebrações religiosas, e de certa maneira a ligação com a religião influencia na maneira como elas agem para produzir suas peças.

Tímida, outra artesã do grupo, diz que, nesse processo de criação de suas peças, ela vai inventando “até que sai alguma coisa. Eu vou imaginando, até sair aquela peça que eu quero” (TÍMIDA, 2021), seguindo, assim, um caminho de certa forma livre. Diferentemente desse processo, outra artesã busca outras fontes de inspiração, como ela revelou:

Eu sempre vou na internet buscar modelos novos, sabe, porque eu não gosto de ficar na mesma coisa, na mesmice, aí eu vou na internet, busco modelos novos ou então peço ajuda a alguma mulher aqui da comunidade que já tem mais experiência pra me ensinar algum ponto que eu não sei, então é dessa forma que eu faço. (DECIDIDA, 2021).

Decidida complementa, de maneira bem marcante: “O que me inspira é saber que uma linha, uma linha ali normal, eu posso fazer qualquer coisa com ela, eu posso fazer cada coisa bonita, tapetes, jogos de banheiro e fica maravilhoso, perfeito” (DECIDIDA, 2021). Vale refletir, a partir dos relatos de Tímida, Paciência e Decidida, que as inspirações para produção de suas peças não estão condicionadas ao mesmo processo. Elas carregam, entre elas, formas diferentes de pensar o processo criativo de suas peças.

---

⁴³ Por conta da Pandemia, gerada pela COVID-19, o grupo de artesãs não tem se reunido nos espaços coletivos para produzirem suas peças. Assim, o grupo tem produzido individualmente em suas residências. Entretanto, no momento da entrevista em grupo realizada em 09 de abril, elas disseram que já vão voltar a se reunir para fazer a produção do artesanato.

Resistência se posiciona ao pensar a produção dos seus artesanatos numa lógica que não cede muito aos desejos e necessidades das pessoas que buscam adquirir suas peças. Ela diz:

Eu não gosto de fazer mostruário, eu odeio fazer crochê pelo mostruário, eu sempre vem na mente, eu vou fazer um crochê, eu invento, aí no final ele termina uma coisa, tem que terminar uma coisa, às vezes as pessoas falam: eu gostaria que você fizesse pra mim um pano do jeito que eu vi na casa de uma fulana. Eu falava: eu não sou boa pra fazer isso não, ou sai um ponto a mais ou a menos, eu gosto de me inspirar e fazer os crochês por minha inspiração e graças a Deus tudo que eu inspiro sai, já fiz muito crochê em minha vida. (RESISTÊNCIA, 2021)

Assim como Tímida e Decidida, Resistência demonstra que, para a elaboração de seus artefatos, a artesã busca uma liberdade criativa para a produção de suas peças, não ficando presa a um modelo (mostruário) definido por alguém, assim suas peças podem, ao longo do desenrolar da criação, tomar formas e tipos diferentes. Conforme Gramacho; Sá e Souza (2017, p. 137), “ o artesanato é um produto diferenciado, rico em saberes e história, e que se apresenta com potencialidade para adentrar-se e estabelecer-se no mercado da produção cultural”. Nesse sentido, ele é muito mais que um complemento de renda, uma atividade econômica, ele é uma expressão também da sensibilidade de quem o produz.

2.3.4 Tipologias de artesanatos produzidos

O Art. 19º, § 4º da Portaria n.1007/2018 versa que “tipologias do artesanato são as denominações dadas aos segmentos da produção artesanal utilizando como referência a matéria-prima predominante” (BRASIL, 2018, p. 35). No Brasil, os tipos de artesanatos produzidos têm uma variedade tão diversa quanto as influências culturais, dentre elas podemos destacar as indígenas, as dos povos colonizadores europeus e dos povos africanos.

Vale ressaltar que o Programa Brasileiro de Artesanato se organiza conforme a produção artesanal, tendo como referência sua origem, seguindo as categorias: Artesanato tradicional – a produção está ligada à preservação da memória cultural de uma comunidade, transmitida de geração em geração; Arte Popular – caracteriza-se pelo trabalho individual do artista popular, reconhecido pelo valor histórico e/ou artístico e/ou cultural; Artesanato Indígena – Artefatos produzidos por membros de etnias indígenas, identificando o valor de uso, a relação social e a cultural da comunidade; Artesanato Quilombola – se refere ao

artesanato produzido coletivamente por membros remanescentes de quilombos, no qual se traduza o valor de uso, a relação social e cultural da comunidade; Artesanato de Referência Cultural - produção artesanal oriunda do resgate ou da releitura de elementos culturais tradicionais nacionais ou estrangeiros assimilados e; Artesanato Contemporâneo-Conceitual - artesanato, predominantemente urbano, decorrente da inovação de materiais e processos e da incorporação de elementos criativos, em diversas formas de expressão, resgatando técnicas tradicionais, utilizando, geralmente, matéria-prima manufaturada reciclada e reaproveitada, mas com identidade cultural (BRASIL, 2018).

De acordo com a Portaria 1.007/2018, os produtos artesanais classificam-se, conforme a finalidade, nas seguintes categorias:

- I- adornos, acessórios e vestuários: objetos de enfeite de uso pessoal com função estética;
- II- decorativos: objetos produzidos para enfeitar e compor ambientes;
- III- educativos: objetos destinados às práticas pedagógicas, que visam atuar na capacidade do indivíduo de aprender novas habilidades e assimilar novos conhecimentos;
- IV - lúdicos: objetos para o entretenimento e representação do imaginário popular, normalmente em forma de jogos, bonecos, máscaras, instrumentos musicais, brinquedos, entre outros. Os produtos destinados ao público infantil deverão observar a legislação específica vigente;
- V- religiosos/místicos: objetos destinados ao uso ritualístico ou para a demonstração de uma crença ou fé, a exemplo de amuletos, altares, imagens, mandalas, oratórios, entre outros;
- VI- profanos: peças que expressam crenças e/ou manifestações artísticas desvinculadas de concepções religiosas;
- VII- utilitários: objetos que visam atender as necessidades oriundas de trabalho ou de atividade doméstica, cujo valor é determinado pela importância funcional;
- VIII- lembranças/souvenires: objetos representativos de uma região ou de manifestações culturais adquiridos ou distribuídos com a finalidade de identificar as características do destino visitado e geralmente presentear alguém (BRASIL, 2018, p. 36)

No decorrer da pesquisa, pude perceber que a produção das mulheres artesãs da Comunidade Lagoa dos Anjos não se localiza em uma única categoria apresentada pela já referida portaria, mas pelo menos em quatro categorias, tais como: adornos, acessórios e vestuários; educativos; decorativos e utilitários. A partir da minha imersão no campo empírico da pesquisa e diálogos com as artesãs no caminhar investigativo, fui identificando os tipos de artesanatos produzidos pelo grupo de artesãs, assim como algumas singularidades representativas da cultura dos povos negros, como a boneca preta que enfeita o caderno da fotografia 6.

Fotografia 6 – Boneca preta

Fonte: (Arquivo do autor, 2021)

Vale destacar a importância do trabalho desenvolvido por algumas dessas mulheres artesãs na luta, enfrentamento, reconhecimento e valorização da cultura do povo negro, como foi mencionado nos seus perfis. Algumas dessas mulheres atuam no campo político, social, religioso, econômico, cultural e educacional. Suas narrativas e produções apresentam episódios do cotidiano, suas vivências, mas também se configuram como resistência às formas de opressão, discriminação e desvalorização do povo negro. Nesse sentido, algumas delas buscam por meio de suas peças reafirmar a identidade negra, a exemplo da ornamentação de cadernos com bonecas pretas confeccionadas por elas, o turbante, enfim, assumindo, assim, uma função educativa na perspectiva antirracista.

Neste contexto, entende-se que, ao produzir artefatos que buscam dar visibilidade às raízes históricas da comunidade, manifestando por meio do artesanato a identidade cultural, visualiza-se nessa atitude uma forma crítica de essas mulheres olharem para a sua história, bem como usar tais artesanatos como instrumentos de fortalecimento e preservação da identidade cultural. A identidade é um fator diferencial que aparece como uma tomada de consciência do valor da cultura negra. Como foi referido anteriormente, esse é um dos fatores significativos para o reconhecimento de uma comunidade como remanescente de quilombo, segundo a Constituição de 1988.

2.3.5 O tempo dedicado ao trabalho de produção

A noção de ‘tempo’ remete a alguns aspectos do fluxo contínuo de acontecimentos em meio aos quais os homens vivem, e dos quais eles mesmos fazem parte. Esses aspectos podem ser designados como o que constitui, nos acontecimentos, a dimensão do ‘quando’, ainda que esta definição não abranja todo o campo de sua realidade. Se tudo ficasse imóvel, não poderíamos falar de tempo. Por certo é mais difícil compreender que tampouco seria possível falar de tempo num universo que comportasse uma única sequência de mudanças. Se vivêssemos nesse tipo de universo monódromo, nunca teríamos como saber nem como perguntarmos quando aconteceria alguma coisa. (ELIAS, 1998, p.59 grifo do autor).

Neste caso, o trabalho das artesãs é uma atividade que exige delas, além do conhecimento sobre as técnicas de produção, uso e transformação das matérias-primas, inspirações para suas produções, escolhas dos artefatos a serem produzidos e um tempo para elas se dedicarem a essa prática. A concepção de tempo de Elias como um fenômeno “continuum evolutivo” nos ajuda a pensar que na verdade esse tempo está conectado intrinsecamente em todos os conhecimentos/fases do processo produtivo do artesanato. Nesse sentido, essa relação tempo de dedicação com a produção artesanal constitui também uma prática de gestão que acaba, pode ser organizada ou não.

Assim, a partir desse entendimento de tempo, ressalte-se que, durante as entrevistas individuais com as artesãs da comunidade, elas relataram como elas vêm lidando com essa questão do tempo, tanto para a produção dos seus artesanatos de maneira individual e coletiva, quanto em relação aos encontros e às atividades ligadas ao grupo de mulheres artesãs na comunidade. Elas destacaram também o impacto gerado pelo isolamento social durante a pandemia e como isso afetou os encontros do grupo.

Alegre diz na entrevista que, durante a semana, há apenas dois dias em que ela não produz seus artesanatos, são os dias em que ela vai prestar serviços domésticos na casa de duas moradoras da comunidade, mas que, fora isso, sobrando algum tempo, ela conta que está “lá tirando minhas tirinhas pra fazer, outra hora eu tô fazendo ponto, tem horas que eu vou deitar onze horas, doze horas da noite fazendo meu crochê.” (ALEGRE, 2021).

Na fala de Simplicidade, ela relata que o tempo que ela dedica ao artesanato é dividido com outras atividades que ela tem no seu dia a dia. O trabalho dela como artesã está condicionado às outras atividades que ela exerce em sua casa.

Na hora que sobra um tempo, porque em casa eu sou de tudo, se tiver que faz um serviço na roça eu tô fazendo, se tem que cuidar de uma galinha eu tô cuidando, se tem que cuidar de um porco, de um cachorro, de um gado eu tô

cuidando, sobrou um tempinho, é agora, vou pegar numa máquina, agora vou pegar, é assim. (SIMPLICIDADE, 2021)

Tímida, uma das artesãs mais novas entre o grupo de mulheres artesãs da comunidade, assim como Simplicidade, afirma: “Eu faço as horinhas. As horinhas que der eu vou fazendo” (TÍMIDA, 2021). Algumas outras artesãs ainda precisam dividir esse tempo de produzir os seus artesanatos com o estudo. É o caso das artesãs Decidida e Inspiração.

Na verdade eu só faço, eu não faço assim com muita frequência igual mãinha e Generosa, eu faço quando é encomendado, porque tem a faculdade, trabalhos da faculdade, né, aí ocupa mais o meu tempo, mas eu faço assim que uma pessoa encomenda, ela gosta, vai no meu perfil do instagram e vê lá, aí então já encomenda, aí eu vou e faço. (DECIDIDA, 2021).

Agora, deu uma parada, mas, quando eu pintava antes, quase todo final de semana eu tava pintando, sempre no meu tempo livre por causa dos estudos, aí, quando tinha um tempo livre, eu fazia minhas pinturas. (INSPIRAÇÃO, 2021).

No final de semana, mais ou menos umas 4 horas, quando eu começo a pintar, me desestressa. (INSPIRAÇÃO, 2021)

Até aqui percebemos que a ligação que as mulheres artesãs estabelecem em relação ao tempo de trabalho para a produção de seus artefatos, de certa maneira se distancia de práticas comuns de produção aos modos capitalistas, quando analisado apenas o trabalho artesanal delas. Ao analisar o tempo dentro da perspectiva da economia industrial, (WRIGHT, 1968, p.116 apud HASSARD, 1996, p.180-181) ressalta que “quase todos os artesãos trabalham por sua conta, em sua casa, com seus próprios instrumentos e no seu próprio ritmo” isso no período pré-industrial. No caso do tempo relacionado às práticas das mulheres artesãs participantes da pesquisa, o tempo ainda está condicionado por outras “forças”, como as atividades domésticas, o trabalho na lavoura exercido por elas, como, por exemplo, na produção e polinização de pinha, na agricultura familiar e nos cuidados com seus quintais produtivos, os quais, segundo Pedrosa (2016, p.1), “fazem parte da composição da paisagem de uma pequena propriedade baseada na produção familiar. No quintal próximo à casa a família planta e cultiva plantas alimentícias, frutíferas, ornamentais, leguminosas e medicinais”.

Resistência relata que o tempo que ela tem para produção dos seus artesanatos, de maneira individual, “é as horinhas mesmo que dá, mais a noite quando eu vou assistir uma televisão, eu pego o crochê, é um complemento de renda mesmo, não é o trabalhar mesmo

com o artesanato” (RESISTÊNCIA, 2021). Essa fala da artesã nos ajuda a entender um pouco mais como ela organiza o tempo dela para a sua produção de artesanatos. Essa atividade é vista por ela e demais artesãs da pesquisa como um “complemento de renda” da família. Nessa mesma direção, estudo realizado por Airoidi e Passos (2016, p.1), na comunidade de Jacunã na Bahia, com artesãs vinculadas à Associação dos Artesãos de Palha de Jacunã, aponta que para as artesãs o trabalho com a palha de ariri⁴⁴ (é a matéria-prima usada para a produção de artesanatos como chapéus, bolsas, vestimentas, esteiras, vassouras e muitos outros objetos) desenvolvido por elas se configura de forma complementar à renda familiar e fortalecedora dos laços comunitários, algo também bastante marcante entre o grupo de artesãs da pesquisa, questão que será retomada mais adiante neste trabalho.

No que se refere ao tempo destinado ao trabalho coletivo das artesãs ou às reuniões para discutir questões relacionadas ao grupo, elas relataram nas entrevistas que a frequência de encontros entre elas seguia uma regularidade, como podemos observar nas falas de duas artesãs:

Quando a gente tava junto, a gente reunia duas vezes por semana, antes da pandemia, agora tá cada uma em suas casas, o que a gente faz posta uma pra outra, a gente posta no grupo, é assim que a gente tá vivendo. (SIMPLICIDADE, 2021)

A gente reunia duas vezes na semana, na parte da tarde, terças e quartas-feiras à tarde, a gente se reunia aqui pra fazer, antes da pandemia, aí veio a pandemia, a gente não reuniu mais. A gente reunia aqui duas vezes na semana à tarde, mas em casa cada uma faz seu trabalho em casa, aí trazia pra cá e fazia aqui juntas. (GENEROSA, 2021)

Embora as artesãs mantivessem encontros coletivos com regularidade (duas vezes na semana), conforme relatado por elas, as demais atividades que as mulheres assumem no trabalho da lavoura, cuidar de parentes doentes e idosos e o distanciamento social provocado pela própria pandemia em 2020, fizeram com que esses encontros se reduzissem e fossem praticados de maneira diferente. Nas palavras de Paciência e Resistência, podemos entender a dinâmica dos seus encontros:

Oh, esses dias mesmo, depois da Pandemia, eu não tô fazendo. Quando eu tava em São Paulo, que a menina faz tratamento lá, aí lá eu fazia muito. Às vezes eu levei uma linha da Associação pra mim fazer, porque em São Paulo você fica parado dentro de quatro paredes, é ruim demais. Aí eu fazia lá,

---

⁴⁴ O ariri ou licurioba-do-sertão é uma palmeira xerófito, rústica, de apreciável valor econômico. É comum na Bahia, em municípios como Senhor do Bonfim, Itiúba, Jaguarari, Andorinha, Ponto Novo, Filadélfia e em outros municípios baianos. Esta planta prefere as terras situadas a 300 metros acima do nível do mar, é endêmica de terrenos arenosos e que se situam próximos às regiões de caatinga (SILVA, 2016, p.43).

agora, depois que eu cheguei aqui, foi poucas vezes, nós também não reunimos mais assim, cada qual na sua casa. (PACIÊNCIA, 2021).

Antes da pandemia era toda quarta-feira, eram duas vezes por semana, só que tava apertando muito, porque temos mulheres que trabalham na casa de família, tinha a roça, tinha outras coisas, aí nós ficamos reunindo uma vez por semana, em grupo, tem o grupo do artesanato, Artesanato Quilombo Lagoa dos Anjos, e gente reunia uma vez por semana às quartas-feiras, aí quando a gente tinha encomenda, que a gente trabalha, tem as meninas que fazem chaveirinhos, essas coisas, aí vai o grupo todo, tem a mulher que já é mais experiente, busca na internet, a gente aprende, a gente já fez chaveirinhos pra cavalgada em bastante quantidade, os primeiros anos a gente fez pra Prefeitura, os chaveirinhos pra dar ali às crianças, contra o abuso sexual, aquela data lá, aí a gente fazia pra primeira dama dar às crianças acompanhadas pelo CRAS. (RESISTÊNCIA, 2021).

Enquanto algumas artesãs diminuíram a produção de seus artesanatos por conta do tempo e de outras questões que foram abordadas até aqui, Generosa relatou que, nesse período da pandemia, ela acabou tendo que se dedicar mais e organizar melhor seu tempo para produzir máscaras artesanais. Ela disse que tem se dedicado praticamente todos os dias na produção das máscaras “Essa minha parte que estou fazendo as máscaras é todos os dias, tem hora que até no domingo” (GENEROSA, 2021) e ainda comentou que às vezes ela até pensa “não vou mexer naquela máquina, mas, aí o pessoal liga, ai, eu quero uma assim, você tem máscara aí, vou passar para pegar uma máscara” (GENEROSA, 2021).

Vale ressaltar que o tempo utilizado pelas mulheres artesãs da pesquisa não se faz apenas no sentido restrito da produção material de seus artesanatos, ele faz parte de todos os processos que envolvem as atividades das artesãs, escolher as matérias-primas e as técnicas artesanais, aprender e ensinar, a buscar inspirações para os seus trabalhos, nas relações das artesãs com os espaços e pessoas, onde vivem e convivem. Portanto, o tempo reservado para a produção do artesanato tem relação intrínseca com as condições materiais e imateriais que atravessam os seus cotidianos.

2.3.6 Organização, registro e controles da produção

Os processos que envolvem e direcionam as práticas de gestão, podem ocorrer de diferentes formas quando observados a partir dos tipos de organizações que estarão sendo analisadas – organizações privadas, públicas, associações, coletivos de produtores (as) de artesanato ou mesmo trabalhos individuais. Nesse sentido, ao tratarmos das práticas de gestão das atividades de produções artesanais estabelecidas por esse coletivo de mulheres artesãs da

Comunidade Lagoa dos Anjos e que também são realizadas individualmente por cada uma delas, foi possível perceber, a partir das observações realizadas durante as visitas às artesãs, e registradas no diário de campo, dos registros fotográficos e dos relatos de algumas artesãs através das entrevistas individuais, e em grupo que a organização, o registro e controle da produção se efetuam, ou não, de maneiras diferentes entre as 08 artesãs que participaram desta pesquisa.

Nosso esforço é pensar essas três categorias analíticas em uma perspectiva crítica que se distancia dos modelos convencionais (funcionalistas)⁴⁵ de organização das empresas que adotam padrões rígidos de organização, registro e controle da sua produção. Em nossas conversas sobre essas categorias no decorrer das entrevistas realizadas com as artesãs, foi perguntado como elas organizam seus artesanatos. Resistência, então, afirmou: “Eu tenho a caixa, eu tenho a minha caixa de artesanato ali dentro” (RESISTÊNCIA, 2021).

Logo após o nosso diálogo, a artesã Resistência mostrou seus artesanatos que estavam dentro de uma caixa de papelão, forrada com tecido de chita e um cesto de palha com algumas matérias-primas usadas por ela. Nesse momento, a artesã começou a tirar, de dentro da caixa, parte desses artesanatos e a cada peça que a artesã mostrava, era possível perceber sua alegria e orgulho do seu trabalho.

Fotografia 7 – Caixa com artesanatos

Fonte: (Arquivo do autor, 2021)

⁴⁵ Os modelos de gestão adotados a partir das abordagens funcionalistas estão ancorados em estudos clássicos, a exemplo de Fayol (1970), que concebe as funções administrativas como: planejar, coordenar, controlar, comandar e organizar.

Foi possível notar também que alguns produtos estavam embalados em um saco plástico e com uma etiqueta que indicava a sua origem, demonstrando uma prática de organização do produto para sua comercialização. Ainda nesse momento de diálogo com a artesã, observei algumas outras etiquetas usadas para identificação dos artesanatos e parte da matéria-prima utilizada pela artesã, como novelos de linhas industriais, novelos de algodão cru fiado pelas próprias artesãs. Percebi que dentro do cesto havia, em um pequeno saco plástico transparente, alguns capulhos de algodão de cor esverdeada, produzidos na comunidade.

Fotografia 8 – Etiqueta e Artesanato embalado para comercialização

Fonte: (Arquivo do autor, 2021)

Em um segundo momento em que estive na comunidade para dar continuidade às entrevistas individuais, as quais aconteceram no salão da Igreja, neste dia, como já mencionei anteriormente, elas levaram seus artesanatos e fizeram uma exposição na mesa da Igreja. Pude perceber, observando agora, de maneira coletiva, os artesanatos produzidos por elas, que parte estava embalada em sacos plásticos, com etiquetas identificando-os como peças produzidas pelo grupo de mulheres artesãs da Associação dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar e Artesanatos Quilombo Lagoa dos Anjos. Algumas peças estavam apenas com a etiqueta e outras sem identificação que ligasse diretamente ao grupo de mulheres artesãs.

Ainda no salão da Igreja, em contato com as artesãs, entre um diálogo e outro, algumas delas faziam questão de apresentarem suas peças, de mostrarem seus trabalhos,

contando um pouco sobre suas produções. Generosa estava sempre mais próxima da mesa, organizando com cuidado os tapetes de biquinho, os tapetes de crochê, as máscaras e outros artesanatos, escolhendo uma posição melhor para expor os artesanatos a serem fotografados. Era um cuidado dela com o seu trabalho de artesã e com os trabalhos de suas companheiras de grupo.

Enquanto isso, outras mulheres do grupo estavam sentadas em alguns bancos no salão da Igreja, conversando entre elas, aproveitando aquele momento de encontro e também produzindo algumas peças. Outras artesãs apenas observavam atentas ao movimento que ocorria no ambiente.

A partir da compreensão de que “na pesquisa qualitativa, a interação entre o pesquisador e os sujeitos pesquisados é essencial” (MINAYO, 2007b, p.63, grifo da autora), esse momento foi de interação entre o coletivo de mulheres e o pesquisador, de diálogos, às vezes, enveredados pelas questões pessoais, entretanto, entre uma conversa e outra, fui realizando o registro fotográfico das peças. Na concepção de TITTONI et al (2010), fotografar exige escolhas e recortes, mais possibilidade de construção e reconstrução.

Enquanto conversávamos, eu fotografava e colocava em ação o meu senso de pesquisador de olhar atento e rememorando situações e momentos que vivi e presenciei em minha casa desde ainda criança com a minha mãe, que sempre produziu peças de artesanatos, como tapetes, crochês, bordados. Desse modo, iam-se desenrolando fios de memórias afetivas. Para PIMENTEL (2016, p14), “a memória solta e remete a palavra em meio às imagens que a situam como um feito de vida”. Ali, inúmeros “feitos de vidas” se cruzavam nas falas das artesãs, mas também nas minhas memórias. Assim, na sequência apresentaremos algumas fotografias que retratam “feitos de vidas” e de organização das peças artesanais produzidas pelas mulheres artesãs da Comunidade Lagoa dos Anjos. As fotografias foram tiradas após a realização das entrevistas individuais. Os artesanatos foram organizados sobre a mesa que fica no salão da Igreja e as mulheres artesãs buscavam deixar as peças o mais visível possível. Era perceptível que as artesãs se preocupavam muito no sentido de deixar os seus trabalhos “bonitos” para que fossem feitos os registros fotográficos de cada peça. Era um cuidado especial com os seus trabalhos.

Fotografia 9 – Organização dos Artesanatos no Salão da Igreja

Fonte: (Arquivo do autor, 2021)

No tocante aos registros e controles financeiros da produção das artesãs, as entrevistas individuais e em grupo possibilitaram, até então, entender que uma parte delas não possuía controle formal das vendas realizadas, pelo menos de forma individual, como podemos observar nas falas a seguir:

Não registro, fica tudo na cabeça. Por ser algo meu mesmo, não é aquela fonte de renda principal, acabo não registrando, aí quando eu faço, eu vendo, aí eu tenho mais ou menos a noção de quanto eu investi, quanto eu retirei, quanto eu passei pra comunidade. (INSPIRAÇÃO, 2021).

A artesã Tímida vai na mesma direção de Inspiração quando afirma: “Eu não anoto, não. Eu vou vendendo as pecinhas, assim aos pouquinhos, eu também faço mais por encomenda.” (TÍMIDA, 2021). Já Simplicidade (2021) afirma: “Não tenho ideia”.

Na entrevista em grupo, retomei a conversa sobre o registro da produção, Generosa ressaltou: “Eu anotava tudo no caderno, né! O que cada uma produzia, o artesanato de cada uma, o que a gente vendia, até os dias que a gente trabalhava aqui, eu anotava. Anotava quem reuniu, a venda de cada uma.” Questionei ainda como elas faziam quando iam a uma feira vender os seus produtos. Generosa relatou que quem vai mais a feira são ela e Resistência, e que Alegre as está acompanhando agora. Elas levam a produção de todas para vender, que ela anota no caderno para depois repassar para as artesãs o que foi vendido. Ela disse que agora

está diferente, porque tudo é Pix. Resistência afirma que ela não sabe mexer, mas que Generosa sabe, que elas precisam inovar.

Ainda na conversa em grupo, questionei como Generosa aprendeu essa parte de controle. Então, a artesã Generosa ressalta:

Quando o Cesol veio aqui, deu umas dicas pra gente, como a gente podia fazer, aí a gente foi pegando, quebrando a cabeça no dia a dia. Nós fizemos também um curso de gestão empresarial aqui, deu muitas dicas boas. Foi um curso pelo CRAS. No mais foi o Cesol que nos orientou nessa parte, como a gente vender, como a gente fazer.

Nesse diálogo, perguntei se elas consideravam importante que todas aprendessem. Resistência (2022) respondeu: “Sim, em casa mesmo para a gente saber como a gente vende”.

Porque às vezes a pessoa produz um artesanato, não sabe o valor que ela vai pôr. Eu produzo outra coisa diferente, eu não sei quanto ela gastou de linha, quantos dias ela demorou pra fazer, porque ela tem que pôr o trabalho dela também. Então é importante cada uma saber sobre o que está produzindo, como ela agora está produzindo cocada, ela tem que saber quanto de açúcar ela gastou, quanto de coco ela gastou, o tempo do gás dela, o tempo que levou pra fazer, pra ela saber o valor que ela vai colocar. Essa parte eu não sei, então, não posso orientar ela. Eu oriento, mas assim, ela precisa colocar o valor do açúcar que gastou, do coco, anotar tudo pra ela ver por quanto ela vai vender, se a venda vai compensar o quanto ela gastou, né? (GENEROSA, 2022).

Desse modo, o que se observa, a partir das narrativas das entrevistadas, é que elas não possuíam registros e controles financeiros de maneira formal (registros em cadernos ou algum tipo de anotação), organizando sistematicamente toda produção. Apesar de identificar a ausência de controle, pôde-se perceber, pelo menos na fala de Inspiração, que ela consegue identificar alguns elementos que ajudam no controle mental, como, por exemplo, a ideia de investimento, de repasse de um valor para a comunidade ou o valor que ela utiliza para ela mesma. Quanto a esse valor que Inspiração passa para a comunidade, ela se refere à contribuição que cada associada repassa para a Associação.

Diante das narrativas das artesãs, fica visível a necessidade de uma formação específica que as auxilie no processo de planejamento, organização, registro e controle da produção do artesanato, quanto de dinheiro e tempo foram gastos em todo o processo de produção para que elas possam saber por quanto cada peça possa ser vendida.

Nesse aspecto da formação para as artesãs, destaca-se a importância da universidade em sair dos seus muros e promover ações extencionistas voltadas para as comunidades rurais

visando ao fortalecimento das estratégias de produção social. Situa-se, nesse quesito, a produção do artesanato, uma alternativa de renda e subsistência às comunidades.

Demarcamos, aqui, o papel da UNEB, em especial dos Campi de Guanambi, Caetité e Brumado, pela sua localização no Território de Identidade Sertão Produtivo. Entendemos que os cursos destes Campi precisam se fazer presentes nas comunidades rurais, implementando ações formativas extencionistas em áreas diversas, como o mundo do trabalho e cidadania; educação; saúde das mulheres; políticas de trabalho; emprego e renda; direito; gestão; lazer; questões ambientais; gênero; enfim, a universidade cumprir sua função social, política e produzir ciência engajada com a realidade.

2.3.7 Dificuldades e desafios na prática do artesanato e comercialização

Pensar sobre as dificuldades e desafios de determinada prática exige revisitar o processo histórico, estabelecer relações, bem como visualizar perspectivas de futuro. Implica olhar para uma trajetória de luta, de convivência, de trabalho, construída a partir das relações que se estabelecem com o outro, consigo mesmo e com o contexto em que se vive. Assim, no desenrolar das entrevistas individuais realizadas com as mulheres artesãs participantes desta investigação, foi perguntado a elas quais as principais dificuldades que elas conseguiam identificar em relação à produção dos seus artesanatos e quais os desafios.

Nesse contexto, a partir das narrativas das artesãs, pode-se elencar as seguintes subcategorias analíticas associadas às dificuldades e desafios relacionados ao trabalho de produção de artesanatos do grupo de artesãs.

Quadro 2 – Dificuldades e desafios das artesãs

Dificuldades	Desafios
✓ Não valorização do produto; ✓ Comercialização/falta de mercado; ✓ Pandemia; ✓ Incentivo/ falta de fomento no âmbito municipal; ✓ Participar de editais; ✓ Aprendizagem de novas técnicas;	✓ Ensinar a técnica do “fiar” o algodão; ✓ Articulação do grupo para o seu fortalecimento.

FONTE: (Elaborado a partir das narrativas das artesãs)

Ao refletirmos sobre as dificuldades e desafios que as artesãs enfrentam nas práticas que envolvem a produção de seus artesanatos, é importante considerarmos primeiramente como os artesanatos produzidos por elas, de forma individual e coletiva, são entendidos em termos de valorização de produtos e sentidos que essas peças representam tanto para as artesãs quanto para quem as adquire. Os sentidos são construídos “a partir das relações que o sujeito estabelece com as outras pessoas e com o mundo que o cerca” (NUNES, 2010, p.37). Assim, quando as artesãs revelam as dificuldades e os desafios frente às práticas de gestão dos seus artesanatos, elas não estão partindo de visão de mundo isolado, mas colocando-se no processo como protagonistas históricas. Nas falas das artesãs Decidida e Simplicidade, é possível perceber certa frustração pela não valorização do trabalho de artesã.

As dificuldades é que as pessoas elas não querem dar o valor, sabe, elas não querem dar o valor do seu trabalho, acham caro e sendo que a linha já está bem cara e também a gente ocupa um tempo pra tá ali, mas as pessoas acham muito caro o artesanato e isso eu acho a maior dificuldade, pra vender, sabe, quando você vai vender e a pessoas se interessa, mas quando ela sabe o preço, ela já se esquivava e não quer, sabe? Essa é dificuldade muito grande que eu acho, sabe? (DECIDIDA,2021).

É tipo assim, quem faz tem valor, quer dizer, dá o valor, mas quem não faz não dá o valor, você faz um, vamos supor um crochê, aí você vai perguntar, você vai pôr seu preço ali, você quase não tira o dinheiro da linha, tem a linha, o seu tempo que você perde com aquilo ali, seu quebra a cabeça, você faz um ponto errado, estraga tudo, aí você vai vender, ah, é caro. A menina fez um tapete ali de algodão puro, teve que ir pegar o algodão na roça, escoroçar ele, fiar, depois ela fazer o crochê na mão, aí a pessoa vai oferecer, não, tá caro! Como tá caro, se a gente, eh, teve esse trabalho do comecinho!? Então, você não pode dar de graça! Então, é complicado você hoje trabalhar, Até pra vender é complicado! (SIMPLICIDADE, 2021).

Nesses dois relatos, as artesãs levantam questões importantes sobre o fato de que as pessoas, às vezes, não valorizam o trabalho artesanal, não levam em consideração o tempo que elas dedicam à produção de suas peças, a escolha das matérias-primas, a relação de afetividade entre cada artesã e o seu artefato, o esforço dedicado, a relação histórico-social. Neste caso, é preciso ponderar que, quando a artesã Decidida fala do tempo que ela utiliza para produção dos seus artesanatos, esse tempo a que ela se refere, seria o mesmo que ela poderia dedicar a outras atividades sociais, no entanto esse tempo é utilizado para produzir

algo que possa complementar a renda familiar dela. Nota-se que Simplicidade descreve de maneira bem detalhada o sentimento da não valorização de seus trabalhos. Segundo Mello (2016, p.136), “a proteção, o estímulo e a valorização do artesanato é essencial para a manutenção da diversidade e da riqueza cultural de uma localidade e sua população, especialmente em espaço rural.”

Generosa também traz uma descrição apontando algumas questões que envolvem a não valorização dos artesanatos produzidos por esse grupo de mulheres. Na fala de Generosa, ela detalha essas questões: A artesã diz:

Assim, a dificuldade mais, assim eu acho que aqui a população local não valoriza muito esse trabalho da gente. Porque a gente vende tudo baratinho, né. Se vai numa cidade fora aí, Salvador, por exemplo, tudo é mais caro, né, aqui não, a gente tem que vender tudo mais baratinho, que o pessoal local não valoriza muito o artesanato da gente. Então eu acho assim, é isso aí, que eu acho mais difícil, né. Material também que a gente compra, acho que é muito mais caro que fora, né, o próprio comerciante. Acho que não valoriza o artesanato, que é o trabalho manual, essas coisas assim. Eu acho mais dificuldade nessa parte. A valorização do artesanato. (GENEROSA, 2021)

Na fala da artesã, ela, além de reforçar essa ideia da não valorização local dos seus artesanatos, ainda pontua a questão de ter que vender seus trabalhos artesanais mais “baratinhos” e compara aos outros produtos artesanais quando são vendidos em outros espaços, a exemplo de Salvador. A artesã ainda traz para reflexão a visão dos comerciantes, dos preços das matérias-primas e a sensação que ela tem por olharem o trabalho dela como sendo apenas um trabalho manual, algo sem importância ou significado. Para a artesã Tímida, existem as pessoas que também acham caros os produtos, mas que acabam levando depois suas peças.

Resistência endossa as falas de algumas artesãs, no que se refere à dificuldade enfrentada pelo grupo de artesãs da comunidade para vender os seus produtos; de acordo com ela, é “porque o povo daqui, ele não valoriza o seu artesanato, valoriza o artesanato de fora, mas o que você fabrica aqui não, e o diferencial é que eu fabrico com algodão, a matéria-prima dos nossos antepassados” (RESISTÊNCIA, 2021).

Portanto, essa não valorização dos artefatos produzidos pelas artesãs, simboliza a não compreensão de todo o processo das práticas que envolvem o trabalho artesanal. Neste sentido, recorreremos às contribuições de Canclini (1983); Appadurai (2008) e Noronha (2012) para compreendermos a relação produção e consumo dos artesanatos.

A dimensão social do valor surge nas relações estabelecidas entre as artesãs e o artesanato como regulador do cotidiano, na divisão das tarefas do lar e o trabalho como o artesanato, a organização da família entre o artesanato e a roça, o tempo dedicado à atividade e a remuneração – o artesanato como trabalho destas mulheres (NORONHA, 2012, p.193).

Canclini (1983), no seu estudo sobre as produções artesanais indígenas no México, especificamente quando ele discute sobre a sociedade fragmentada, ele nos ajuda a refletir de que maneira algumas ações podem mudar o significado dos olhares externos e internos sobre os artesanatos e as práticas artesanais do grupo de mulheres artesãs desta pesquisa. O autor vem dizer que cada sociedade é composta de totalidade estruturada, formada por partes que estabelecem um sentido entre elas e que buscam manter esse reforço desse sentido. Mas que também existem dominações externas que tentam impor sua hegemonia sobre os grupos étnicos e que assim podem quebrar a unidade e coesão desses grupos, provocando uma destruição ou fragmentação dos significados que têm os objetos e as práticas exercidas por essas comunidades.

Percebe-se, a partir da fala da artesã Simplicidade, evidenciada anteriormente, ao descrever o trabalhoso processo para a produção de um artesanato por uma de suas companheiras artesãs, que cada peça artesanal não pode ser compreendida apenas como mercadoria, mas na sua completude, na dimensão mais ampla que envolve essa atividade produtiva. Esses objetos artesanais assumem sentidos, pois, segundo Noronha (2012, p.177), na compreensão de Appadurai (2008), “as coisas têm vida e podem transitar dentro e fora do estado de mercadoria”, elas carregam histórias, afetos, sentimentos. Entendemos que cada peça construída pelas mulheres artesãs não é simplesmente artefato, ela se confunde com a própria história de quem a produz.

Nessa reflexão acerca das dificuldades e desafios em torno da produção artesanal das artesãs participantes da pesquisa, Inspiração enfatiza que o “mercado de venda” é um dos grandes problemas enfrentados por elas. “Eu acredito, se eu for olhar no modo geral do quilombo, essa é a maior dificuldade pra vender o produto, não é a produção, é achar o mercado que seja enviado o produto, o comércio.” (INSPIRAÇÃO, 2021). Vale destacar, embora, no caso específico deste grupo de mulheres artesãs, alguns dos seus artesanatos estejam disponíveis no espaço “Loja é-com Rede”⁴⁶, sejam comercializados em feiras de

---

⁴⁶ A E-com Rede é um espaço, físico e virtual, vinculado ao Centro Público de Economia Solidária da Bahia (Cesol), que promove a visibilidade dos trabalhos de milhares de empreendedores da economia

artesanatos nos municípios vizinhos, feiras da agricultura familiar e da economia solidária, em escolas e outros espaços educacionais quando são convidadas (no entanto, nesse período da pandemia da COVID 19, isso não tem acontecido), e de forma individual por cada uma delas, a questão da comercialização se configura como uma grande dificuldade.

Continuando o debate sobre a questão da dificuldade da comercialização dos artesanatos, acrescenta-se a fala de Alegre, quando lhe foi perguntado se é fácil para ela comercializar seus produtos.

Né não. Né não. Né fácil não. Às vezes, assim, quando acontece um na vida que interessa, aí compra. Muito difícil. Esses dias mesmo eu levei, botei lá na comunidade, lá no Canto Escuro, ficou lá um tempão, três tapetes, deu o que fazer pra mi mandar o dinheiro. Uma prima minha vendeu, deu o que fazer pra poder .... Outros lá chega, acho bonito, compra e nem olha pra trás, é difícil, né? (ALEGRE, 2021)

A fala de Alegre demarca o esforço que as artesãs fazem para comercializar seus produtos. A dificuldade com a comercialização dos artesanatos é também identificada no estudo realizado por Airoidi e Passos (2016, p.1) na comunidade de Jacunã na Bahia, com mulheres artesãs que trabalham com a palha de ariri, além da falta de acesso a crédito, fomentos e apoio técnico. Desse modo, dialogamos com Keller (2011, p.6) quando ele aponta: “Os trabalhadores do artesanato constituem um grupo social importante muitas vezes esquecidos e com certa invisibilidade econômica”.

Ao discutirmos com as mulheres artesãs sobre incentivo/apoio em relação à produção dos artesanatos, elas relataram que, na gestão municipal anterior, elas receberam incentivos e apoio por meio do CRAS e da atuação da primeira dama à época, como podemos observar na fala de Simplicidade: “[...] na outra gestão, então, a primeira dama incentivava muito, entendeu? Mas é igual eu tô falando, deu uma parada, como eles disse, tá de pé”.

Não, não, só mesmo do CRAS, quando não tinha a pandemia, o CRAS de Candiba acompanhava com cara e a coragem e a primeira dama, do passado⁴⁷, aí, ela, a primeira dama na história de Candiba que visitou o quilombo, ela sempre tava aqui no quilombo ajudando, dois anos só, porque no terceiro ano ela foi podada pela equipe dentro da Prefeitura, não teve mais oportunidade de ajudar a gente, ela conversava com a gente pelo telefone, podou porque achou que a comunidade tava crescendo, que ela tava investindo, no dia mesmo da formatura dos meninos da gestão empresarial⁴⁸,

---

solidária e da agricultura familiar na Bahia. Informações disponíveis em: <https://ecomrede.com/quem-somos/>. Acesso em: 02/10/2021.

⁴⁷ Resistência se refere à gestão municipal do período de 2016-2020.

⁴⁸ Segundo relato das participantes, esse curso de Gestão Empresarial foi ofertado pela Prefeitura de Candiba por mediação do CRAS deste município.

ela deu uma festa muito boa, lá na Câmara de Vereadores, aí o povo sentiu inveja, ser sabe como é que foi, sentiu inveja e podou ela, aí ela falou que esses três anos ela não podia fazer mais nada pra comunidade quilombola, porque ela já tinha gastado muito com a comunidade. (RESISTÊNCIA, 2021)

Ainda em relação à atuação e ao incentivo às práticas de produção de artesanatos do grupo de mulheres artesãs por parte da gestão municipal, algumas artesãs relataram outras ações desenvolvidas na Comunidade de Lagoa dos Anjos. De acordo com Generosa (2021): “tivemos um curso de bordado, de trabalho com fita, bordado e fita, bordado com linha mesmo, que também foi pela Prefeitura, pessoal da Assistência Social”. Decidida disse que o grupo de mulheres artesãs da comunidade recebeu também uma ajuda da Prefeitura, para a produção de “lembrancinhas artesanais”.

As falas das artesãs em relação ao incentivo e fomento às suas práticas de produção artesanal, quando analisadas no âmbito municipal, demonstram uma descontinuidade e uma desarticulação do poder público do município com relação aos trabalhos artesanais desenvolvidos por esse grupo de mulheres artesãs. É importante pensar que, nas outras esferas do poder público, já existem algumas ações que visam à promoção e incentivo à produção de artesanatos, como veremos a seguir.

Entre as políticas públicas no âmbito federal que tratam especificamente sobre ações que envolvem o artesanato e suas práticas no Brasil, podemos destacar a Lei nº 13.180 de 22 de Outubro de 2015, que “Dispõe sobre a profissão de artesão e dá outras providências” (BRASIL, 2015, p. 2). No seu artigo 1º é definido artesão, do ponto de vista profissional, e estabelece que “Artesão é toda pessoa física que desempenha suas atividades profissionais de forma individual, associada ou cooperativada” (BRASIL, 2015, p. 2). Já no Artigo 2º, é possível perceber quais diretrizes dessa política, no âmbito da União, a saber:

- I - a valorização da identidade e cultura nacionais;
- II - a destinação de linha de crédito especial para o financiamento da comercialização da produção artesanal e para a aquisição de matéria-prima e de equipamentos imprescindíveis ao trabalho artesanal;
- III - a integração da atividade artesanal com outros setores e programas de desenvolvimento econômico e social;
- IV - a qualificação permanente dos artesãos e o estímulo ao aperfeiçoamento dos métodos e processos de produção;
- V - o apoio comercial, com identificação de novos mercados em âmbito local, nacional e internacional;
- VI - a certificação da qualidade do artesanato, agregando valor aos produtos e às técnicas artesanais;
- VII - a divulgação do artesanato.

Essa mesma Lei versa, em seu art. 3º, que o/a artesão/ã será identificado/a pela Carteira Nacional do Artesão/ã, a qual terá validade em todo o território nacional por, no mínimo, um ano, podendo ser renovada com a comprovação das contribuições sociais vertidas para a Previdência Social. Além disso, traz no seu art. 4º que “o Poder Executivo é autorizado a criar a Escola Técnica Federal do Artesanato, dedicada exclusivamente ao desenvolvimento de programas de formação do artesão”.

Vale acrescentar, nessa discussão das políticas públicas voltadas ao fortalecimento do artesanato no Brasil, a Portaria nº 1.007/SEI/2018, que institui o Programa do Artesanato Brasileiro (já referido anteriormente), cria a Comissão Nacional do Artesanato e dispõe sobre a base conceitual do artesanato brasileiro.

Essa portaria amplia o conceito relativo à profissão do artesão, estabelecido pela Lei nº 13.180/2015, definindo-o como:

Art. 8º Artesão é toda pessoa física que, de forma individual ou coletiva, faz uso de uma ou mais técnicas no exercício de um ofício predominantemente manual, por meio do domínio integral de processos e técnicas, transformando matéria-prima em produto acabado que expresse identidades culturais brasileiras. (BRASIL, 2018, p.35).

Ao ampliar a definição da profissão de artesão, essa referida portaria ainda inclui alguns elementos importantes sobre esse “ofício” de artesão, como o domínio integral de processos e técnicas e produtos acabados que expressem identidades culturais brasileiras.

Quadro 3 – Finalidades, Eixo e Estratégias do Programa de Artesanato Brasileiro

Finalidades	Eixos e Estratégias
I) Reconhecer e fortalecer a profissão do artesão/artesã; II) Prestar apoio estratégico e permanente aos artesãos, especialmente mediante promoção de qualificação profissional. III) Fomentar, apoiar e fortalecer a atividade e a cadeia produtiva do artesanato, desenvolvendo instrumentos e processos que promovam a melhoria da qualidade dos processos, produtos e serviços do setor artesanal; IV) Articular as ações públicas	I. Fortalecimento do Artesão e do Artesanato Brasileiro: ✓ Reconhecimento e fortalecimento da profissão do artesão; ✓ Realizar o fórum nacional do artesanato e articular a criação de fóruns estaduais do artesanato, que busquem o desenvolvimento do setor; ✓ Instituir o prêmio nacional de valorização do artesão e do artesanato tradicional popular; ✓ Implantar o portal do artesanato brasileiro II. Acesso a mercado com foco em: ✓ Identificação de espaços mercadológicos adequados à divulgação e comercialização dos produtos artesanais; ✓ Participação em feiras, mostras e eventos nacionais e internacionais, para facilitar a

voltadas para o desenvolvimento do artesanato e destas com os interesses dos artesãos das diferentes regiões do Brasil; V) Articular os meios e os atores capazes de viabilizar soluções competitivas e sustentáveis, que garantam o desenvolvimento integral, social, econômico, e melhoria na qualidade de vida dos artesãos; VI) Implantar e consolidar canais públicos de comercialização dos produtos artesanais, aproximando os artesãos do mercado consumidor; VII) Promover e divulgar o artesanato como expressão da diversidade cultural brasileira.	comercialização do produto artesanal; ✓ Estruturação de Núcleos Produtivos para o Artesanato, por meio da construção ou reforma de espaços físicos que serão gerenciados pela respectiva Coordenação Estadual, buscando apoiar o artesão que faça parte de associações ou cooperativas envolvidas em projetos ou esforços para a melhoria de gestão do processo de produção e comercialização do produto artesanal. ✓ Articular a criação de linhas de créditos para fomentar o artesanato em todas suas etapas de produção. III. Sistema de informações cadastrais do artesanato brasileiro (SICAB), que manterá o cadastro permanente dos artesãos, permitindo conhecer e mapear o setor artesanal, além de propiciar a realização de estudos técnicos que servirão de subsídio à elaboração de políticas públicas voltadas para o segmento artesanal; IV. Qualificação e formação do artesão: ✓ Promover a qualificação para gestão dos processos produtivos e de comercialização do artesanato; ✓ Promover a qualificação técnica do artesão, por meio dos processos e produtos para obtenção de certificados nacional e internacional; ✓ Propiciar a participação de artesãos em ações de formação, promoção e comercialização via intercâmbio nacional e internacional.

Fonte: Elaborado a partir da Portaria nº 1.007/SEI/2018.

Observa-se que o Programa do Artesanato Brasileiro instituído pela Portaria nº 1.007/SEI/2018 abrange diversas finalidades que visem ao fortalecimento do/a artesão/ã e sua produção artesanal. Percebe-se que essa política perpassa por um conjunto de ações, que, materializadas, podem, de fato, fortalecer a produção de artesanatos produzidos pelos inúmeros grupos sociais, urbanos e rurais. Desse modo, é fundamental que ações desta natureza sejam articuladas e operacionalizadas em todo o território brasileiro, principalmente, todo território nos pequenos municípios, que, muitas vezes, ficam completamente desassistidos de políticas públicas.

No âmbito do Estado da Bahia, existem o Decreto de nº 5.444 de 30 de Maio de 1996, a Lei n.º 13.204 de 11 de Dezembro de 2014 e a Portaria nº 029 de 27 de Julho de 2020, que versam sobre o artesanato no estado. Esse Decreto teve como objetivo aprovar o Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação

(ICMS) (BAHIA, 1996). Nesse decreto, nas operações relativas aos produtos de artesanato, estabelece-se a isenção do ICMS seguindo algumas determinações, como produção sem utilização de trabalho assalariado e que seja proveniente de trabalho manual.

A Lei n.º 13.204 modifica algumas estruturas básicas da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE), criando junto a essa Secretaria a Coordenação de Fomento ao Artesanato, que tem como finalidade a formulação e coordenação de políticas que visem à preservação, ao incentivo, à promoção e divulgação do artesanato na Bahia. Outra mudança promovida por essa lei foi a alteração da denominação de Superintendência de Economia Solidária para Superintendência de Economia Solidária e Cooperativismo, que tem como finalidades: planejamentos, coordenações, execuções e acompanhamentos de ações, programas de fomento à economia solidária e ao cooperativismo. No que se refere à Portaria n.º 029/2020, institui o Programa de Certificação de Origem do Artesanato Baiano - Selo 'Artesanato da Bahia'.

No decorrer da pesquisa, foi possível observar que, embora existam algumas políticas na dimensão federal e estadual de fomento e apoio à produção de artesanatos, como se verificou através das leis, decretos e portarias, a participação e atuação do CESOL na organização das atividades iniciais do grupo, no espaço para comercialização dos seus produtos e no acompanhamento das mulheres artesãs da Comunidade de Lagoa dos Anjos e, na dimensão municipal, algumas iniciativas, na gestão passada, como foi relatado pelas artesãs, ainda assim, elas apontaram que a falta de fomento e incentivo ao grupo é muito grande, o que reverbera na fala de Alegre (2021) quando ela diz: “falta capital pra gente comprar o material”.

Nesse sentido, é necessário destacar que essas políticas públicas existentes sejam de fato implementadas e que os diferentes grupos sociais produtivos possam acessá-las. Além disso, é fundamental que se criem e ampliem as políticas públicas, fomento à produção de artesanatos de forma articulada entre os Entes da Federação (governo federal, estadual e municipal) para que possam promover a igualdade de gênero, fortalecer a geração de emprego e renda e a inclusão produtiva. Nesse processo, demarca-se a importância de políticas públicas direcionadas aos diferentes grupos sociais de mulheres existentes na sociedade, como forma de reconhecimento do Estado. Entende-se que as políticas públicas são estrategicamente relevantes, para garantir a melhoria da qualidade de vida, a inclusão produtiva e, conseqüentemente, contribuir com o desenvolvimento local.

Além das dificuldades elencadas pelas artesãs, também foi apontada, durante as entrevistas individuais, a dificuldade que algumas artesãs encontram em relação à aprendizagem de novas técnicas de produção, como é o caso de Simplicidade e Paciência quando afirmam: “A dificuldade que eu acho é naquele objeto, naquele trabalho que eu não consigo, eu só, demoro pra conseguir, se eu conseguir, pra mim tudo é bacana trabalhar” (SIMPLICIDADE, 2021).

Pra fazer? Às vezes assim, eu acho assim, acho difícil fazer o tapete de barbante. Sabe por quê? Porque o barbante tem que fazer o ponto maior e mais acochado, sabe, e aí o barbante, eu acho que eu apanho mesmo para fazer ele (risos), mas eu quero tentar aprender. Eu sinto muita alergia com o cheiro do barbante. (PACIÊNCIA, 2021).

Embora Paciência destaque como uma dificuldade para ela aprender essa nova técnica, a sua forma de expressar seu “apanhar” com o ponto “mais acochado” que precisa executar com o barbante, traz um sentimento de comprometimento dela com o experimentar de uma nova técnica e demonstra um carinho, uma afetividade ao descrever a sua sensação de alegria provocada pelo cheiro do barbante.

Foi possível notar que, mesmo diante das dificuldades e desafios identificados junto às artesãs, através das entrevistas individuais, das observações e anotações em caderno de campo, as mulheres artesãs desta pesquisa têm encontrado e organizado alguns caminhos para lidarem com as questões que afetam as atividades do grupo. Resistência (2021) nos mostra isso ao falar que as mulheres não dependem dos homens para irem buscar matéria-prima, nem para participarem das feiras da economia solidária e no Instituto Federal Baiano, “nós mesmos vamos, não precisa de homem sair das roças”. A fala de Resistência demarca a autonomia desse grupo de mulheres artesãs, pois é Generosa quem as leva em sua caminhonete, seja para as feiras do município ou outros lugares em que vão expor os seus produtos.

Além das dificuldades mencionadas, a artesã Resistência levanta uma preocupação que parece incomodá-la muito mais, que vai além do fator de produção ou vendas, trata-se na verdade do processo de manter um conhecimento, um saber sobre a técnica de fiar o algodão produzido por elas.

Nós temos os pés de algodão, pego o algodão, é, tem as pessoas que fiam, só que as artesãs que fiam já tá pra morrer, tudo velhinhas, aí agora nós temos que aprender fiar pra ensinar pra alguma pessoa nova pra poder continuar

nossas raízes. Nós produzimos o algodão, alguém fia e nós produz o artesanato. (RESISTÊNCIA, 2021).

O que Resistência nos leva a refletir é que essas mulheres artesãs da Associação têm um desafio pela frente, que é aprender a técnica de fiar o algodão, mantendo, assim, uma ligação cultural em relação às técnicas que envolvem as etapas dos modos de produção de artesanato da comunidade. Ela ainda afirma que, quando a pandemia passar e o grupo puder se reunir novamente, uma das artesãs que sabe o processo de fiar vai ensinar para as outras que não sabem. São compartilhamentos de saberes e fazeres que envolvem a produção artesanal que vão contribuir para manter viva a tradição dentro da comunidade. Sobre a questão do compartilhamento de saberes e fazeres, abordaremos no próximo tópico.

2.4 Contribuições das práticas de gestão das mulheres artesãs da Associação dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar e Artesanatos Quilombo Lagoa dos Anjos no compartilhamento de saberes e fazeres

Ao adentrar no universo da pesquisa, visando a compreender as contribuições das práticas de gestão de mulheres artesãs da Associação dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar e Artesanatos Quilombo Lagoa dos Anjos para a organização, compartilhamento de saberes e comercialização dos seus produtos, partimos do entendimento de que elas aprendem e ensinam no contexto das atividades de produção de artesanatos; de que as relações se estabelecem dentro e fora do grupo de mulheres artesãs e que nesse processo acontece o compartilhamento de saberes e fazeres na perspectiva das práticas de gestão, entendendo-as numa dimensão ampliada que atravessa todo o processo de produção dos artesanatos até à sua comercialização.

As práticas compartilhadas em dado grupo ou organização dependem muito da forma de atuação dos indivíduos na construção do processo histórico. Desse modo, no decorrer da pesquisa com as mulheres artesãs da referida Associação, buscou-se saber o que mudou em suas vidas a partir do momento em que começaram a se organizar, produzir e comercializar seus artesanatos; o que elas têm aprendido e ensinado em relação à gestão; e, como elas compartilham seus saberes e fazeres referentes à prática de produção de seus artefatos.

A partir das conversas com as artesãs participantes desta pesquisa, ficou visível que algumas iniciaram suas atividades de produção de artesanato muito cedo, antes mesmo da criação do grupo, em 2015. Umas aprenderam ainda crianças, observando o trabalho de outras

peessoas, desmanchando linhas e fazendo seus trabalhos com ferramentas produzidas por elas mesmas ou com ajuda de familiares. As artesãs Tímida e Simplicidade aprenderam a fazer seus artesanatos logo após a criação do grupo. Tímida relatou que quem a ensinou a fazer o crochê foi Generosa. Nesse contexto de aprendizagens, nota-se que os caminhos que envolvem os saberes e fazeres relacionados ao artesanato atravessam as histórias de vidas dessas mulheres, que, aos poucos foram aperfeiçoando e aprendendo outras técnicas a partir do trabalho coletivo.

[...] uma vai ensinando pra outra, cada uma em sua função, tem a mulher que faz a marcação em ponto cruz, tem a mulher que faz o tapete de retalho, tem a mulher que faz o crochê, tem a mulher que faz o fuxico e vai ensinando pra aquelas que têm a curiosidade e quer aprender, uma vai ensinando pra outra. E quando é mesmo por encomenda de chaveirinhos, a gente trabalhava todo mundo junto, a mulher vinha, dava uma aula pra gente, você vai fazer assim, vai costurar assim, umas iam costurando até fazer o formato do chaveiro, outras ia enchendo com metalassê ali, e outras ia fechando, outras ia pregando o chaveirinho, então é, trabalhava junto, o coletivo é bom demais, é gostoso demais, mas essa pandemia tirou a gente de tudo. (RESISTÊNCIA, 2021).

Em nossas conversas investigativas, foi possível identificar que as artesãs assumem e protagonizam práticas de gestão, as quais se configuram em processos educativos construtores de “identidades em determinado espaço/tempo, no convívio entre sujeitos e suas relações coletivas com e no mundo, construindo juntos modos de ver, viver e agir no mundo”. (CUNHA, 2018, p.52). Essas mulheres artesãs aprendem por meio de suas experiências individuais e coletivas, assim, as aprendizagens acontecem “no ato de participar, de aprender e de transmitir ou trocar saberes” (GOHN, 2006, p. 29). Nesse processo de compartilhamento de saberes, vão-se dando novos aprendizados, conseqüentemente, novos objetivos vão sendo agregados ao processo de produção de artesanatos conforme os interesses e necessidades das participantes envolvidas.

No caso particular deste estudo, as práticas de gestão mobilizadas pelas artesãs acionam aprendizados que são utilizados de forma individual ou coletivamente para organizarem seus processos produtivos. Os saberes mobilizados e compartilhados nem sempre são adquiridos em processos formais, mas por meio das experiências vivenciadas no cotidiano. Desse modo, compartilhar saberes é entendido como uma troca de conhecimentos entre indivíduos em que todos ensinam e aprendem, ou seja, “quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender” (FREIRE, 1996, p.25).

A fala a seguir de Generosa demonstra como as aprendizagens podem acontecer a partir das vivências cotidianas:

[...] eu fazia tapete, eu aprendi com minha irmã fazer o tapete biquinho, aí fui criando outras formas de tapetes, outros jeitos, minha mãe aprendeu a fazer o de tirinha de malha, depois ela ensinou para meu esposo, eu também aprendi, então a gente foi fazendo assim, aí quando nós chegamos aqui no grupo, as toquinhas, eu vendi muitas toquinhas, igual aqueles turbantinhos que [Resistência] usa, aprendi por acaso, assim, a colega chegou pra minha irmã fazer uma toquinha pra ela, pra varrer o terreiro pra não pegar poeira no cabelo, aí minha irmã falou: eu não sei fazer toquinha, não, aí ela falou “[Generosa] que gosto de inventar essas coisas”, mas eu não sei fazer, eu nunca fiz, aí eu olhei, mas se alguém tiver uma pra eu olhar eu faço, aí [Alegre], que é aquela colega que chegou agora por último tinha uma que ela comprou não sei onde, foi, ela falou: “eu tenho uma toquinha em casa”, aí eu falei, então traz pra eu ver, ela trouxe essa toquinha, eu olhei como que era a toquinha, olhei pra lá, medir pra cá, meti o pau e fiz a toquinha pra colega, aí dessa toquinha já fiz milhares, pra São Paulo inteiro, Guanambi inteiro, essa região inteira, tinha hora que eu fazia 100 toquinhas pra mandar pra uma região (GENEROSA, 2021).

Compreende-se que o compartilhamento de saberes não é um processo vertical, mas em que os sujeitos aprendem e ensinam mutualmente. Segundo Charlot (2005), cada sujeito ocupa uma posição social objetiva no mundo, pertence a um determinado grupo social, portanto, também, busca dar sentido ao mundo e a suas próprias experiências, o que este autor chamou de posição social subjetiva do sujeito. Para Valla (1996), os saberes são elaborados a partir das e nas experiências vividas. Assim, reafirmamos a importância de se partir das práticas sociais na tessitura dos processos educativos para que as experiências formativas tenham sentidos e significados para quem as vivencie.

Segundo Gohn (2006, p.30-31), a

consciência e organização de como agir em grupos coletivos; a construção e reconstrução de concepção(ões) de mundo e sobre o mundo; contribuição para um sentimento de identidade com uma dada comunidade; forma o indivíduo para a vida e suas adversidades (e não apenas capacita-o para entrar no mercado de trabalho); [...] os indivíduos adquirem conhecimento de sua própria prática, os indivíduos aprendem a ler e interpretar o mundo que os cerca.

A participação ativa das mulheres artesãs no processo formativo e de compartilhamento de saberes e fazeres lhes possibilita realizar a leitura de mundo (FREIRE, 1994), a rever a sua maneira de enxergar e interpretar a realidade com suas contradições. E, ao mesmo tempo, se reconhecerem como um grupo social pertencente a uma comunidade

quilombola, quando observamos os seus trabalhos artesanais, como a boneca preta no caderno forrado com tecidos; na escolha e processamento do algodão como matéria-prima básica de boa parte dos seus artesanatos; no turbante confeccionado por Generosa e muito usado por Resistência; e nos conhecimentos que foram repassados entre as gerações de artesãs que fazem parte do grupo de mulheres desta pesquisa, como é o caso de Resistência, que já compartilhou seus saberes com Decidida e Inspiração, as quais fazem parte do grupo de artesãs.

Nesse movimento de compartilhamento de saberes e fazeres, Inspiração relatou que, antes da pandemia estava ensinando pintura para um grupo de crianças da comunidade, dez meninas e um menino. A artesã disse que os encontros aconteciam aos sábados, no salão da Igreja, e que a cada encontro pintavam um ramo⁴⁹ diferente. Segundo ela, todos gostavam muito e estava dando “super” certo. Porém, tiveram que parar por conta da Pandemia. Inspiração relatou que, para ajudar nesse processo de ensinar pintura para as crianças, ela buscava, de vez em quando, algumas dicas na internet, mas que ela gosta mesmo é de pintar coisas diferentes, não ficar muito presa aos vídeos, eles servem apenas como referências em relação à técnica de pintura.

Na entrevista individual com a artesã Decidida, ela relatou que pretende desenvolver um projeto com as crianças da comunidade:

[...] eu estou agora com um Projeto que tô querendo desenvolver aqui na comunidade, com as crianças do Quilombo, tô querendo ensinar algumas crianças, sabe, assim como mãeinha me ensinou e me ajudou também, de certa forma na minha renda, esse dinheirinho do artesanato ajudou muito no meu aluguel, então, eu quero ajudar algumas crianças aqui da Comunidade a fazerem crochês, sabe! Aí eu tô com esse projeto, ainda escrevendo ainda, o que eu quero fazer porque está em período de pandemia, né, então, eu quero ver como eu vou fazer com as crianças e também de certa forma pra mim vai ser bom porque eu tô aqui, quando eu tô estudando em Caetité é difícil, porque pra mim vir é muito difícil, então eu vou tá aqui na comunidade, agora na pandemia eu posso ensinar, sabe. Por exemplo, eu pego três crianças, somente três crianças pra não aglomerar e venho aqui para o salão e vou ensinar, é isso que tô querendo desenvolver agora pra ajudar, sabe. (DECIDIDA, 2021)

As práticas de gestão referentes à produção de artesanatos, mobilizadas pelo grupo de mulheres artesãs da Comunidade Lagoa dos Anjos têm contribuído não só para o compartilhamento de saberes e fazeres do próprio coletivo, mas para outras comunidades. Em um momento de diálogo no salão da Igreja, Resistência relatou uma experiência formativa

⁴⁹ Inspiração se refere a ramo de plantas, pois gosta de pegar referências na natureza.

promovida pelo Cesol, em que as artesãs Inspiração, Generosa e o seu esposo realizaram oficinas de crochê, pintura, costura, tapetes de tiras de malhas, dentre outras atividades na Comunidade Quilombola de Vargem Alta, no município de Palmas de Monte Alto. Resistência (2021) contou com alegria essa experiência de troca de conhecimentos, “Menino, foi bom demais! Uma aprendizagem e tanto!”

Nos encontros com as artesãs, nos diálogos que foram sendo estabelecidos com elas durante as entrevistas individuais, notou-se que o que Resistência e Decidida relataram representam algumas das contribuições das práticas de gestão que envolvem a produção de artesanatos desse grupo de mulheres artesãs. Observa-se que a preocupação das artesãs não é apenas produzir seus artesanatos, mas também repassar seus saberes para as pessoas mais jovens da Comunidade Lagoa dos Anjos e até mesmo de outras comunidades. Portanto, esses compartilhamentos de saberes e fazeres ultrapassam os limites do próprio coletivo de mulheres artesãs deste estudo e dos conhecimentos individuais.

Desse modo, partimos da premissa de que tais práticas são marcadas de sentidos e significados para estas mulheres que se constroem na luta e nos enfrentamentos cotidianos. Essas práticas de gestão assumem-se como dispositivos acionadores de processos de construção de conhecimentos, os quais, nem sempre, são valorizados nos contextos formais de aprendizado.

O conceito de construção é aqui um recurso central para a caracterização do processo de produção tanto do conhecimento como dos objetos tecnológicos. Construir, nesta perspectiva, significa pôr em relação e interação, no quadro de práticas socialmente organizadas, materiais, instrumentos, maneiras de fazer, competências, de modo a criar algo que não existia antes, com propriedades novas e que não pode ser reduzido à soma de elementos heterogêneos mobilizados para a sua criação. (SANTOS, 2008, p.149).

De acordo com o conceito de construção apresentado por Santos (2008), pode-se compreender que o trabalho de produção de artesanatos das artesãs desta pesquisa se configura como um processo de produção de conhecimentos (re)elaborados por elas, tanto relacionados ao fazer dos artesanatos, quanto dos conhecimentos que vão sendo construídos a partir das interações sociais entre as mulheres. Esse processo se inicia no momento em que as mulheres artesãs começam a pensar nas peças a serem elaboradas (talvez até antes), selecionando suas matérias-primas, as técnicas a serem utilizadas, os tipos de artefatos a serem produzidos, compartilhando saberes e fazeres entre elas, reunindo-se em grupo para produzirem ou produzindo individualmente, elas estão nesse processo ativo de soma de

elementos, diversos, mas que são articulados entre elas para (re)elaboração de novos saberes e fazeres.

As artesãs foram relatando, em nossas conversas, que, a partir das produções de artesanatos de maneira coletiva na comunidade, muitas delas não só aprenderam novas técnicas, como também aperfeiçoaram os trabalhos que já faziam antes. Desse modo, pode-se inferir que o compartilhamento de saberes e fazeres, a partir das práticas de gestão relacionadas à produção de artesanatos é fundamental para o fortalecimento, o resgate e a continuidade do modo de produção artesanal nas sociedades contemporâneas, preservando a cultura e divulgando-a para as futuras gerações.

Vale ressaltar que apesar de as mulheres artesãs deste estudo entenderem os seus artesanatos como complemento de renda, portanto, seu valor econômico, não deixam de lado o seu valor simbólico, os aspectos culturais e a relação com a história de luta e de resistência da comunidade. Os artesanatos, assim, assumem uma posição de transição, uma dupla inscrição, histórica e estrutural, sendo, ao mesmo tempo, manifestações culturais e econômicas, o que Canclini (1983) chama de processo híbrido desses artefatos. Para Lima (2011, p.191), “o artesão produz a partir de uma cultura e o produto que faz objeto artesanal tem esse duplo caráter: é uma mercadoria por um lado, mas é um produto cultural resultante do significado da vida daquela pessoa”.

Além das contribuições das práticas de gestão da produção de artesanatos para a organização, compartilhamentos de saberes e fazeres e comercialização dos produtos das artesãs, já elucidadas neste estudo, podemos acrescentar a partilha de saberes e fazeres, que envolve a divulgação dos seus artefatos, através das redes sociais virtuais. Essa forma de divulgar artefatos ocupa espaço não apenas de visualização dos produtos, mas também de lugar para conservar os símbolos de suas identidades representadas pelas imagens dos seus artesanatos expostos em seus perfis em redes sociais.

Esse uso tão comum das redes sociais, ultimamente, não tem ficado restrito apenas aos coletivos de artesãos(ãs) nos centros urbanos, pode ser observado também pelos grupos de mulheres artesãs em comunidades rurais, como podemos evidenciar através do projeto sociocultural Mulheres do Jequitinhonha,⁵⁰ o qual, inclusive possui um site próprio para

---

⁵⁰ Mulheres do Jequitinhonha é um projeto sociocultural no Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais, concebido ppr A TINGUI, uma associação civil sem fins lucrativos ou econômicos que atua no desenvolvimento de projetos socioculturais e socioambientais que visam à promoção e transformação social da população de comunidades rurais do Vale do Jequitinhonha em situação de risco social e

comercialização dos seus produtos e compartilhamentos dos saberes e fazeres que envolvem a prática de produção de artesanatos desse coletivo de mulheres.

Ainda sobre as mulheres artesãs desta pesquisa, elas evidenciaram em nossos diálogos que também têm utilizado outros recursos para continuarem compartilhando seus saberes e fazeres, como foi relatado pelas artesãs Inspiração e Tímida, ao falarem da criação de um grupo de *WhatsApp* para que as mulheres artesãs pudessem trocar informações e conversarem sobre os trabalhos do grupo, principalmente nesse período da Pandemia.

Esses recursos usados pelas artesãs, como as redes sociais e o grupo de *WhatsApp*, pode-se dizer que são formas de registro e manutenção das produções culturais entre o grupo, das relações de contatos e de aprendizados entre elas, o que se aproxima muito com o que Canclini (1983) descreveu sobre uma celebração festiva/religiosa em Patamban, no México. O autor fala do uso de gravadores, por um grupo de homens que disputavam um concurso de canções tarascas. De acordo com Canclini (1983, p. 57), “Os tarascos ou purépechas têm sido e são um dos principais grupos étnicos do México”. Canclini, ao observar a utilização de um instrumento mais tecnológico e conversando com alguns dos homens que gravavam as canções, descobre que esses homens, muitos deles, trabalhadores de outras regiões do México e dos Estados Unidos, registravam as canções para escutá-las após o término do concurso e quando eles voltassem a viajar. Para o autor, essas formas de registro das culturas locais representam as marcas identitárias que estão em processos de mudanças através das interações com outras formas culturais às quais eles estão submetidos.

Oliveira et al (s.d, p.9), com base na pesquisa realizada em 1987 pela pesquisadora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva sobre a educação e identidade dos negros trabalhadores rurais do Limoeiro (RS), aponta que “as pessoas se formam em todas as experiências de que participam em diferentes contextos ao longo da vida”. Nós nos constituímos como sujeitos históricos, políticos, sociais e culturais no conjunto das experiências cotidianas tecidas nas relações que estabelecemos de forma individual ou coletivamente, no compartilhamento de saberes e fazeres, nas negociações que fazemos com o outro, sobretudo, a partir daquilo que nos vai tangenciando no percurso da vida. É sobre esses saberes e fazeres que tenham tangenciado as mulheres artesãs por meio das práticas artesanais que continuaremos falando na sequência.

2.4.1 Ensinaamentos da prática da produção do artesanato para a vida

Como evidenciado até aqui, as narrativas das mulheres artesãs são importantes em nosso caminhar metodológico, as histórias apreendidas e ensinadas em relação à prática do artesanato alinhavadas às suas histórias de vidas, pois compreendemos que representam as vidas de mulheres artesãs quilombolas que se constituem nas múltiplas tarefas e funções que ocupam nos espaços-tempos.

Ao me inserir no campo empírico em busca de informações que ajudassem a responder aos objetivos estabelecidos neste estudo, deparei com um conjunto de histórias, muitas delas, provocadas pela curiosidade de pesquisador, outras emergiram entre um bate-papo e outro de forma despreziosa, mas não menos relevantes para a construção da pesquisa em sua completude, porquanto entendemos que fazer pesquisa, sobretudo nas ciências humanas, requer o seguinte ensinamento:

É preciso mais que o reconhecimento das normas, das leis do pensamento, das prescrições metodológicas, das estratégias de controle do tempo e do espaço para entrar e sair das relações de produção dos saberes em campo. É preciso o reconhecimento dos saberes que atravessam nossos corpos e desenham sob a nossa pele a memória sublime das sensibilidades que aprendemos a cultivar vivendo as diferentes situações de estar com os outros. (PIMENTEL, 2016, p.8).

Portanto, no decorrer da pesquisa, fomos estabelecendo diálogos, encontros, nos quais afloraram, dentre tantas histórias, aquelas relacionadas às aprendizagens com a produção do artesanato, que, segundo as artesãs, vão levar para a vida toda como denotam as falas seguir:

O pouquinho que eu aprendi eu nunca vou esquecer, e, aqui é assim quando uma tá meio caída, as outras ajudam a gente, acaba saindo tudo igual, que a gente esquece daquilo que tava passando, uma passa força pra outra, assim que me sinto aqui dentro, assim. (SIMPLICIDADE, 2021).

O aprendizado que a gente tem, assim no artesanato, é muito importante, você aprende muita coisa, às vezes você aprende a conviver com as pessoas, muito importante eu acho. Muito importante. Isso aí eu não vou deixar por nada, só por Deus. (PACIÊNCIA, 2021).

A prática do artesanato, além de ser vista como uma atividade cultural e econômica pelo coletivo de mulheres artesãs desta pesquisa, se configura como uma atividade que tem

ajudado no processo de sociabilidade, de solidariedade entre as companheiras do grupo, como ressaltam Simplicidade e Paciência. Além disso, a artesã Decidida, ao falar sobre o que ela tem aprendido com a prática do artesanato, busca, nos “fios” da sua história pessoal, lembranças, recordações e percebe como estar inserida na produção do artesanato contribuiu para que ressignificasse sua vida.

Sim, porque eu recordo, eu me lembro bem, como que é, pelo fato de eu ser uma criança muito pirracenta, eu era muito rejeitada, então, o artesanato trouxe pra mim também uma forma de, traz uma forma de lembrar o quanto que eu evoluí através do artesanato e o quanto que eu venho evoluindo, sabe? E toda vez que eu lembro, vejo a agulha, eu lembro da agulha, eu vou e lembro o quanto que eu mudei, minha história mudou através do artesanato. (DECIDIDA, 2021).

Esses relatos são importantes para ressaltar que produzir artesanato, principalmente quando ele acontece em grupos comunitários, seja ele produzido de forma individual ou coletivamente, como é o caso da produção do grupo de mulheres artesãs deste estudo, articulado aos princípios da economia solidária, ou não, possibilita compreender as transformações ocorridas em suas vidas. Assim, não se pode refletir sobre a produção do artesanato apenas na perspectiva da dimensão econômica ou cultural, mas atentando, também, para outros fatores que estão entrelaçados nessa prática, a exemplo das relações humanas que se estabelecem no ato de produção.

A artesã Inspiração (2021) resalta que da prática de fazer artesanato ela aprendeu a ter “concentração e disciplina”. Ela afirma que essa prática ajuda a melhorar em vários aspectos da vida, além de ser “uma alternativa de renda”.

No decorrer das entrevistas ou das conversas informais foi possível notar que, para as artesãs, as aprendizagens com o artesanato perpassam pelo significado que este tem para as elas. Então, ao serem questionadas sobre o significado do artesanato para elas, suas respostas apontaram elementos que vão da dimensão trabalho à vida pessoal. A partir das respostas das artesãs, elaboramos uma nuvem de palavras no EdWordle⁵¹ apresentada na sequência.

---

⁵¹ <http://www.edwordle.net/create.html#>. EdWordle é uma ferramenta para editar “nuvens de palavras” baseada no Wordle. É gratuita e o usuário pode salvar as nuvens criadas em PNG, PDF e SVG.

Figura 1 – O que o artesanato significa para você?

Fonte: (Elaborado a partir das falas das participantes, 2021)

As narrativas dessas mulheres artesãs estão imbricadas de sentimentos, de histórias, de afetividades, reconhecimento do trabalho realizado por elas, pois, com suas produções, contribuem no complemento da renda da família, ajudam a contar a história da sua comunidade e a dar visibilidade.

Resistência, em sua fala, afirma que “artesanato é vida”. Ao recorrer ao Dicionário de Filosofia para verificar o significado de vida, dentre os significados encontrados, destaco aqui o que diz que vida “designa também as diversas formas de existência e de atividade humana, p. ex.: vida social, vida espiritual, vida religiosa” (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2006, p.277). Desse modo, compreendemos que, quando Resistência diz que “artesanato é vida”, sua narrativa carrega sensações, emoções, lutas, dificuldades, sonhos, histórias constituídas nas múltiplas relações estabelecidas consigo mesma e com o mundo, logo, é uma fala enraizada na história.

Desse modo, entendemos que as narrativas desse coletivo de mulheres artesãs sobre a prática da produção de artesanato têm cumprido o papel de desvelar as trajetórias de vidas, ajudando a fortalecer laços de amizade, as relações de cuidado uma com a outra. Para além desses aspectos, o trabalho com artesanato tem funcionado como terapia para algumas das artesãs, de distração, de alívio dos estresses do cotidiano, pois, entre uma conversa e outra, vão compartilhando saberes e se ajudando entre si.

Durante a pesquisa foi possível perceber o quanto o artesanato faz parte da vida das artesãs. Nesse sentido, compreendemos que no “artesanato se cruzam e se encontram saberes diversos, diálogos são estabelecidos entre o conhecimento tradicional daqueles que, de

geração em geração, vêm desenvolvendo práticas não apenas empíricas, mas também fruto de experimentação, de pesquisa” (LIMA, 2016, p. 9) e de produção de existência. Pode-se dizer que o artesanato é um discurso sobre o mundo, é representação, (re)leitura e interpretação do real, munido de sentidos e significados para quem o produz.

3 PRODUTO EDUCACIONAL DA PESQUISA - COMUNIDADE QUILOMBOLA LAGOA DOS ANJOS: SABERES E PRÁTICAS DE GESTÃO NO ARTESANATO

O PE aqui apresentado se configura como um guia de instruções, que, de acordo com as tipologias de produtos educacionais, previstas em documentos da área de Ensino (BRASIL, 2013; 2017 apud RIZZATI et al. 2020) e reorganizadas com base no Relatório do Grupo de Trabalho Produção Tecnológica da CAPES (BRASIL, 2019; apud RIZZATI et al. 2020), está compreendido na categoria Manual/Protocolo. Esse guia de instruções no formato impresso apresentará um conjunto de informações/orientações básicas relativas à área do conhecimento da gestão e produção de artesanato a serem utilizadas pelo grupo de mulheres artesãs desta pesquisa, mas que podem se estender a diversos espaços e contextos educacionais.

3.1 Guia de instruções: saberes e práticas

Compreendendo a gestão da prática artesanal das mulheres artesãs da Associação dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar e Artesanatos Quilombo Lagoa dos Anjos, no município de Candiba-BA, como prática social (JUNQUILHO, 2001), que produz complemento de renda, subsistências, cultura, saberes-fazer, que se configuram em bens materiais e imateriais, apresenta-se, neste capítulo, o PE, elaborado a partir da pesquisa de mestrado profissional desenvolvida e organizado com base nas contribuições desse coletivo de artesãs no decorrer da pesquisa.

O desenvolvimento do produto educacional se deu a partir das visitas de campo, das entrevistas individuais e em grupo, da observação, das anotações no caderno de campo e dos registros fotográficos produzidos com o intuito de subsidiar o processo de investigação. Durante todo o percurso do estudo, buscou-se pensar numa proposta de PE que de fato contribuísse para a relação de ensino, compartilhamento de saberes e fazeres que envolvesse as práticas de gestão na produção de artesanatos por esse coletivo de mulheres.

Além de propor, neste guia, informações, orientações e sugestões que possam auxiliar nas práticas de gestão e no compartilhamento de saberes-fazer acerca da produção de artesanatos, entendemos que este guia pode servir como forma de valorização da produção

das artesãs, de dar visibilidade ao protagonismo e aos trabalhos artesanais desenvolvidos pelas mulheres artesãs da e na comunidade.

O entendimento da prática do artesanato na perspectiva da “prática social permite, portanto, desmitificar o folclore dos ‘super heróis’ organizacionais, à medida em que possibilita pensar-se os cenários organizacionais como dotados de significados diversos” (JUNQUILHO, 2001, p.316). Mesmo o PE sendo um guia de instruções (Manual/ Protocolo), este não é um artefato engessado, uma receita a ser seguida, sem nenhum tipo de reflexão por parte das participantes da pesquisa. Pelo contrário, é uma sinalização de possibilidades para ensinar e aprender sobre os conhecimentos acerca da temática de práticas de gestão e produção de artesanatos, entendendo o artesanato não apenas na perspectiva da “mercadoria, o que implica aprisionar todas as tensões e produções de sentido sobre este artefato” (JUNQUILHO, 2001, p.176).

Para Gramacho; Sá e Souza (2017, p. 139), “renda e desenvolvimento podem ser gerados a partir da atividade do artesanato, que prima pela diversidade, qualidade e valorização de aspectos da cultura local”, Desse modo, é necessário pensar a gestão do artesanato para além da perspectiva de mercado, mas dos sentidos e significados que esse modo de produção pode acrescentar no fortalecimento das identidades dos territórios, como espaços de produção de saberes, fazeres e convivências.

Nesse sentido, compreende-se que os conhecimentos, saberes/fazeres das mulheres artesãs desta pesquisa foram importantes na elaboração do PE, sendo considerados os conhecimentos relativos ao modo como essas mulheres compreendem a atividade de artesanato, uma atividade de complemento de renda e manifestação cultural; o tempo disponível delas para produção, geralmente entre as folgas das atividades na agricultura familiar, dos cuidados com a casa e a família, do trabalho que algumas exercem como prestação de serviços domésticos para outras famílias da comunidade e das atividades dedicadas à Associação; do conhecimento delas em relação às práticas de gestão e à produção dos seus artesanatos; das técnicas utilizadas; das tipologias dos produtos; e dos saberes/fazeres compartilhados por elas nos momentos de reunião do grupo.

Em relação à estrutura do guia, além dos elementos obrigatórios (capa, ficha técnica, sumário, referências, etc.) fazem parte também deste material os seguintes elementos:

Quadro 4 – Orientações educacionais para as práticas de gestão e produção de artesanatos

		Orientações educacionais para as práticas de gestão da produção de artesanatos
1	Apresentação e finalidade do guia	• Finalidade do guia.
2	História da produção de artesanato da comunidade	• Apresentar como surgiu a história de produção dos artesanatos na Comunidade.
3	Mapa de localização da comunidade	• Localização da comunidade.
4 EIXOS TEMÁTICOS	Escolhendo e organizando as matérias-primas	• Seleção das matérias-primas; • Organização por tipo de trabalho; • Novas possibilidades de utilização.
	Aprendendo novas técnicas artesanais	• Oficinas de aprendizagem.
	Elaborando as produções artesanais – criação das peças	• O que é? • Qual a importância? • Como fazer? 1. Etapas de Elaboração: ✓ Referências de criação da Comunidade – rodas de conversas; ✓ Buscar referências nos elementos da própria comunidade – A vegetação; a produção agrícola; a produção de artesanatos por mulheres; ✓ Oficinas de criação – nas oficinas poderão ser utilizados vídeos de produções de artesanatos em outras comunidades, etapas de elaboração.
	Como fazer o registro/controlar a produção	• O que são os registros e controles da produção? • A importância desses registros e controles; • Como fazer; • Sugestão de controle; • Oficina de aprendizagem coletiva.
5	Catálogo dos artesanatos.	• Apresentação dos artesanatos produzidos pelas artesãs da Comunidade (tipologias, técnicas e matérias-primas utilizadas, descrição do significado de cada peça criada).

FONTE: (Elaborado pelo autor)

Entendendo que o objetivo do PE é de fato um instrumento a ser utilizado pelas mulheres artesãs, pensou-se numa linguagem que permita a utilização dessas informações/orientações/sugestões tanto entre o coletivo de artesãs da pesquisa, quanto em outras ações/participações que possam ser desenvolvidas por elas fora da comunidade. Assim, utilizaremos ilustrações e fotografias que possibilitem uma melhor compreensão dos eixos temáticos propostos.

A formatação do guia foi pensada também na maior possibilidade de utilização e aplicação entre as mulheres artesãs da pesquisa e em outros momentos em que elas possam interagir com outras comunidades, grupos de mulheres artesãs, enfim, é um material de fácil manuseio, elaborado no formato impresso, sendo que as configurações de *layout* da página forma do tipo paisagem (297 mm de largura por 210 mm de altura - folha tipo A4). As fontes padrões utilizadas foram a *Segoe UI* e a fonte *Sitka* em tamanhos variados de acordo as informações contidas nas páginas do guia. As fotografias foram tratadas nos programas *Adobe Photoshop* e *Adobe Photoshop Lightroom* ambos na versão de 2022. A escrita do material feita no *Word* e a diagramação/estrutura do guia no programa *Adobe InDesign 2022*.

Embora mencionado o tratamento das fotos, vale destacar que não foram alteradas as informações essenciais contidas nas fotografias produzidas durante a pesquisa, foram feitos ajustes de iluminação, contraste, realce das cores e em algumas fotos foram selecionados elementos de destaque (produção dos artesanatos no salão da igreja da Associação, as matérias-primas utilizadas, os tipos de artesanatos produzidos e a organização desses artefatos) para ilustração do produto educacional.

No Catálogo dos artesanatos, serão apresentados os trabalhos produzidos pelas mulheres artesãs da Associação dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar e Artesanatos Quilombo Lagoa dos Anjos como uma forma de incentivar a catalogação da produção utilizando a fotografia como instrumento de registro.

Esperamos que o PE (Guia de instrução) possa ser útil para o saber-fazer artesanal do coletivo de mulheres artesãs em suas práticas de gestão da produção, pois entendemos que este pode auxiliar no registro do processo de produção e, por outro lado, compreendemos que o registro é uma forma de construção da memória do trabalho do grupo e material de pesquisa para futuros estudos.

APONTAMENTOS FINAIS

O ato de pesquisar acionou um conjunto de saberes e fazeres que se entrecruzaram no processo de produção de conhecimento, de reelaboração de ideias, de pensamentos, em diálogo constante com as participantes da pesquisa. Entendemos que o processo investigativo não foi solitário, pois ora ele foi munido de diálogos com as mulheres artesãs participantes da investigação, ora com a orientadora, colegas de turmas, amigos e os/as autores/as que contribuíram com as reflexões teóricas e ainda com as professoras da banca de qualificação.

A cada leitura realizada, ideias novas eram acrescentadas, outras, reelaboradas, foi um processo de descobertas, de abandono pelo caminho àquelas ideias que não seriam tão significativas para a pesquisa, enfim, é um caminhar inconcluso, todavia deixo aqui algumas considerações do que vi, vivi, aprendi neste percurso que se materializa nos capítulos que compõem este trabalho de conclusão de Mestrado Profissional em Ensino.

Como diz a música Timoneiro⁵², dos compositores: Hermínio Bello de Carvalho e Paulo César Baptista de Faria, cantada por Paulinho da Viola “Não sou eu quem me navega, quem me navega é o mar, não sou eu quem me navega, quem me navega é o mar, é ele quem me carrega, como nem fosse levar, é ele quem me carrega, como nem fosse levar”. Com esse sentimento, naveguei e me deixei navegar à procura de possíveis respostas para as indagações que me foram suscitadas a partir do momento em que me decidi a realizar a pesquisa com o grupo de mulheres artesãs da Associação dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar e Artesanatos Quilombo Lagoa dos Anjos. Algumas dessas indagações foram as seguintes: O que as levou a produzir artesanatos? Quais as dificuldades enfrentadas por este coletivo desde o processo de produção até a comercialização dos seus produtos? Em quais espaços são expostas e comercializadas suas produções? O que mudou em suas vidas a partir do momento em que começaram a se organizar, produzir e comercializar seus produtos? O que elas têm

---

⁵²Disponível em:

https://www.google.com/search?q=letra+da+m%C3%BA+timoneiro&sxsrf=alicsatqk8tjs5slictotsemt3nwal-ka%3a1651853975902&source=hp&ei=l0p1ytopneoi4dup6cwl0a0&iflsig=ajik0e8aaaaaynvpyg8chq-c-9p37ghzdh78ex_ofa4m&oq=letra+da+m%C3%BA+timoneiro&gs_lcp=cgdnd3mtd2l6eaeatiffcaaqgaqybggaebqjhoecmqjzoecc4qjzoucc4qgaqqsqmqqweqxweq0qmqlai6eqgueiaeeledeimbembekmcoq4iabcabbcxaxcdarclazolcaaqaqqsqmqqwe6cwgaeiaeeledeisdogsiabbcxaxcdarclazohccmq6giqjzollcc4qgaqqsqmqqwe6cagueledeimboheilhcbbcxaxcdardhardrazooc4qgaqqsqmqqweqowi6dggueiaeeledeimbenqoggiabcabbxazolcc4qgaqqsqmqlai6bqgueiaeuaby1t5gy1roaxaeacaayciah-JpIBBzAuMTQuMTKYAQCgAQGwAQq4AQI&sclient=gws-wiz. Acesso em: 06 de abr de 2022.

aprendido e ensinado em relação à gestão? Em que medida elas compartilham seus saberes-fazer de gestão?

Essas provocações epistemológicas levaram à questão de pesquisa: De que maneira as práticas de gestão de mulheres artesãs da Associação dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar e Artesanatos Quilombo Lagoa dos Anjos contribuem na organização, compartilhamento de saberes-fazer e comercialização dos seus produtos?

É importante demarcar que, neste caminhar epistemológico, em que se entrelaçam questões do cotidiano das mulheres quilombolas gestoras de práticas artesãs, tivemos que (re)aprender muitas coisas, sobretudo, como fazer pesquisa num contexto pandêmico, como já referimos neste trabalho.

Para compreender as contribuições das práticas de gestão do grupo de mulheres artesãs da Associação dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar e Artesanatos Quilombo Lagoa dos Anjos para a organização, compartilhamento de saberes-fazer e comercialização dos seus produtos, descreveu-se o perfil das mulheres artesãs das participantes da pesquisa; identificaram-se e analisaram-se as práticas de gestão delas para o processo de organização, compartilhamento de saberes-fazer e comercialização de sua produção; identificaram-se as dificuldades e desafios enfrentados por elas no processo de confecção e, por fim, como produto deste Mestrado Profissional, foi elaborado um guia impresso contendo informações, orientações e sugestões sobre práticas de gestão e compartilhamentos de saberes-fazer, que poderá ser utilizado pelas mulheres artesãs da Associação e de outras pessoas.

Do ponto de vista metodológico, adotou-se a pesquisa qualitativa devido às características do problema de pesquisa e seus objetivos. Como instrumentos de coletas de dados, utilizou-se a entrevista semiestruturada (individual e em grupo), registro fotográfico, observação e caderno de campo. As informações coletadas por meio destes instrumentos de pesquisa permitiram-nos compreender como as práticas de gestão da produção de artesanatos são construídas pelas artesãs, bem como os desafios enfrentados por elas no processo de gestão e compartilhamentos de saberes-fazer artesanais, evidentemente que este processo se deu à luz das reflexões de alguns teóricos como Canclini (1983); Appadurai (2008); Noronha (2012); Junquilha (2001 apud Reed 1989); Freire (1994 e 1996); Valla (1996); Charlot (2005); Gohn (2006); Cunha (2018); Guérin (2005); Guerra e Toledo (2010); Mello e Froehlich (2019); dentre outros teóricos.

Desse modo, procurou-se, no primeiro capítulo, trazer o contexto da pesquisa, apresentando o campo empírico e suas inter-relações, para, então, chegar às interlocutoras do estudo, as mulheres artesãs da Associação dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar e Artesanatos Quilombo Lagoa dos Anjos. Um coletivo de mulheres que nas suas singularidades partilham experiências acerca da produção do artesanato, ao mesmo tempo em que são solidárias umas às outras nos assuntos pessoais. Como elas relataram: “A gente chega aqui no grupo cheias de problemas, a cabeça ruim, quando vamos embora, estamos bem melhor” (TÍMIDA).

Nesse sentido, o artesanato, para além de ser um complemento de renda, o processo, em sua totalidade, tem um significado maior, de vida, de luta, portanto compreender a prática de gestão das mulheres artesãs na perspectiva conceitual de prática social (JUNQUILHO, 2001 Apud REED, 1989) implica situá-la a partir de alguns fatores que se inter-relacionam, como o engajamento das artesãs no processo de produção de artesanatos; como os objetivos ou problemas do grupo são compartilhados; bem como as condições em que a prática social do artesanato acontece. Desse modo, a pesquisa possibilitou identificar e compreender que a prática social que o grupo de mulheres artesãs mobiliza no fazer artesanatos exige habilidades diversas que atravessam o simples ato da produção de artefatos.

São saberes e fazeres compartilhados, mobilizados no coletivo e no individual, os quais são passíveis de arranjos e rearranjos conforme as necessidades do grupo, o qual é composto por mulheres, como Resistência, “mulher de fé”, “trabalhadora do campo”, engajada com as questões sociais e não gosta de políticas assistencialistas, gosta de crescer com seu próprio esforço, luta pelo direito a ter direitos, pelas oportunidades iguais. Sonha pelo crescimento do grupo de artesanato e da comunidade.

Generosa, mulher que teve de deixar sua terra em busca de trabalho em São Paulo, mas que retornou às suas origens. No momento da pesquisa, assumia a coordenação do grupo de artesanato. Mulher forte, que gosta de cuidar dos outros, como ela mesma disse: “Eu sou assim, às vezes muitas coisas que eu tenho em casa eu compro no intuito não só pra mim [...] às vezes eu nem preciso tanto, mas assim, pra ajudar”.

Simplicidade aprendeu a técnica do artesanato com as companheiras do grupo. No princípio, ela vinha para as reuniões do grupo para desestressar. Hoje tem aprendido com as companheiras artesãs, não só a fazer artesanatos, mas “aprender coisas da vida”. Outra artesã, que também participou da pesquisa foi alegre, para ela a prática do artesanato, além do complemento de renda, é uma terapia. Inspiração, jovem quilombola artesã, batalhadora, que,

após ser aprovada no curso de Educação Física e Enfermagem, neste último, chegou a cursar alguns semestres, mas desistiu para correr atrás do seu sonho, fazer Medicina e conseguiu, hoje ela estuda na Universidade Federal de Pelotas. Uma jovem que pensa em sua comunidade, como ela disse: no futuro espera poder “fazer bem mais pelo meu quilombo”.

A artesã Paciência é resiliente diante das situações difíceis que já atravessou. Aprendeu a tecer os fios dos artesanatos desde muito cedo, com uns dez anos. Quanto a Tímida, explicitou, no decorrer da entrevista, que fica muito contente quando alguém gosta do artesanato produzido por elas. A artesã Decidida, assim como Inspiração, busca realizar seus sonhos. Cursava História na UNEB, deixou para fazer Odontologia na UESB. Ela nos relatou que nada vai pará-la e, desde seus dez anos, aprendeu a tecer os “fios” do artesanato com sua mãe.

As histórias de vida dessas mulheres artesãs, quilombolas, são histórias de mães, filhas, esposas, trabalhadoras do campo que, entre o cuidar da casa, da família, da roça, tecem, pintam, estudam, bordam, unem pontos, desatam pontos, tecem novamente, enfim, produzem, compartilham saberes-fazeres e constroem práticas sociais individuais e coletivas nos seus cotidianos.

Assim, como o estudo realizado por Gramacho, Sã e Souza (2017), as mulheres artesãs participantes da pesquisa aprenderam com alguém da família, uma geração ensinando outra geração; nesse sentido, a prática artesanal das mulheres artesãs da Associação dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar e Artesanatos Quilombo Lagoa dos Anjos é pautada em saberes e fazeres transmitidos oralmente entre as pessoas. Vale ressaltar que durante a entrevista em grupo, havia muitas crianças presentes, e as artesãs relataram que, precisam ensiná-las para não deixar morrer essa técnica dentro da comunidade.

No segundo capítulo, realizou-se uma reflexão, identificando e analisando as práticas de gestão assumidas pelas artesãs participantes do estudo a partir do material coletado no decorrer da investigação. Essa reflexão teve por base as categorias analíticas: Práticas de gestão e artesanatos; Economia solidária, Organização e Produção artesanal: matérias-primas, técnicas, inspirações, tipologias de artesanatos produzidos, frequências de trabalho, organização, registro e controles da produção; dificuldades e desafios na prática do artesanato e comercialização e contribuições no compartilhamento de saberes-fazeres: capacitações, motivações e ações de incentivo para a prática artesã.

Vale demarcar que discutir sobre a gestão das práticas artesanais protagonizadas por mulheres foi também uma tentativa de visibilizar estes experimentos sociais que têm se

constituído em referência, sobretudo, impondo uma lógica de emancipação social e econômica, “impulsionando o rompimento com a subalternidade que marca[m] sua trajetória histórica” (MILANI; GRADE, 2018, p.147). Estes experimentos sociais têm explicitado um protagonismo e empoderamento de mulheres e homens, muitas vezes esquecidos pelo poder público nos seus territórios.

Os dados apontam que o grupo das artesãs da Associação dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar e Artesanatos Quilombo Lagoa dos Anjos, embora não tenha surgido, em sua essência, para trabalhar com base nos fundamentos da economia solidária, em certa medida, o grupo mobiliza e aciona princípios que dialogam com este modo de produção, sobretudo, no desenvolvimento de ações solidárias, no compartilhamento de saberes e fazeres, no cultivo de amizades e consciência coletiva. Pode-se inferir que a prática artesã dessas mulheres é um modo de produção não capitalista, inserido no contexto de uma sociedade capitalista.

Esse coletivo de mulheres artesãs adotam estratégias que vão desde a escolha de aquisição das matérias-primas industrializadas, uma opção/imposição quando não é possível produzi-las; produzir sua própria matéria-prima, possibilitando ter o controle desse processo de produção desde o início; ou aproveitar os materiais recicláveis, uma possibilidade de utilização de matérias-primas muitas vezes descartadas de outros processos produtivos.

No que se refere aos tipos de artesanatos produzidos pelas artesãs, estes são variados: crochês, tapetes de tiras de tecidos, pintura, bordado a mão, etc., mas o crochê é a produção predominante entre elas, pois é a tipologia artesanal mais ensinada e aprendida no grupo. Vale destacar que, algumas das mulheres artesãs participantes da pesquisa buscam, por meio de suas peças, reafirmar a identidade negra, como na ornamentação de cadernos com bonecas pretas e na confecção de turbantes. As mulheres artesãs encontraram nessa forma uma maneira de reafirmar suas identidades através dos seus artefatos; isso se configura numa maneira de valorização de suas peças. A produção de artesanatos das mulheres se inclui nas categorias: adornos, acessórios e vestuários; educativos; decorativos e utilitários.

No que tange ao tempo gasto pelas artesãs com a prática do artesanato, elas se organizam, para produzir suas peças, nos intervalos entre os cuidados que algumas têm com a casa e a família; após o trabalho de plantio, colheita e vendas de seus produtos agrícolas, provenientes de suas atividades na agricultura familiar, e quando o grupo de mulheres artesãs se reúne no salão da igreja da comunidade, momento em que elas, além de compartilharem saberes/fazeres da produção artesanal, produzem suas peças coletivamente.

Quanto à organização, registro e controle da produção, cada artesã estabelece suas próprias formas de organizar esses processos de acordo com os conhecimentos/ensinamentos e práticas diárias que cada uma segue. Foi possível perceber que, quando se trata da organização dos seus artesanatos, ou seja, os artefatos prontos ou em processo de elaboração, alguns estão etiquetados e embalados, e outros são comercializados sem esse tipo de organização. Quanto ao controle da produção, elas não têm um registro sistemático de anotações do que se produz e se vende, mas, quando algumas delas vão à feira e levam produtos das companheiras, é anotado o que é levado e vendido. Ficou evidente também na pesquisa que Generosa é quem faz algum tipo de registro do que é produzido por elas, mas não é algo sistemático. Elas relataram a necessidade de todas aprenderem a fazer o registro de suas produções, bem como fazer o controle do que foi gasto em cada peça para saber por quanto pode ser vendida.

As práticas artesanais mobilizadas por este grupo de mulheres artesãs têm contribuído não só para o compartilhamento de saberes e fazeres do próprio coletivo, mas para outras comunidades. É preciso marcar que a prática social do fazer artesanato se configura como um processo de produção de conhecimentos (re)elaborados por elas nas múltiplas interações sociais. Dessa forma, compreendemos que a produção artesanal é muito mais que um complemento de renda, é uma produção de valor simbólico que reafirma aspectos culturais (CANCLINI, 1983) e a relação com a história de luta e de resistência da comunidade. Assim, o trabalho artesanal “é produtor de cultura, de mercadoria em forma de economia que pode ser caracterizada como cultura, criativa e popular” (KELLER, 2016, p.59).

Também foi possível observar que, mesmo enfrentando esses desafios e dificuldades, é interessante a maneira como as mulheres se mobilizam em outras frentes, para dar continuidade em suas atividades tanto do artesanato quanto das outras possibilidades de geração de renda, como é o caso dos serviços domésticos e agricultura familiar, a exemplo da participação em editais estaduais, nos sorteios de outros produtos dentro da Associação, no esforço dessas mulheres para comercialização de seus produtos agrícolas e no próprio posicionamento político delas como produtoras de artesanatos em uma comunidade remanescente de quilombo.

Nesse sentido, entendemos que cada pesquisa, cada reflexão realizada acerca da gestão da experiência do artesanato funciona como dispositivos necessários para visibilizar as artesãs e, ao mesmo tempo, convocar outros estudiosos, pesquisadores para o debate e

mobilização em torno dessa temática. Entretanto, isso não é suficiente para retirar essa experiência da invisibilidade, necessitamos que os gestores públicos criem políticas públicas que possam promover as condições de trabalho, geração de renda e conteúdos imateriais, conseqüentemente, emancipação social, econômica e cultural dos diferentes sujeitos protagonistas de práticas sociais em seus territórios, como a experiência social do artesanato.

Investir na produção do artesanato, no contexto da Comunidade Quilombola Lagoa dos Anjos, é valorizar o território, a cultura tradicional e contribuir para o fortalecimento da consciência de identidade cultural local e da economia solidária no território, uma vez que esta pode ser entendida como um instrumento político de enfrentamento à lógica capitalista, uma vez que a economia solidária possibilita a construção de novas formas de sociedade, alternativas à dominante (AIROLDI; PASSOS, 2016).

Em se tratando da experiência social protagonizada pelas artesãs participantes da pesquisa, espera-se que as reflexões tecidas neste trabalho em complemento com as sugestões e orientações apresentadas no produto deste Mestrado possam subsidiar os fazeres-saberes artesanais deste coletivo de mulheres. Cada palavra escrita neste texto é composta de sentidos e significados para as participantes e para o pesquisador, que foi se constituindo pesquisador conforme os desafios impostos pela prática de fazer ciência. Temos consciência de que outras tantas interpretações podem ser suscitadas a partir dos dados deste estudo; o que se evidencia, aqui, são apenas leituras interpretativas de uma dada realidade a partir do olhar do pesquisador em diálogos com um aporte teórico.

Por fim, acerca dos estudos sobre a gestão das práticas artesanais protagonizadas por mulheres no contexto da comunidade quilombola, no nosso ponto de vista, necessita-se aprofundar o conhecimento das relações que são estabelecidas entre este grupo social e o poder público como ente que deve promover ações que garantam as condições necessárias para o desenvolvimento do modo de produção artesanal. Desse modo, as respostas dadas ao objeto investigado anunciam a necessidade de continuidades de investigação, assim sendo, o ponto de chegada é o começo de uma nova partida.

REFERÊNCIAS

- AIROLDI, Gianluigi; PASSOS, Ósia Alexandrina Vasconcelos Duran. **Trançando o futuro: a experiência do trabalho coletivo com o artesanato em palha na comunidade de Jacunã (Bahia, Brasil)**. [2016]. p. 1-15. Disponível em: http://www.transformare.adm.br/wp-content/uploads/2016/06/Vasconcelos-Osia_Tracando.pdf. Acesso em: 16 nov 2020.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Os quilombos e a novas etnias. In: LEITAO, Sérgio. (Org.). **Direitos territoriais das comunidades negras rurais**. São Paulo: Instituto socioambiental, 1999. p. 5-18.
- ANGROSINO, Michael. **Observação participante. Etnografia e Porto Alegre**: Artmed. 2009. (Coleção Pesquisa qualitativa).
- APPADURAI, Arjun. A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói: Editora da UFF, 2008.
- ARAÚJO, Marli Gondim de. A comunidade remanescente de quilombo do Engenho Siqueira: territorialidade, identidade quilombola e potencialidade da agroecologia. **Cuadernos de geografía | revista colombiana de geografía** | v. 21, n.º 1, enero-junio del 2012 | ISSN: 0121-215X | Bogotá, Colombia | p. 99-114.
- BAHIA. **Decreto de nº 5.444**. Salvador. 1996. Disponível em: <https://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/80220/decreto-5444-96>. Acesso em: 10 de nov 2021.
- BAHIA. **Território de Identidade Sertão Produtivo**: perfil sintético. Salvador: 2011. Disponível em: http://www.portalsdr.ba.gov.br/intranetsdr/model_territorio/Arquivos_pdf/Perfil_Sert%C3%A3o%20Produtivo.pdf. Acesso em: 03 de dez 2020.
- BAHIA. **Lei n.º 13.204**. Salvador. 2014. Disponível em <https://leisestaduais.com.br/ba/lei-ordinaria-n-13204-2014-bahia-modifica-a-estrutura-organizacional-da-administracao-publica-do-poder-executivo-estadual-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 10 de nov de 2021.
- BAHIA. **Portaria nº 029**. Salvador. 2020. Disponível em: <http://www.setre.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=265>. Acesso em: 11 de nov. de 2021.
- BECKER, Márcia Regina. **A gestão dos processos no artesanato por meio da formação de mulheres artesãs**. 2014. Dissertação [Mestrado em Educação] Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, RS: Programa de Pós-graduação em Educação. p. 150.
- BELLOT, Jean Louis. Instituto Matogrossense do Algodão. O bicudo-do-algodoeiro (*Anthonomus grandis* BOH. 1843) nos cerrados brasileiros: biologia e medidas de controle. Cuiabá: **Boletim P& D** nº 2. 2015.
- BELUZO, Maira Ferreira. TONIOSSO, José Pedro. O Mobral e a alfabetização de adultos: considerações históricas. **Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade**, Bebedouro-SP, 2 (1):

196-209, 2015.

BESERRA, Ivanilza de Souza; SILVA, Cícero Nilton Moreira da. Mulheres, negras e quilombolas: o empoderamento social das Amélias, grupo de mulheres de Portalegre/RN. **Travessias**, Cascavel, v. 13, n. 3, p. 107-122, set./dez. 2019. Disponível em: <http://www.unioeste.br/travessias>. Acesso em: 05 de jan 2021.

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra**. Petrópolis: Vozes, 2001.

BORGES, Juliana; **Encarceramento em massa**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BORGES, Luciana. TAQUETTE, Stella. R. Processo histórico de produção de conhecimento: do mito ao científico. In: **Pesquisa qualitativa para todos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020. (p. 27- 45).

BORGES, Luciana. Métodos qualitativos e quantitativos: conceitos, aproximações e divergências. In: **Pesquisa qualitativa para todos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020. (p.49-75).

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 28 set. 2020.

BRASIL. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 28 set. 2020.

BRASIL. **Lei nº 10.639**. Brasília, DF: 2003a. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 11 de nov 2021.

BRASIL. **Decreto nº 4.887**. Brasília, DF: 2003b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em: 11 de nov 2021

BRASIL. **I Plano Nacional de Políticas para as mulheres**. Brasília: 2005. Disponível em: <http://www.observatoriodegenero.gov.br/eixo/politicas-publicas/pnpm>. Acesso em: 07 de jan 2021.

BRASIL. **Decreto 6.261 de 2007**. Brasília: 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6261.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%206.261%2C%20DE%2020,Quilombola%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias. Acesso em: 11 de nov de 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.645**. Brasília, DF: 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm. Acesso em: 11 de nov 2021.

BRASIL. **Resolução nº 2 de 2008**. Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo.

Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao_2.pdf. Acesso em: 20 de jan de 2022.

BRASIL. **II Plano Nacional de Políticas para as mulheres**. Brasília: 2008. Disponível em: <http://www.observatoriodegenero.gov.br/eixo/politicas-publicas/pnpm>. Acesso em: 07 de jan 2021.

BRASIL. **Estatuto da Igualdade Racial. Lei nº12. 288**.2010. Brasília.

BRASIL. **Programa do Artesanato Brasileiro (PAB)**. Brasília, 2012. Disponível em: <https://manosdeartesano.files.wordpress.com/2013/06/base-conceptual-del-artesano-brasileiro.pdf>. Acesso em: 11 de nov 2021.

BRASIL. **III Plano Nacional de Políticas para as mulheres (2013-2015)**. Brasília: 2013. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/assuntos/pnpm/publicacoes/pnpm-2013-2015-em-22ago13.pdf>. Acesso em: 07 de jan 2021.

BRASIL. **Lei n.13.180**. Brasília. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113180.htm. Acesso em: 11 de nov 2021.

BRASIL. **SEPPIR-Promovendo a Igualdade Racial: Para Um Brasil Sem Racismo**. Brasília. 2016.

BRASIL. **Portaria nº 1.007/SEI**. Brasília, 2018. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/34932949/do1-2018-08-01-portaria-n-1-007-sei-de-11-de-junho-de-2018-34932930. Acesso em: 11 de nov 2021.

BRASIL. **Fundação Cultural dos Palmares**. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2017/04/CCERTID%C3%95ES-EXPEDIDAS-%C3%80S-COMUNIDADES-REMANESCENTES-DE-QUILOMBOS-25-04-2017.pdf>. Acesso em 18 de outubro.

CAMPOS, Luiz; FRANÇA, Danilo; FERES JÚNIOR, João. **Relatório das desigualdades de raça, gênero e classe**. (GEMAA), Nº 2. 2018, p1-18. Disponível em: <http://gemma.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2019/08/Relat%C3%B3rio-2-final.pdf>. Acesso em: 06 de jan 2021.

CANCLINI, Nestor Garcia. **As culturas populares no capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Consumidores & cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1995.

CARNEIRO, Maria Gerlândia Rabelo, et al. Quintais Produtivos: contribuição à segurança alimentar e ao desenvolvimento sustentável local na perspectiva da agricultura familiar (O caso do Assentamento Alegre, município de Quixeramobim/CE). **Revista Brasileira de Agroecologia**. 8(2): 135-147 (2013). Disponível em:

https://orgprints.org/id/eprint/25585/1/Caneiros_Quintais%20Produtivos%20contribui%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A0%20seguran%C3%A7a%20alimentar%20e%20ao%20desenvolvimento.pdf. Acesso em: 20 de jan de 2022.

CAVALCANTI, Virginia. Pereira; ANDRADE, Ana Maria Queiroz; SILVA, Germannya D. Garcia. Modos de fazer: uma experiência em processo de criação compartilhado e modelo de atuação transdisciplinar na relação entre *design* e artesanato. **V!RUS**, São Carlos, n. 6, dezembro 2011. Disponível em:

<http://www.nomads.usp.br/virus/virus06/?sec=4&item=7&lang=pt>. Acesso em: 25 de maio 2020.

CHARLOT, Bernard. **Relação com o saber, Formação de Professores e Globalização: questões para a educação hoje**. 1ªed. Porto Alegre: ARTMED, 2005.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução ao Planejamento e Controle de Produção**. SP: McGraw Hill, 1990.

CHIAVENATO, Idalberto. **Teoria da Administração: abordagem normativa da administração**. São Paulo: Mc Graw-Hill, 1993. v.1.

COUTINHO, Adelaide Ferreira. As políticas educacionais do estado brasileiro ou de como negaram a educação escolar ao homem e a mulher do campo – um percurso histórico. **EccoS Revista Científica**. São Paulo: v.11, n. 2, jul/dez, 2009. s.p.

CREENSHAW, Kimberlé. A interseccionalidade na discriminação de raça e Gênero. In: **Revista Estudos Feministas** nº1. Salvador, 2002.

CRUZ, Kelma Chistina Melo dos Santos. **Subsídios para a elaboração e implementação de políticas públicas com recorte de gênero e raça na agricultura familiar**. 2012. UPIS Faculdades Integradas Planaltina-DF – Brasil.

CUNHA, Ana Luiza Salgado. **Extensão Universitária na Universidade Federal de São Carlos: (des)encontros com a Educação Popular**. Tese (doutorado em educação) - Universidade Federal de São Carlos, campus São Carlos, São Carlos: 2018, 273f.

DUARTE, Rosália. **Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo**. Cadernos de Pesquisa, n. 115, p.139-154, março/ 2002.

DRUCKER, Peter Ferdinand. **Introdução à Administração**. São Paulo: Pioneira, 1998

ELIAS, Norbert. **Sobre o tempo**. Trad. de Vera Ribeiro. Rev. Técnica de Andréa Daher. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1998.

FAYOL, Henri. **Administração industrial e geral**. 8.ed. São Paulo: Atlas, 1970.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Inspiração**. In: Miniaurélio Século XXI: minidicionário da língua portuguesa. Coordenação de edição, Margarida dos Anjos, Marina Baird Ferreira. 5. ed, ver. Ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. p.422

FERREIRA, Simone Raquel Batista. **Quilombolas**. In: CALDART, et al. Dicionário da Educação do Campo. Expressão Popular. Rio de Janeiro, São Paulo: 2012, p.645-650.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FUZZI, Ludmila Pena; SILVA, Cristiano Luiz da Costa. Identidade sustentável: espacialidade, identidade e memória nos estudos sobre comunidades quilombolas. **Revista Espacialidades** [online]. 2015, v.8, n.1. ISSN 1984-817X, p.193-211.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: aval.pol.públ. Educ.** [online]. 2006, vol.14, n.50, pp.27-38. ISSN 1809-4465. <https://doi.org/10.1590/S0104-40362006000100003>.

GRAMACHO, Analice Passos Costa; SÃ, Natalia Silva Coimbra de; SOUZA, Regina Celeste de Almeida. O artesanato da região do Baixo São Francisco: suas características, níveis de organização e geração de renda. **Revista de Desenvolvimento Econômico –RDE -Ano XIX –Edição Especial –Dez, 2017 -Salvador, BA –p. 115–142**.

GUERRA, Ana Carolina; TOLEDO, Dimitri Augusto da Cunha. **Economia Solidária e relações de gênero: analisando uma nova relação de trabalho**. XXXV ENCONTRO DA ANPAD. Rio de Janeiro: 25 a 29 de setembro de 2010.

GUÉRIN, Isabelle. **As mulheres e a economia solidária**. Trad. Nicolas Nyimi Campanário. Edições Loyola, São Paulo: Brasil, 2005.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. Editora DP&A: São Paulo, 2001.

HALL, Stuart. Identidade cultural e diáspora. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, IPHAN, 1996, p. 68-75.

HASSARD, John. Tempo de trabalho: outra dimensão esquecida nas organizações. in: CHANLAT, Jean François (coord.). TORRES, Ofélia de Lanna Sette (Org.). Trad. Arakcy Martins Rodrigues. **O indivíduo na organização- dimensões esquecidas**.v.1, São Paulo: Atlas 3.ed.1996.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS (INEP). 2019. Disponível em: <https://academia.qedu.org.br/ideb/ideb-2019/?repeat=w3tc>. Acesso em: 09/05/2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_da_populacao/resultados_do_universo.pdf. Acesso em: 20 de fev 2021.

IPEA. **Nota técnica – Pnad 2014: breves análises**. Ipea: Brasília, 2015.

IPEA. **Nota técnica - Mulheres e trabalho: breve análise do período 2004-2014**. Brasília: 2016.

IPEA. Nota técnica nº 46. **Trabalho, população negra e pandemia:** notas sobre os primeiros resultados da Pnad covid-19. Brasília: 2020.

JAPIASSÚ; Hilton; MARCONDES, Danilo. **Neutralidade.** In: Dicionário Básico de Filosofia. [1934]. 4. ed. ver e ampl. Editor Jorge ZAHAR. Rio de Janeiro: 2006.

JATOBÁ, Danielle. **Políticas públicas para indígenas e quilombolas.** Projetos “mapa da pobreza rural” e “políticas públicas e desenvolvimento rural”. Ago, 2015.

JUNQUILHO, Gelson Silva. Gestão e ação gerencial nas organizações contemporâneas: para além do “folclore” e o “fato”. In: **Gestão & Produção.** São Carlos: v.8, n.3, p.304-318, dez. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/gp/i/2001.v8n3/>. Acesso em: 12 nov. 2021.

KELLER, Paulo Fernandes. **Trabalho e vida econômica:** trabalhadores na cadeia produtiva de valor do artesanato no Maranhão. In: ANAIS DO XV CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA. Curitiba: 2011.

KELLER, Paulo Fernandes. O artesanato e a economia do artesanato. In. SANTOS, Denilson Moreira et al. (Orgs.). **Artesanato no Maranhão:** práticas e sentidos. São Luís: EDUFMA, 2016, p. 59 -87.

KRUCKEN, Lia. **Design e território:** valorização de identidades e produtos locais. São Paulo: Studio Nobel, 2009.

LEITE, Sérgio Celani. **Escola rural:** urbanização e políticas educacionais. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LIMA, Ricardo Gomes. Artesanato em debate: Paulo Keller entrevista Ricardo Gomes Lima. **In: Revista Pós Ciências Sociais, v. 8, n. 15,** jan./jun. 2011. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/593>. Acesso em: 25 ago. 2021.

LIMA, Ricardo Gomes. PREFÁCIO. In: SANTOS, Denilson Moreira et al. (Orgs.). **Artesanato no Maranhão:** práticas e sentidos. São Luís: EDUFMA, 2016, p. 8-10

LIMA, Patrícia de Mendes; NAZÁRIO, Roseli. *Sobre a Luz do diafragma:* a atribuição da fotografia na pesquisa com crianças. **Educativa,** Goiânia: v. 17, n. 2, p. 491-509, jul./dez. 2014.

MACÊDO, Dinalva de Jesus Santana. **Currículo escolar e a construção da identidade étnico-racial da criança e do adolescente quilombola:** um olhar reflexivo sobre a auto-estima. Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia. Salvador: 2008. p.144.

MACÊDO. Dinalva de Jesus Santana. **Educação em Comunidades Quilombolas do Território de Identidade do Velho Chico BA:** Indagações acerca do diálogo entre as escolas e as comunidades locais. Salvador: Tese (doutorado em educação). Universidade do Estado da Bahia. Faculdade de Educação. Programa de Pós Graduação em Educação e Contemporaneidade. 2015, p.216.

MARTINS, Saul. **Arte e Artesanato Folclóricos**. Rio de Janeiro: MEC/FUNARTE, 1976.

MAXIMINIANO, Antônio César Amaru. **Teoria Geral da Administração**: da escola científica à competitividade em economia globalizada. São Paulo: Atlas, 2000.

MELLO, Carolina Iuva de; FROEHLICH, José Marcos. O bem que falta na cesta: o artesanato no território Quarta Colônia, RS. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**. Jun. 2019. p.282-306. DOI: 10.36920/esa-v27n2-3.

MELLO, Carolina Iuva de. **Território feito a mão**: artesanato e identidade territorial no Rio Grande do Sul. Santa Maria, RS: [tese de doutorado]. Universidade Federal de Santa Maria. Programa de Pós- Graduação em Extensão Rural, 2016, p.233.

MILANI, Ana Maria Rita; GRADE, Marlene. A criação de espaços sociais como forma de luta das mulheres artesãs de alagoas: a experiência da economia solidária. **GEOSUL**. v.33, n.69. Florianópolis: 2018, p.139-164.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.) **Pesquisa Social**: Teoria, método e criatividade. 28 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007a. p.9- 29

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.) **Pesquisa Social**: Teoria, método e criatividade. 28 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007b. p.61-77).

NOBRE, Miriam. Mulheres e economia solidária. In. CATTANI, Antonio David. (Org.). **A outra economia**. Editora Veraz, Unitrabalho. Porto Alegre, 2003.

NORONHA, Raquel Gomes. Sobre a louça, o linho e rede: processos contemporâneos de construção de valor entre artesãs de Alcântara (MA). **Revista. Pós Ci. Soc.** v.9, n.17, jan/jun. 2012. p. 175- 199.

NUNES, Caroline Prado Marchesini. **Saberes dos sabores**: o comer que revela um povo. O município de Candiba pelo seu registro alimentar. 2009. Dissertação (Mestrado em Letras)– Universidade Vale do Rio Verde, Três Corações, 2009.

NUNES, Cláudio Pinto. **Educação escolar**: sentidos atribuídos por estudantes trabalhadores. Ijuí: Ed. Unijuí, 2010.

NUNES, Ranchimit Batista. **Educação, Gênero e afrodescendência**: a educação escolar e a organização de mulheres quilombola em Brejões dos Aipins. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Piauí. 2013. p.137.

OLIVEIRA, et al. **Agricultura familiar no Território Sertão Produtivo e os desafios para a transição agroecológica**. 2 Seminário de Agroecologia da América do Sul. 1ª Jornada Internacional da Educação do Campo. 6º Seminário de Agroecologia do Mato Grosso do Sul. 5º Encontro de Produtores Agroecológicos do Mato Grosso do Sul. 2º Seminário de Sistemas Agroflorestais e Bases Agroecológica do Mato Grosso do Sul. Dourado, MS: 16 a 18 de novembro de 2016.

OLIVEIRA, et al. [s.d]. **Processos educativos em práticas sociais**: reflexões teóricas e metodológicas sobre pesquisa educacional em espaços sociais. Disponível em: <https://www.anped.org.br/sites/default/files/gt06-5383-int.pdf>. Acesso em: 07 de nov 2020.

OLIVEIRA, Jaqueline Pereira de. Mulheres na economia solidária: possibilidade de reconhecimento e emancipação social. **Sociedade e Cultura**, v.11 n.2, jul-dez, 2008, p.325-332.

PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar**: introdução crítica. 14. ed. São Paulo: Cortez,2006.

PARO, Vitor Henrique. A educação, a política e a administração: reflexões sobre a prática do diretor de escola. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n.3, p. 763-778, set./dez. 2010.

PEDROSA, Rosangela Aparecida. **A importância dos quintais produtivos na economia familiar**. In. AGROECOL. II, 2016, Mato Grosso do Sul. Disponível em: <https://www.cpa0.embrapa.br/cds/agroecol2016/PDF's/Minicurso.Oficinas/Minicurso-%20Rosangela%20Pedrosa-%20QUINTAIS%20PRODUTIVOS.pdf>. Acesso em: 29 set 2021.

PIMENTEL, Álamo. Sensibilidade e criação. In: FEITOSA, Débora Alves; DORNELES, Malvina do Amaral; BERGAMASCHI, Maria Aparecida. (Orgs.). **O sensível e a sensibilidade na pesquisa em educação**. Cruz das Almas/ BA: UFRB, 2016.

PDTRSS. **Plano de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável e Solidário**. Guanambi, BA. 2016, p.60. Disponível em: Disponível em: https://seplan.ba.gov.br/arquivos/File/politica-territorial/PUBLICACOES_TERRITORIAIS/Planos-Territoriais-de-Desenvolvimento-Sustentavel-PTDS/2018/PTDSS_2016_Sertao_Produtivo.pdf. Acesso em: 27 abr 2020.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **A nova ciência das organizações uma reconceituação da riqueza das nações**. Trad. Mary Cardoso. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1989.

RIBEIRO, Marcela Beto. **Entre fios, linhas, cordões e tecidos: as representações sociais das artesãs do ramo têxtil**. Monografia de graduação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013, p. 49.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de Fala**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen. 2019.

RIZZATTI, Ivanise, Maria et al. Produtos e processos educacionais dos programas de pós-graduação profissionais: proposições de um grupo de colaboradores. **ACTIO**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 1-17, mai./ago. 2020. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/actio>. Acesso em: 11 mai. 2022.

REIS, Sônia Maria Alves de Oliveira. **Mulheres camponesas e culturas do escrito**: trajetórias de lideranças comunitárias construídas nas CEBS. Tese (doutorado em educação) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2014. 261f.

ROMERO, Fanny Longa. Fazer artesanato para fazer a roça: práticas sociotécnicas na Comunidade Quilombola da Serra das Viúvas. **Revista Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, Vol. 50, N. 3, p. 281-292, set/dez 2014. Doi: 10.4013/csu.2014.50.3.10.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política.** – 2. ed. – São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Renato Emerson. **Quilombos.** In: CALDART, et al. Dicionário da Educação do Campo. Expressão Popular. Rio de Janeiro, São Paulo: 2012, p. 650 -656.

SENNETT, Richard. **O artífice** [recurso eletrônico] / Richard Sennett ; tradução de Clóvis Marques. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Record, 2019.

SERVA, Maurício. A racionalidade substantiva demonstrada na prática administrativa. **RAE-Revista de Administração de Empresas.** São Paulo, v.37, n.2, 1997 p. 18-30.

SILVA, Gracione Rocha da. **Artesãs do povoado de Jacunã- Jaguarari- BA:** uma proposta de organização da produção. Dissertação [Mestrado profissional]. Universidade Estadual de Feira de Santana. Programa de Pós-graduação em Planejamento Territorial. Feira de Santana: 2016, p.88.

SILVA, Rosyane Maria da. **Iqhiya:** Um olhar sobre o significado e a simbologia do uso de Turbantes por mulheres negras. São Paulo: Trabalho de conclusão de curso (Especialização) Universidade de São Paulo. Escola de Comunicações e Artes.Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação. 2017. p.47 - Disponível em: http://celacc.eca.usp.br/?q=pt-br/tcc_celacc/iqhiya-olhar-sobre-significado-simbologia-uso-turbantes-mulheres-negras. Acesso em: 10 set. 2021.

SILVA, Priscila Teixeira da. **Da mandiocada à farinhada:** aproximações e distanciamentos entre educação do campo e gestão escolar no Território Sertão Produtivo-BA. Salvador, BA: Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade. Universidade do Estado da Bahia. 2021, p.210,

SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Souza. (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2ed. 2005, p.81-129.

SOARES, Edla de Araújo Lira. Parecer nº 36 das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo. Brasília, DF: 2001.

SOUZA, Edileuza Penha de. **Ações Afirmativas no Brasil: 13 Anos de Lutas e Conquistas da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.** In: BRASIL. SEPPPIR-Promovendo a Igualdade Racial: Para Um Brasil Sem Racismo. Brasília. 2016. p.37-52.

TAQUETTE, Stella Regina; BORGES, Luciana. Técnicas e instrumentos de coleta de dados e plano amostral. In: **Pesquisa qualitativa para todos.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2020. (p. 94-114).

TAQUETTE, Stella Regina. Análise de dados. In: **Pesquisa qualitativa para todos.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2020. (p.117- 136).

TEIXEIRA et al. Artesanato e desenvolvimento local: o caso da Comunidade Quilombola de Giral Grande, Bahia. **INTERAÇÕES**, Campo Grande: v. 12, n. 2, p. 149-159, jul./dez. 2011.

TITTONI, Jaqueline; et al. A fotografia na pesquisa acadêmica: sobre visibilidades e possibilidades de conhecer. **Informática na Educação: teoria & prática**, Porto Alegre: v. 13, n. 1, p. 59-66, jan./jun. 2010.

VALLA, Victor Vicent. A crise de interpretação é nossa: procurando compreender a fala das classes subalternas. **Revista Educação e Realidade**. 21(2), jul/dez, 1996, p. 177-190.

VIEIRA, Bianca. **Mulheres negras no Brasil**: trabalho, família e lugares sociais. Campinas, SP: Dissertação (mestrado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. 2018, p.107.

YIN, Robert, K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Trad. Daniel Bueno; revisão técnica: Dirceu da Silva: Porto Alegre: Penso, 2016.

APÊNDICES

APENDICE A

UNEB
UNIVERSIDADE DO
ESTADO DA BAHIA

PPGELS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ENSINO, LINGUAGEM E SOCIEDADE

**PROJETO: “PRÁTICAS DE GESTÃO NA COMUNIDADE REMANESCENTE DE
QUILOMBO LAGOA DOS ANJOS: EXPERIÊNCIAS DE MULHERES
PRODUTORAS DE ARTESANATOS”**

ROTEIRO PARA ENTREVISTA INDIVIDUAL

Prezada Artesã,

Com o objetivo de conhecê-la melhor e também na tentativa de poder caracterizar o grupo de mulheres artesãs ao qual faz parte (Associação dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar e Artesanatos Quilombo Lagoa dos Anjos), gostaria muito que respondesse às questões a seguir. Elas servirão para que o projeto de pesquisa possa ser melhor caracterizado, ou seja, para que eu possa trazer no meu texto quem são vocês e o que fazem junto a esse grupo de mulheres artesãs.

DADOS GERAIS

Nome: _____

Idade: _____

Estado Civil: Casada ( ) solteira ( ) separada ( ) ou outros
_____

Tem filhos(as)? Sim ( ) não ( )

Quantos? Quantas são mulheres ( ) E quantos são homens ( ).

Qual a sua religião? _____

Cidade em que nasceu? _____ Estado _____

Há quanto tempo vive na Comunidade Lagoa dos Anjos? _____

Quantos membros há na sua família? _____

Qual a média de salário da família? _____

ESCOLARIDADE

Primeiro grau: completo ( )   incompleto ( )

Segundo grau: completo ( )   incompleto ( )

Curso profissionalizante: completo ( )   incompleto ( )

Qual o nome do curso? _____

Curso Superior: completo ( )   incompleto ( )   não possui ( )

Qual o nome do curso? _____

Capacitações técnicas, palestras, orientações, feiras de exposições de produtos já participou?

ARTESANATO

Nesse ponto, gostaria de saber um pouco mais sobre suas experiências com o artesanato. As respostas serão importantes para que eu possa entender melhor como as mulheres atuam no campo do artesanato.

1. Há quanto tempo trabalha com artesanato?

_____

2. Já possuía alguma experiência anterior nessa área? Qual?

_____

3. Quais os tipos de trabalhos artesanais (técnicas de artesanatos) que executa atualmente?

_____

4. Como aprendeu essas técnicas?

_____

5. Com que frequência você trabalha na produção do artesanato?

_____

6. Quantas horas de trabalho diário você faz na produção de artesanato?

_____

7. Participa de algum programa de capacitação para melhorar a produção do artesanato e aprender novas técnicas?

-
8. Como surgem essas ideias de produção (quais as inspirações que levam à produção dessas peças; existe algum registro formal do passo a passo dessa fabricação; com relação às outras mulheres, como é compartilhado esse conhecimento entre elas)?
-
9. Como vocês compartilham esses conhecimentos entre as outras mulheres artesãs da comunidade?
-
10. O que te levou a trabalhar com artesanato e o que te mantém nessa atividade?
-
11. O artesanato para você é um lazer, passatempo ou o considera como um trabalho?
-
12. Quais as principais dificuldades que vocês identificam com o artesanato atualmente?
-
13. O que o artesanato significa para você?
-
14. O grupo de mulheres artesãs recebe ou já recebeu algum tipo de incentivo por parte do poder público municipal? Fale um pouco sobre essa questão.
-
15. O que você aprendeu com a prática do artesanato que irá levar para a vida?
-
16. Fala-me uma palavra que representa o artesanato para você.
-
17. Quanto de dinheiro você consegue ganhar no mês com a produção do artesanato? Tem alguma ideia?
18. Quem é .....?

APÊNDICE B

**PROJETO: “PRÁTICAS DE GESTÃO NA COMUNIDADE REMANESCENTE DE
QUILOMBO LAGOA DOS ANJOS: EXPERIÊNCIAS DE MULHERES
PRODUTORAS DE ARTESANATOS”**

ROTEIRO PARA ENTREVISTA EM GRUPO

Prezadas Artesãs,

Com o objetivo de conhecê-las melhor e também na tentativa de poder caracterizar o grupo de mulheres artesãs (Associação dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar e Artesanatos Quilombo Lagoa dos Anjos), gostaria muito que respondessem às questões a seguir. Elas servirão para que o projeto de pesquisa possa ser melhor caracterizado, ou seja, para que eu possa trazer no meu texto quem são vocês e o que fazem junto a esse grupo de mulheres artesãs.

PRÁTICAS DE GESTÃO

Nesse ponto, gostaria de saber um pouco mais sobre suas experiências com o artesanato. As respostas serão importantes para que eu possa entender melhor como vocês, enquanto grupo de mulheres artesãs, atuam no campo do artesanato.

1 Há quanto tempo existe o grupo de mulheres artesãs aqui na Comunidade Lagoa dos Anjos e como surgiu essa ideia de se organizarem coletivamente?

---

2 Depois que vocês formaram o grupo, eu lembro que vocês falaram que receberam uma capacitação sobre gestão. Depois disso, vocês continuaram recebendo? Como vocês fazem a divisão das tarefas? Quem faz o controle?

---

3 Como era esse controle?

---

4 Quando vocês vão a uma feira, levam os produtos de todo o mundo?

---

5 Essa parte de controle, vocês já ensinaram para alguém do grupo?

---

6 Como vocês compartilham esses conhecimentos/saberes de gestão entre vocês?

---

7 Como você aprendeu essa parte de controle?

---

8 O que vocês esperam do grupo daqui pra frente?

---

9 Alguém pode me contar um pouco sobre a história da Comunidade Lagoa dos Anjos?